

A trama e a urdidura: diários de um tecelão

Marcos Galindo

Recife, junho de 2022

SUMÁRIO

A propósito das memórias	07
1. A pesquisa e docência	15
Antecedentes históricos do DCI	19
No princípio	20
Atividades editoriais.	27
Mudando o rumo	28
2. O magistério e o encontro com a tecnologia.....	33
O novo tempo	37
Cibertecários e o Experimento VIRTUS	40
O Banco de Teses e a pesquisa em Preservação digital	49
O Instituto Histórico	52
3. Fechando um ciclo	55
Um novo ciclo.	55
O Governo das Almas.	56
O Livro de José Antônio	61
4. Voltando para casa	63
A luz do Recife e o cheiro do mar	63
Mergulhando na memória	72
5. Cooperação Internacional	77
Projeto Resgate Holanda	77
Projeto Monumenta Hyginia	79
O Atlas Vingboons.....	81
6. Atividades curatoriais	83
<i>Desenhos da Terra: Atlas Vingboons</i>	84
○ Centro Cultural BANDEPE, Recife - 2003	
<i>Eu, Maurício - Os Espelhos de Nassau</i>	85
○ Centro Cultural BANDEPE, Recife - 2004	
○ Banco Real, São Paulo - 2004	
<i>Estava escrito nas estrelas</i>	86

○ Conferência na a Sociedade Nacional de Geografia de Lisboa - 2005	
○ Centro Cultural dos Correios, Recife – 2009	
<i>Conhecimento: Custódia & Acesso</i>	86
○ Museu da Língua Portuguesa, São Paulo - 2012	
<i>Legatio</i>	88
○ Biblioteca Central da UFPE, Recife - 2014	
○ Museu Nacional, Rio de Janeiro - 2015	
<i>Botijas</i>	91
○ Biblioteca Central da UFPE, Recife, 2015	
O Mundo Atlântico e os Países Baixos – AWAD.....	93
Cooperação para o Patrimônio Cultural Mútuo	96
7. As teias da memória: Induzindo a cooperação local	99
Convênio com a Fundaj.	99
Clio	100
Lacre - laboratório de conservação e restauro	103
Da crise na Faculdade de Direito à Rede Memorial.....	104
8. A Rede Memorial	111
Uma teoria para os Sistemas de Memória.....	114
Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória.....	117
Desdobramentos da Rede Memorial de Pernambuco	120
A Companhia Editora de Pernambuco – CEPE.....	121
O Instituto Ricardo Brennand	122
Metamorfose da Biblioteca Central	124
Espaço Memória Professor Denis Bernardes.....	129
9. Uma reflexão sobre a gestão universitária	141
Gestão acadêmica	154
O Reuni	150
Ampliação do espaço físico do departamento	159
Estímulo à Pesquisa	162
A Pós-Graduação em Ciência da Informação.....	164

10. Consultorias	171
UNESCO / Instituto Superior da Educação e a Comissão Instaladora da Universidade do Cabo Verde - UNICV.....	171
Companhia Editora do Estado de Pernambuco	173
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	174
Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes – PMJG	174
Biblioteca especializada IPA	175
11. Função pública	177
Coordenação do Virtus	177
Diretoria de Gestão da Informação – SEGIC	177
Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).....	179
Coordenação do Laboratório Liber	180
Coordenação Setorial Pesquisa Pós-Graduação do CAC ...	180
Coordenação de Memória Digital da PROCIT	181
12. Cultura na UFPE	183
Articulando a comunidade: o projeto da cultura.....	192
Sistema de Cultura da UFPE (SiC-UFPE)	193
O Comitê Curador de Cultura	195
Fundo Institucional de Cultura da UFPE – FiC.....	196
O espaço do Centro de Convenções	197
Incubadora Pernambuco Criativo	198
Parcerias com o Ministério da Cultura.....	200
Afrobrasileiro	202
Povos Originários do Brasil.....	203
Mudança da equipe do Minc extinção da SPC.....	205
Open Lab.....	206
13. Por que Memória?.....	209
14. Formando gente que forma gente.....	215
15. Por fim: uma reflexão sobre o papel do professor	221
Referências	227
Notas.....	231

A propósito das memórias

Entre as memórias mais recuadas que preservo, lembro haver na sala de estar da casa que vivi na minha infância uma surrada coleção de livros de capa verde. Era uma edição de 1925 da enciclopédia americana Thesouro da Juventude, prefaciada pelo erudito Clóvis Bevilacqua, antigo bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife. Durante anos consultei aquele velho “Thezouro” que, aos poucos, foi abrindo as portas do meu espírito para a curiosidade, para o prazer da leitura e para os valores conexos da cultura.

Antes da Internet, era assim, escreveu Neta Melo. Para quem tem mais de cinquenta, não é necessário explicar o que é o Thezouro da Juventude. “Tudo o que queríamos saber sobre pirâmides do Egito, terremotos, animais exóticos, como voa um avião, o que são meteoritos – estava lá. A gente não precisava ligar nenhum aparelho. A imaginação se encarregava do transporte para esses lugares fantásticos, num abrir e fechar de livros” e conclui a historiadora: “Toda casa com crianças tinha uma coleção de capa dura na estante da sala que passava de irmão para irmão. Eram tempos em que as crianças tinham irmãos e os livros não eram descartáveis.”¹

Meu pai era fotógrafo profissional, jornalista amador, e editor do periódico Jornal de Garanhuns, que circulou nos anos 1970, em

cujas oficinas me iniciiei nas artes gráficas. Antes de completar os dez anos já era tipógrafo e manobrava uma impressora sugestivamente chamada de Minerva.² A proximidade com a comunicação, o convívio com os colaboradores do jornal foi me despertando o apetite intelectual, abrindo caminhos da escrita e o gosto pelas artes. Ainda muito garoto meu pai me permitiu escrever uma curta exaltação por ocasião da passagem do aniversário do colégio Diocesano. Assim, com nove anos incompletos, publiquei meu primeiro texto, na edição de 14 de outubro de 1971, do glorioso Jornal de Garanhuns. Era uma narrativa pueril de poucas linhas, mas trazia uma marca de um caminho do qual jamais me separei.

Nasci numa família de remediados, meu avô paterno, Pedro Lima era um pequeno logista que aventurou na política e faz a vida como mascate na pequena São João, situada a três léguas de Garanhuns. Com João Lino Galindo, meu avô materno — ferreiro de ofício, mestre funileiro, artífice de tacho de cobre martelado, fabricante de nego-bom, doce de goiaba e mariola — aprendi a gostar de coisas antiquárias, do conhecimento dos mais velhos e a reverenciar a história. Quando muito garoto, fiz com o velho João uma memorável viagem a um lugar chamado ‘Pintada’, pertencente ao município de Alagoinhas, de onde meu avô era natural. Neste logradouro havia indeléveis registros rupestres deixados numa pedra grã pelos antigos Tapuias, habitantes imemoriais da região. Essa experiência fantástica reforçou no meu espírito um certo gosto pela história. Com o professor José de Souza Barros, descobri no ginásio a singeleza do magistério e a magnífica graça que reside no coração daqueles que logram tocar o coração dos alunos.

Assim, talvez, inspirado no meu pai, estimulado pelas leituras fantásticas do Thezouro da Juventude, e desafiado pelo espírito inquieto do meu avô, passei a acreditar, como o professor Souza, na viva ideia de que tudo era possível àqueles que educam o livre espírito para pensar. É curioso que, no momento que me preparam para escrever, por demanda do processo de progressão funcional para a categoria de professor titular, essas memórias que antecedem o início de minha vida acadêmica, insistenteamente, se façam presentes.

O presente texto resulta do ensaio memorial apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a promoção na carreira acadêmica para a Classe de Professor Titular, aqui já trabalhado pelo martelo dos ferreiros, meus colegas que generosamente aceitaram a tarefa de avaliar essa memória. Ensaios memoriais são narrativas de progressão funcional, elaboradas para documentar trajetórias de carreira de professores universitários. Ao modo das missivas, as confissões, e os diários, os ensaios memoriais são escritos na primeira pessoa do singular. Para acentuar seu valor testemunhal, deve ser elaborado euristicamente, de trás-pra-frente. O historiador Carlo Ginzburg certa vez definiu o trabalho memorialista dos historiadores como paradigma indiciário, comparando-o ao ofício dos detetives. Explica o historiador italiano que a narrativa deve ser construída solucionando problemas, coletando evidências, analisando provas, questionando fatos, lembranças e discursos para construção de uma cadeia de raciocínio de modo que, ao final, cada peça desse quebra-cabeça vá encontrando seu encaixe confortável, revelando então, uma representação o mais fiel possível a uma realidade distante (GINZBURG, 1999, p. 58).

Diferentemente de um texto memorial, o texto histórico resulta de uma exposição encadeada de fatos, escrita com objetivo de produzir um conhecimento racional, provido de análise crítica, coerentemente fundada em documentos. Não é esse nosso propósito aqui, hoje, não obstante a memória busque a recuperação de uma narrativa de passado, seu argumento é fundado em “emoções e vivências”. É flexível de modo que possa admitir o exercício da memória pessoal e da experiência, focada nas necessidades do presente. (FERREIRA, 2002, p. 321).

Desse modo, os memoriais são conferentes da evocação de memórias das pessoas e sua apreciação sobre o passado pessoal e coletivo, “recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade” (PINTO, 2001, 297). Nesta perspectiva, a memória difere da história enquanto campo de produção do conhecimento, espaço de problematização e crítica.

O memorial obriga-nos a enfrentar o desafio de uma conflitante e desconfortável autoanálise, ao tempo que expõe o sujeito a sua parcialidade e subjetividade. O fato é que nós pesquisadores, por razões de ofício, fomos condicionados a relatar na terceira pessoa do singular ou na primeira pessoa do plural, justamente para produzir efeitos de imparcialidade e impessoalidade. Debalde! aqui tudo vai por água-a-baixo! Para além disso, como nos lembra Eduardo Vieira a partir do que Pierre Bourdieu chamou de ilusão biográfica, fomos treinados no exercício acadêmico para “desmontar as mitologias presentes nas hagiografias e memórias dos personagens que analisamos” (BOURDIEU, 2006). Assim, memoriais terminam como escritos ilusórios porque a linearidade e a objetividade submetem ao vivido uma “racionalização arbitrária”, que

busca retratar um ser uno, coerente e movido, de maneira inabalável, por um lúcido propósito de vida.

A vida real, em sua complexa crueza, tem sua própria narrativa (VIEIRA, 2017, p. 291). Diria meu pai, Mauro Souza Lima: fui puxar uma pena, veio uma galinha! Como o canto do galo que tece as manhãs, da lírica do poeta João Cabral, uma lembrança leva a outra, e este memorial interminável, parece que não vai chegar a logradouro nenhum. O tempo, corrói memórias que ficaram desabrigadas do documento, deixando-as a cada dia mais distantes. Turva-se a lembrança, embaçada e mesclada pelos muitos ecos, de modo que, para ser honesto tive que deixar de fora, muitas passagens corrompidas pelo tempo no tecido de minhas lembranças.

Guardo de meu avô João alguns objetos que ele jugava raridades. Um pequeno pêndulo de bronze com o qual ele fazia, ao modo dos alquimistas, suas prospecções mineralógicas, e uma lançadeira de tear, peça que ele muito admirava. No seu modo simples de interpretar o mundo, ensinou-me que, em toda a mecânica conhecida, essa era a única peça que trabalhava solta, sem amarras, pregos ou parafusos. Mostrou-me com palavras simples, que isto se dava pela natureza do seu trabalho, que não era outro, senão percorrer incansavelmente o flanco do pente do tear, levando o fio mestre, repetidas vezes, por entre a trama. Sem esse movimento, dizia-me não haveria urdidura. Sem o trabalho desta peça, não seria possível, o tear, criar o tecido, que, em última análise, é formado pela intercalação dos contrários. O tecido, sempre será o resultado dinâmico da trama contra a urdidura, o consenso que emerge do contraditório. Entendo ser esse o trabalho do professor e da memória como a de construir a trama dessas urdiduras. Das palavras desse

ferreiro semianalfabeto, extraí, quase que repetindo do que não restou escrito, o título deste ensaio “A trama e a urdidura: diários de um tecelão”. Desse modo, parodiando, Carol Vergolino, digo eu: Registro no modo escrito para honrar a memória, para guardar em algum lugar lembranças que não são só minhas, porque memória é coisa que esmaece se não for narrada. Escrevo para que as lembranças não esvaneçam, e se espalhem estéreis pelo vento. Escrevo, por fim, para que outros a conheçam, mesmo que a partir do meu olhar, o que vi e registrei por memória.

Esta breve narrativa tratou do tempo passado, do formativo, dos antecedentes históricos que marcaram uma jornada acadêmica. Nada fiz só, nada sou sozinho. Sou parte de uma teia agente, que estava aqui, antes de mim, e seguirá ativa quando eu me for. Me apoio na teoria complexa que admite que tudo está conectado entre si, que o “homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo”, conforme registro de uma carta atribuída ao Chefe Seattle da tribo Duwamish, enviada ao Presidente dos Estados Unidos Franklin Pierce em 1855.

Essa circunstância implica em compreender a responsabilidade inerente a nossos atos diários semelhante àquela descrita na alegoria do “efeito borboleta”³ comumente descrito como o fenômeno da sensibilidade em relação a pequenas perturbações nas condições iniciais, segundo a qual até o menor dos atos pode desencadear uma sequência de fenômenos que provocarão efeitos secundários imprevisíveis. “Our greatest responsibility is to be good ancestors” reproduzo aqui as palavras do médico virologista Jonas Edward Salk, celebrizado pela descoberta e desenvolvimento da primeira vacina segura e eficaz para a poliomielite. Entendo que nossa

maior responsabilidade para aqueles que ainda não nasceram é a de sido um bom antepassado.⁴

Finalmente, é preciso, ter-se claro que, dado ao imperativo que a objetividade textual nos impõe, muitos colegas não foram aqui nominalmente registrados, nem os do passado que construíram os alicerces do departamento que nos acolheu, tampouco aqueles que constituem o algeroz da cumeeira, e que, na prática, fazem o trabalho coletivo da UFPE de hoje. A eles minhas escusas antecipadas.

Aproveito para honrar os que me antecederam em cujos feitos me escoro culturalmente, quer agradecer especialmente aos que copões os nós de minha pequena teia, a minha companheira de vida Stella, a Clara, nossa filha que me deu Brixton e Amora, aos meus pais Mauro (*in memoriam*) e Cleonice, os meus referentes de infante e de adolescente, a memória valente de meus amigos Tapuia. A presença eloquente no silencio de Victor e Clara.

Marcos Galindo,

Nossa Senhora das Dores de Apipucos, Recife,

Junho de 2022

A pesquisa e a docência

Desde que o Estado brasileiro chamou para si a função de mantenedor da ciência, criou-se um vínculo indissociável entre o magistério superior e a pesquisa. Estudos recentes apontam para o fato de que a produção científica nacional é fundamentalmente sustentada por acadêmicos patrocinados pelo poder público.⁵ Toda estrutura de fomento à ciência está abrigada nas teias governamentais, tornando o serviço público, praticamente a única opção para quem deseja enveredar pelos caminhos da investigação científica. Como consequência desta cultura, desde que a moderna universidade brasileira foi criada, sob os auspícios do Estado Novo, a formação de quadros de pesquisadores cientistas e professores do nível superior passou a ser uma estratégia de Estado.

Em tese, professor titular representa a qualificação mais elevada da carreira do docente e do cientista. A experiência nacional, a seu turno, espelhada nos modelos europeus e norte-americano, foi depurando um conjunto de qualificadores expectados para o profissional sênior, distribuídos nos eixos mais relevantes da atuação

acadêmica, a saber: ensino, pesquisa, formação de recursos humanos, extensão e gestão científica.

Para fins de progressão funcional, nutre-se a expectativa de que o docente aspirante à categoria de professor titular tenha ministrado aulas regularmente e conserve atitude proativa em relação à melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem.

No que concerne à investigação científica, espera-se que, ao longo da carreira, o professor tenha produzido sólida contribuição científica, assentada na fronteira do conhecimento com evidências de inserção internacional e liderança nacional. É expectado que seu trabalho tenha produzido impacto, que tenha sido publicado em periódicos de boa reputação e visibilidade.

Espera-se ainda que o candidato a titular tenha formado mestres e doutores; e que apresente indicadores relevantes em extensão,⁶ que o professor, ao longo de sua carreira, tenha, também, prestado contribuição institucional, notadamente na gestão acadêmica, ocupando posições de liderança e direção; e que o resultado do seu trabalho tenha gerado melhorias substanciais aos cursos e processos na universidade.

Às universidades brasileiras foi concedido o direito constitucional da autonomia aplicado no campo didático-científico e administrativo, bem como o direito à gestão financeira e patrimonial. A função social da universidade, instância que regula os diversos níveis da autonomia acadêmica se traduzem num conceito dinâmico.

O geógrafo recifense Josué de Castro, médico ativista e cientista social, por ocasião do ato de posse na Cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil,

resumiu: a universidade “é o centro coordenador das mais altas atividades intelectuais. (...). Desta forma, deve a Universidade estar indissoluvelmente ligada ao organismo social que a gera e ao qual ela deve servir plenamente.” E conclui: “Suas funções básicas são as de criar conhecimentos, de propagá-los e difundi-los e de defender as suas verdades contra as forças eventuais do obscurantismo” (CASTRO, 1948).

É pacífico, portanto, que a função social mais relevante de uma universidade seja aquela que busca converter avanço científico em conquista social, através da ação pedagógica, da investigação científica e da extensão devolutiva de seus produtos e resultados para a sociedade. Este fundamento ficou assentado na carta magna de 1988, como o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No mundo inteiro a avaliação acadêmica é realizada por pares. A autoavaliação progressiva do magistério superior é parte desta conquista de autonomia.

Do ex-professor e querido amigo, Ariano Suassuna, escutei certa vez que não se ascende a um nível profissional! O tempo, a dedicação, o espírito livre e o trabalho duro nos habilitam a uma condição e a um determinado estado de espírito. A universidade representa uma forma de inteligência coletiva, das formas colegiadas de tornar cânon o conhecimento empírico. Somos remunerados pela sociedade para buscar, debater e definir verdades provisórias, vigentes enquanto os colégios de *scientia* não estabeleçam novas verdades. Apesar de que, na práxis, muitos de nós se sintam privilegiados por esta condição, ao final, não somos melhores, nem superiores a nenhuma das castas humanas. Somos, todavia, diferentes, necessários e oportunos. Oferecemos soluções que se

mostraram mais eficientes e produtivas que o conhecimento gerado da cultura livre e do senso comum.

Por esta razão, ao conhecimento produzido pelos colégios universitários chama-se ciência. Por conseguinte, a consciência social, ou saber canônico advém do poder que as sociedades adquiriram para, através de suas disciplinas, promover o desenvolvimento social sistêmico. Esse especial aparelho é usado pela política, para melhorar a eficácia na saúde, para gerar resultados previsíveis na economia, para tudo enfim que é urbano e progresso.

O termo collega, no etmo primeiro da língua mãe de todos os latinos, semanticamente representa a ideia de “parceiro de trabalho” e se forma pela contração de com (“junto”) e, legere, (“eleito”). Como designativo é endereçado àqueles que pensam junto, que partilham o conhecimento amealhado. Segundo Câmara Cascudo, os negros escravizados que vinham para o Brasil referiam-se aos seus colegas de viagem como "meu malungo". No creoulo falado pelos negros brasileiros durante a escravidão, o termo significava "companheiro", pessoa da mesma condição.

Assim, é certo que nós elegemos, uns aos outros e na azáfama de fazer ciência nos tornamos cativos das ideias dos eleitos como nossos legítimos e múltiplos senhores. Assim, paradoxalmente justo por conservar muitos senhores, que, como nós, negrejam no mesmo barco e na mesma lida, nos tornamos livres. De Edson Nery aprendi que o escravo de muitos senhores é homem livre.⁷ Este adágio da sabedoria popular latina expressa em seu conteúdo uma natureza essencial das universidades. Contraria o cânon de vassalagem estabelecido para justificar na cultura medieval do senhorio que só admite um mandatário sobre a propriedade, servos e vassalos.

Neste particular momento revisivo, passo a relatar ao modo de ensaio memorial, uma narrativa dos frutos do esforço acadêmico de 26 anos de docência na UFPE, e me submeto à avaliação de meus pares na esperança de que o ensaio que se segue seja fiel e atenda, pelo menos em parte, aos critérios eletivos colimados para se ascender à condição de titular da Universidade Federal de Pernambuco.

Antecedentes históricos do DCI

O primeiro curso superior de bibliotecários de Pernambuco foi organizado pela Prefeitura do Recife, a partir de um projeto de José Césio Regueira Costa que, à frente da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), lançou planos inovadores para bibliotecas populares municipais. Regueira Costa enviou, como bolsistas aos Cursos da Biblioteca Nacional e à Escola de Biblioteconomia de São Paulo, Edson Nery da Fonseca e Milton Ferreira de Melo, seguidos, algum tempo depois, por Jorge Abrantes. Com o regresso em 1948, dos dois primeiros, foi instituído no Recife o Curso de Biblioteconomia que incluiu também, no seu corpo docente, o bibliotecário Ernani Cerqueira, vindo de São Paulo, a convite da DDC (ANDRADE LIMA, 1980, p.1).

Três décadas depois da criação do curso em Pernambuco, pouco de inovador havia sido acrescido ao traçado inicial de Regueira Costa. Parece que os anos duros da ditadura amortecera o ímpeto do curso. Depois da passagem de professores como Gastão de Holanda, Edson Nery, João Alexandre Barbosa, Ariano Suassuna, entre outros, não houve, nos anos que se seguiram à reforma universitária,

dinâmica interna ou externa que provocasse as respostas que o ambiente dinâmico do livro, da leitura e da cultura demandava.

Nos anos 1980, os gestores apontavam para problemas graves e urgentes que clamavam por câmbios imediatos, como a endogenia do corpo funcional. Segundo Maria Leticia de Andrade Lima, esse seria o ponto de maior vulnerabilidade do Departamento. De fato, a endogenia “sufocava a cultura de pesquisa, enfraquecia a extensão e atuava perigosamente na qualidade da formação”, criando um ambiente debilitante de ausência de diversidade, de competências e de pensamento (ANDRADE LIMA, 1980, p.3).

No Departamento de Biblioteconomia da UFPE, até o final dos anos 1990, o único pesquisador da área de tecnologia era o professor Cavan Michael McCarthy, que se dedicava a estudar a problemática de incorporação do microcomputador no ensino de biblioteconomia. Eram minguados os recursos tecnológicos disponíveis até então e os incentivos financeiros eram limitados pelo estado de severa crise econômica que assolava o país.

No princípio

O ingresso, em 1980, na Universidade Federal de Pernambuco representou para mim a oportunidade de abandonar a vida quase rural do interior, e acessar o destino comum dos jovens que buscam o bom sucesso no estudo. Sem que me desse conta da transformação que se anunciava, no ano em que Maria Letícia Andrade Lima escreveu seu artigo, eu dei as portas da universidade.

Quando chegou a hora de escolher a profissão que iria abraçar, me inscrevi para o vestibular de história. Um descuido de registro, todavia, ou quem sabe o destino, me fez entrar em um curso que eu desconhecia totalmente. A escolha quase acidental da biblioteconomia surpreendeu os colegas que comigo se preparavam para universidade. Para não voltar para o interior, aceitei fazer o ciclo básico comum às humanidades, projetando, para o ano seguinte, me submeter a novo vestibular. Debalde! Não mais me separei da biblioteconomia, somente retomando a história no mestrado, cinco anos depois.

A biblioteconomia de então era um curso antiquado e tecnicista, oferecia uma formação semelhante àquela que moldava os bibliotecários do começo do século. No final dos anos 1980, os mais jovens ansiavam pelas promessas futuras e pelo consumo das novas tecnologias que se insinuavam nos rincões mais vanguardistas. Foi nesse contexto que ingressei na biblioteconomia.

Escondia de mim mesmo o fato de que me considerava um péssimo aluno. Um dia, entretanto, lendo uma entrevista com um dos mais respeitados cientistas brasileiros, o físico Sergio Mascarenhas, me redimi. Para o alento de minha alma ele revelou: “Eu fui um mau aluno, desses que dava trabalho para os professores na escola. Depois da faculdade, no entanto, eu percebi que adoro dar aulas, nasci professor e quanto maior a turma melhor. Adoro o burburinho da sala de aula”, contou ele.⁸

Me reconheci nas palavras de Mascarenhas, e hoje entendo um pouco mais o garoto que fui, que como o nobre cientista, também fui um aluno pouco interessado nas coisas da graduação. No curso de minha carreira, entendi que meu comportamento refletia, em muito,

as escolhas pedagógicas do curso da minha época, pouco propenso aos desafios da inovação. De forma que, quando me bacharelei em 1984, levava comigo essa experiência. Esse trajeto, avalio, acabou repercutindo positivamente em minha conduta, e muito do formato e da motivação da atividade desenvolvida nos segmentos acadêmicos que atuei, como professor, pesquisador e administrador público, de algum modo, estão ou estiveram sob influência dessa experiência. Sou grato pelo percurso do passado, pois a vivência desse contraditório me ajudou a enxergar melhor a função social da universidade, da ciência da informação e da biblioteconomia.

Um dos primeiros debates internos que mantive, quando calouro, foi sobre a condição de subserviente da profissão, contida na expressão latina “servo dos servos da ciência” que escutei de uma professora nos primeiros dias de aula do curso de biblioteconomia. Tocou-me profundamente a ideia representada naquela máxima que colocava a nós bibliotecários na condição secundária de servos dos cientistas. Sobre esse fenômeno, Cesar Augusto Castro esclarece que os bibliotecários entendiam a expressão: “como algo positivo, na medida em que se consideravam como auxiliares dos cientistas, a quem estes recorriam quando necessitavam de informação.” Eu, todavia, abstraí mal aquela manifestação espontânea de subserviência. Hoje, reflito, parecia a própria representação do Discurso da Servidão Voluntária, descrita por Étienne de La Boétie no século XVI. (La Boétie, 1563).

Desde a Idade Média, os bibliotecários se posicionaram como serventuários do conhecimento, associados da igreja. No ambiente intelectual renovado pelo positivismo, todavia, profissionais progressistas passaram a se autodenominar, sarcasticamente, Servos

dos Servos da Ciência, (Scientia Servus Servorum). O sarcasmo era alusivo à expressão latina *Servus Servorum Dei* com a qual os Papas, no final do século XIX, se identificavam nas bulas pontifícias.

O trocadilho escolhido pelos bibliotecários guardava um duplo sentido: o primeiro marcava o território positivista e o segundo, a escolha laica dos bibliotecários que, àquela época, passavam a manter estreita relação com os cientistas, engajados na construção da Sociedade Industrial.⁹ Um exemplo clássico da prática positivista que exaltava a condição serviçal dos bibliotecários brasileiros pode ser vista na nota biográfica composta por Affonso de Taunay, para introdução da edição portuguesa da História natural do Brasil de Jorge Marcgrave. Nesse ensaio, Taunay explica que somente conseguiu acessar uma rara bibliografia a "mercê do extremo serviçalismo"¹⁰ do bibliotecário e do superintendente da sala de leitura da Biblioteca do Congresso em Washington. O qualificativo, hoje pejorativo, à época soava elogioso para os bibliotecários.

A postura dos progressistas aclimatou-se nas latitudes tropicais do Brasil, perdendo o tom sarcástico usado originalmente pelos bibliotecários europeus. O exemplo, antes citado, mostrava que, até bem pouco tempo, alguns bibliotecários assumiam a servitude que resumia um espírito de corpo, um modo de pensar de uma época. Este modus também colocava os bibliotecários em uma leniente zona de conforto, reforçava a condição tecnicista, os afastando das práticas de pesquisa e da obrigação da reflexão e da crítica. Esse posicionamento resumia a função social dos bibliotecários, praticamente à custodia e ao controle bibliográfico, limitando seu público preferencial a uma estreita faixa da elite culta.

A remissão do sentido do ofício bibliotecário me surgiu em uma aula ministrada por minha perpétua mestra de História do Livro Silvia Cortez. Com ela, descobri a mais nobre das funções universitárias, bem como da estratégia encontrada, ainda na idade média, para administrar conflitos nos debates de ciência que fugiam do modo tradicional de produzir conhecimento baseado na fé. Contra a fé são impotentes os argumentos da razão. Os verdadeiros homens de ciência, todavia, admitem apenas o conhecimento que brota do dissídio, do arbítrio e do livre debate. A ciência ordena o contraditório, processa verdades múltiplas e redundantes do discurso das ideias, promovendo o consenso social na forma de verdades provisórias.

Os regimes colegiados, por natureza, não comportam hierarquias, centralidades ou periferias. Somos rizoma, nos desenhamos ao modo das redes, nos sustentamos na capacidade de absorver e distribuir socialmente o conhecimento. Diz o Dalai Lama, nesse planeta “tudo funciona de acordo com a Lei da Natureza. As partículas se juntam, e com base na cooperação entre elas, tudo em redor, todo o nosso ambiente, pode se desenvolver e sustentar.” E conclui: “Em uma comunidade humana amplia-se a mesma Lei e princípio de cooperação” (DALAI LAMA, 2006).

A vocação para história e para os estudos da memória cobravam seu espaço em minhas preferências de leitura e na pesquisa. No primeiro semestre de 1980, já havia decidido abandonar o curso de biblioteconomia quando me surgiu a oportunidade de ingressar como aspirante a pesquisador no grupo da professora Gabriela Martin Ávila do Departamento de História. Arqueóloga de origem espanhola, recebeu-me em seu grupo como bolsista de trabalho, uma modalidade que acolhia calouros vocacionados para a

lida acadêmica, antes da criação dos programas de Iniciação Científica.

Houve um encontro anterior com a ciência. Refiro-me à descoberta da curiosidade e da racionalidade que nos faz buscar respostas sustentáveis para os desafios que a natureza nos impõe dia a dia. A introdução à memória experimentada com meu avô, nas discussões infindáveis, com Luiz Afonso, um amigo de infância, em Garanhuns, sobre os significados das inscrições rupestres, foram prelúdio para o que viria adiante. Conheci, no preparatório para o vestibular, no Colégio São Bento, em Olinda, Ney Dantas, meu amigo fiel há mais de quarenta anos, hoje professor do Departamento de Arquitetura da UFPE. Com Ney explorei as criptas e o circuito arqueológico do Mosteiro de São Bento em Olinda. Ainda era uma diversão, mas suficiente para encantar o espírito de garotos com pequenos achados de vidraria e louça colonial, dispensados à toa e encontrados a esmo no sítio do colégio.

Nessa época, fizemos uma viagem marcante a sítios arqueológicos nos municípios de Venturosa e Alagoinha, no Agreste Pernambucano (DANTAS, 2021, p. 9)¹¹. Instruídos pelos professores do colégio São Bento de Olinda, Ruben Franca e Fernanda Barbosa, com um álbum de fotografias na mão, procuramos os arqueólogos Ulisses Pernambucano e Jeannette Dias Lima da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe para apresentar nossas descobertas. A essa época, todavia, os dois trabalhavam com arqueologia histórica, e nos encaminharam para a professora Gabriela Martin Ávila, no CFCH/UFPE. Com a professora Gabriela fizemos nossa iniciação à ciência.

Nossa chegada ao Núcleo de Estudos Arqueológicos coincidiu com o início dos trabalhos de prospecção daquele grupo de pesquisa no semiárido pernambucano, justo na região sertaneja, onde antes tínhamos visitado sítios de arte rupestre. Trabalhamos inicialmente na região de Venturosa-PE e Carnaúba dos Dantas-RN, onde as famílias, minha e do Ney, respectivamente, tinham origem.

Nessa fase inicial, tive a grata oportunidade de me tornar assistente da professora Alice Aguiar Cavalcanti. Nossos achados foram incluídos na agenda de pesquisa do grupo, e realizamos explorações adicionais que resultaram na identificação e registro de mais de três dezenas de sítios arqueológicos em Pernambuco, corpus utilizado na dissertação em que a professora Alice definiu em categorias, as principais tradições de arte rupestre do nordeste do Brasil.¹² Como assistente da professora Gabriela Martin, desenvolvi pesquisas de campo nos estados de Alagoas, Paraíba e especialmente na região do Seridó Potiguar. Anos mais tarde, sob os auspícios da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, CHESF, atuei na pesquisa de salvamento arqueológico da área a ser inundada pela barragem de Itaparica.

Nesse período, trabalhei com o professor Armando Souto Maior, personagem proeminente do campo da história e controverso na política universitária. No curso de minha formação, o professor Armando tornou-se o amigo que enxergou no meu espírito qualidades que eu desconhecia, me estimulou para a vida intelectual e, aos poucos, foi despertando minha vocação para investigação científica nas humanidades. Desde então, os valores da metodologia, da sistemática, da lógica e da ciência foram acrescentados em minha bagagem intelectual.



Foto 1 - Missão de campo de arqueologia ao Seridó-RN, 1982. Da esquerda para direita: Ney Dantas, Plínio Victor (sentado), Alice Aguiar Cavalcanti, Ricardo Silva e no volante Agostinho Silva.

Como aspirante a pesquisador, fui instado pela Professora Gabriela Martin a exercitar a escrita científica, assim minha produção acadêmica iniciou-se quando eu era ainda um calouro. Entre os anos de 1981 e 1995, participei ativamente com apresentações orais em eventos científicos de arqueologia, nacionais e internacionais.

Atividades editoriais

Entre os anos de 1983 e 1985, valendo-me das qualificações de gráfico adquiridas no Jornal de Garanhuns e aprimoradas no curso

de biblioteconomia, atuei como auxiliar editorial da Professora Gabriela Martin. Nesse período, desempenhei o papel de editor técnico do periódico científico Clio, especialmente na série arqueológica que começou a circular em 1984. Nesse período, também, travei o primeiro contato com os computadores, que, até então, denominávamos “novas tecnologias”, passando a me interessar pela temática.

Em razão dessa função, eu me envolvi progressivamente com atividades editoriais, exercitando o ofício de editor. Para complementar o orçamento, passei a prestar serviços de normatização de teses e dissertações aos alunos da pós-graduação em História, e montei a empresa Documenta. O empreendimento progrediu e se tornou a Pindorama Gráfica Editora, uma pequena oficina publicadora que funcionou durante seis anos.

Fui colaborador ativo da Editora Universitária da UFPE na administração do professor Washington Martins. Nesse período, filiei-me à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Como membro da ABEC, promovi e coordenei, em dois momentos distintos, cursos regionais da organização em Pernambuco, dirigidos aos editores de periódicos científicos do Estado.

Mudando o rumo

Quando me preparava para concluir a graduação, em 1984, prestei seleção para o curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Fui selecionado, iniciando o curso, ato contínuo à formatura na graduação. Cumprí os créditos, mas não consegui escrever a monografia, pois, em 1985, fui contratado como

pesquisador documentalista pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Esta circunstância me distanciou um pouco da Arqueologia, diminuiu a disponibilidade para a pesquisa acadêmica, ao tempo que me aproximou da etnologia e etnografia. Nesse ano, conheci uma jovem estudante de letras, Stella Telles, bolsista de iniciação científica do Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI), interessada em linguística. Foi um encontro de almas com o amor, que perdura até hoje. Em poucos anos, formamos nossa família, fizemos carreira juntos, um apoiando o outro, hoje Stella é professora aposentada do Departamento de Letras da UFPE. Sobre a convergência de nossos olhares, não poderia dizer melhor que ela, “aqui particularmente ressaltando as nossas afinidades intelectuais, nos deu perspectiva e nos vem mantendo amorosamente pertinentes um ao outro, até hoje” (TELLES, 2019, p.7). O universo nos deu Clara, nosso melhor projeto, filha do nosso amor, mãe dos meus netos.

Ingressamos no serviço público como técnicos do quadro da Fundação Nacional do Índio - Funai em 1985. Organizamos juntos o Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da 3^a Superintendência Executiva Regional da Funai no Recife, que era um serviço especializado que subsidiava com fontes históricas o setor fundiário responsável pela regularização de terras dos grupos indígenas emergentes do Nordeste do Brasil. Chefiei essa unidade por quase oito anos. Montamos também a Biblioteca especializada em indigenismo, Professor Carlos Estevão. Com a colaboração dos colegas Luiz Carlos Sitônio e Isolda Cavalcanti, iniciamos um programa de articulação associativista que resultou no grêmio endógeno liderado então pela índia Pankararú Quitéria Maria de Jesus. Na Funai,

também fui editor da Revista Etnhos, especializada em memória e etnohistória dos índios do Brasil.

A passagem pela arqueologia, pelo indigenismo e pela etnohistória foi fundamental para meu futuro profissional. As ideias maturadas nesse tempo me conduziram para o campo da teoria da memória, escolha que, anos mais tarde, acabou pesando decisivamente no desenvolvimento do meu projeto doutoral.

Em 1992, fui designado pela administração central da Fundação para atuar na Superintendência Regional no Mato Grosso. Ao retornar para Pernambuco já era tempo de voltar à Academia. Em julho de 1993, fui redistribuído¹³ para a Universidade Federal de Pernambuco, passando a ocupar a função de arqueólogo no Departamento de História. Neste ano, retomei o curso de mestrado interrompido desde 1985.

Minha primeira tarefa de pesquisa como arqueólogo na UFPE foi investigar uma ocorrência notificada no enclave quilombola de Conceição da Crioulas, no município de Salgueiro, semiárido pernambucano. Aquele havia sido um ano de seca rigorosa, e na faina por busca de água, criadores de gado encontraram no logradouro Lagoa da Pedra, restos de mamíferos pleistocênicos extintos que afloraram durante a obra de limpeza de um poço. Nessa pesquisa, tive o valioso suporte de Maria Somália Viana, jovem professora do Departamento de Geologia da UFPE, e parceira de publicações no campo que conecta a paleontologia a arqueologia.

Além dos restos paleontológicos, representativos de uma rica e diversa megafauna, localizamos no entorno dessa lagoa, um conjunto de nove sítios arqueológicos contendo registros de pintura

rupestre. Essa pesquisa resultou na minha dissertação de mestrado, intitulada Ocupações pré-históricas em Conceição das Creoulas. Título obtido em arqueologia, no ano de 1995, sob orientação da professora Gabriela Martin Ávila. Para as pesquisas do meu mestrado tive, em dois períodos (1984-1985 e 1994-1995), o suporte de bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O magistério e o encontro com a tecnologia

No ano de 1995, surgiu a oportunidade de concurso público no então Departamento de Biblioteconomia, certame na área de Registros da Produção do Conhecimento que atendia as demandas das cadeiras de História do Livro e de Editoração. Senti-me confiante e habilitado para o concurso por ter incorporado conhecimentos teóricos e práticos em editoração que me acompanhavam desde que fui artífice no jornal de Garanhuns e nos trabalhos de editoração antes relatados. Ao final, fui aprovado como primeiro colocado e contratado como professor de auxiliar I do magistério superior, iniciando minhas atividades docentes no primeiro semestre de 1996.¹⁴ Neste momento cumpria-se o ciclo iniciado como estudante, passando por técnico de pesquisa em arqueologia, e finalmente alçando a carreira do magistério superior.

Quando ingressei na carreira docente, já trazia comigo a semente de uma experiência acadêmica vivida como estudante, bolsista e técnico de pesquisa. Cheguei motivado e desejoso de que

meu trabalho como professor resultasse no incremento da diversidade de ideias e inovação, com rebatimento efetivo na evolução da universidade e do curso.

A Internet havia aportado no Brasil, em 1988, introduzida inicialmente para uso acadêmico das universidades e instituições de pesquisa. Dois anos depois, a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), passou a operar, ampliando clientela dos serviços de comunicação em rede para o público doméstico. Tal ação marcou a instalação social do ciberespaço no Brasil. A chegada da WEB e dos navegadores amigáveis acendeu o interesse pelas novas ferramentas, portadoras de promessas tentadoras para o universo da gestão do conhecimento. Ao lado disso, depois de muitos anos de penúria, o Brasil se libertou da crise que assolou o país por toda a década de oitenta. Em 1994, com o fim da hiperinflação, a economia finalmente parecia retomar o rumo do crescimento.

A este termo, a tecnologia da informação, o mundo digital e o ciberespaço, já faziam parte da vida do homem comum. Os computadores pessoais entravam nos lares quase como um novo “eletrodoméstico”. Rapidamente a tecnologia tomou o espaço das máquinas de datilografar, ocupando lugar privilegiado nos escritórios, nas salas de estar.

As mudanças emergiam ruidosamente praticamente em todos os logradouros onde chegava a energia elétrica. Esse fenômeno coincidiu com o início de um ciclo de incertezas para os bibliotecários. Não obstante haver a promessa da tecnologia e a generalização da esperança, paradoxalmente, irradiava-se um sentimento escatológico nos inflamados debates de opinião. Era um universo totalmente novo,

divergente e extremamente tensionado por contradições inconciliáveis no campo profissional bibliotecário.

Uma forte corrente, que então se levantava, queria nos fazer crer que brevemente a sociedade paperless iria abolir as mentes modernas do jugo do papel, e assim, bibliotecas e livros não seriam mais necessários. Nesse momento, a tecnologia dos computadores passou a ser vista como aquela instância algoz que ameaçava o domínio milenar das bibliotecas.

Os mais maduros foram também os mais impactados, uma vez que as “novas tecnologias” aportavam com a promessa de aposentar as “tecnologias analógicas”. Num piscar de olhos, instrumentos que serviram a gerações tornaram-se obsoletos, condicionando, quase que imediatamente, as preferências de consumo em direção aos produtos digitais. Neste contexto, bibliotecários simpatizantes da informática passaram a ser vistos por alguns como facilitadores da tragédia. Não era uma batalha neoludita¹⁵, mas um sentimento crescente que se propagava na surdina, nos ambientes reservados, fortalecendo opiniões entrincheiradas, moldando posições dos profissionais da informação.

Tal sentimento de finitude de ofício não era novo para os bibliotecários. No final do século XIX, influenciado pelo seu próprio *Zeitgeist*¹⁶, (o clima universal que animava os intelectos e a cultura do mundo na sua época) e pela tecnologia que inundava a sociedade industrial — eletricidade, o fonógrafo, a iluminação, a fotografia, o cinema, e o telefone — Octave Uzane escreveu o célebre ensaio *The end of the books*. Nesse texto, ricamente ilustrado por Albert Robidá, Uzane profetizava o fim dos livros e da biblioteca, pelo menos, de como ela era vista então. Na década seguinte, o vespeiro havia se

acalmado e as promessas de Uzane entraram para a lista das bizarrices não cumpridas pelas promessas do espírito humano.

No final do século XX, a indústria da informática e a economia da sociedade da informação fizeram-nos crer, através de um poderoso fenômeno midiático, que bastaria conectar computadores na internet que nossos problemas se resolveriam como mágica. Eu mesmo me encantei com essa ideia, mas fomos enganados. Prometeram-nos escritório sem papel, o fim do livro, a democracia digital e nada disso se materializou. O rol das promessas que não vingaram é interminável. O apocalipse anunciado pelos arautos do novo tempo também não se cumpriu.

Por outro lado, aconteceu muita coisa que não havia sido prevista. Não nos prometeram redes sociais a emergência do diferente, do divergente, do mutante, do ponto fora da curva. E isso foi fundamental. Quem poderia esperar que esse movimento que irrompeu no final do século XX viesse dar valor a uma agenda social do diferente? Que permitiram que nós olhássemos para o trans, para o gay, para o negro, para o migrante, para os que tiveram menos oportunidades como olhamos hoje. Esse mesmo fenômeno patrocinou a emergência de uma poderosa agenda antissocial promovida por uma elite rústica. Há um longo caminho a ser percorrido, mas se olharmos para os vinte anos que se passou, veremos que isso foi obra de uma forma nova de pensar, pelo acesso aos canais de educação, inaugurada por uma geração que passou a refletir sob postulados muito distintos do que nossa geração pensava.

Diante dos efeitos da nova tecnologia, dois corpos sociais foram catalisados, quase que imediatamente. Separados pelos efeitos desse processo, estavam os herdeiros das tradições analógicas

ancestrais, nascidos sob a égide do modo industrial, denominada geração de migrantes digitais, e os nascidos no universo modificado pela nova tradição, e denominados nato-digitais. Por baixo de uma espessa nuvem de euforia, uma complexa demanda por câmbios no universo do consumo emergiu no mundo do trabalho e do emprego, com profundas implicações sociais que somente seriam perceptíveis "na sua mais completa tradução" duas ou três décadas depois.

O novo Tempo

A nova cultura que se instalou com a chegada da Internet estava baseada em paradigmas tecnológicos amplamente distintos daqueles que ela vinha substituir. Essa circunstância exigia de seus utilizadores, mais que vontade de mudança. Era requerido habilitação a uma nova linguagem e a incorporação de uma nova cultura organizacional.

Em maio de 1995, a rede foi liberada para consumo público. Os computadores pessoais que pouco antes haviam invadido as casas, passaram a conectar pessoas sem limitantes e, de um modo diferente do que faziam o telefone, a televisão, e as mídias impressas. Essas circunstâncias estabeleceram um “novo normal” e mudaram, para sempre, a forma que os brasileiros enxergavam o mundo. Um frenesi contagiano alimentava o consumo de bens e serviços de informação. Alguns anos mais tarde, consistentes efeitos secundários dos câmbios sociais, providos pela nova tecnologia, começaram a emergir em todo o mundo, alimentados por movimentos que representavam as novas tendências universais de base social.

No Recife, os primeiros efeitos desses câmbios foram sentidos na forma de uma cena cultural emergente. “Da areia sávia, e lagadiça entre o Beberibe, e o Oceano”¹⁷ surgiu, no início da década de 1990, o movimento Mangue Beat que rearranjava elementos da cultura local, como o maracatu rural, com a cultura pop, com o rock'n roll e o hip-hop. Rapidamente o mangue beat idealizado por Chico Science, Fred Zero Quatro, Renato L, Mabuse e Héder Aragão tomou as ruas impregnando com seu ritmo a dinâmica da cena cultural em Pernambuco.

A cultura é um poderoso aparelho, o que primeiro capta e expressa os fenômenos sociais. A rica experiência social Mangue Beat mostrava, de muitos modos, que as pessoas comuns estavam conectadas pela tecnologia da informação. Havia uma consciência social, uma nova modernidade movida pela tradição e pela cultura que nos dizia sensorialmente que algo novo estava em curso! Era uma forma de consciência nativa, corporal, capaz de perceber a mudança que estava se aproximando. A hipermídia era a interface da vez, uma extensão do hipertexto, que dissolvia a linearidade sisuda do texto impresso e veiculava links, emulado em ambiente tecnológico, as sinapses realizadas pelos neurônios. Era um recurso simples e efetivo, mas poucos clusters acadêmicos olhavam para a nova interface como objeto de estudo. Nós rapidamente percebemos que as novas ideias mudariam radicalmente a forma como fazíamos as coisas.

Ainda não havia terminado a década, quando, na semana pré-carnavalesca de 1997, o líder do movimento Mangue Beat, Chico Science, morreu, encerrando dramaticamente um ciclo. Nessa década de rupturas e de alta tensão cultural emergiram diversos grupos que agenciavam inteligências, marcados fortemente pela influência da

cena local, e pelas tendências contemporâneas mais universais, resultantes do desmantelamento da Sociedade Industrial.

Muitos desses movimentos de cultura acadêmica se ordenavam na forma de comunidades de prática, que questionavam paradigmas e convenções, estimuladas pelo debate sobre as mudanças capitaneadas pela tecnologia.

Aproximava-se a virada do milênio. Num piscar de olhos o mundo havia se transformado. Uma manhã fomos acordados — para uma alvorada tecnológica — pela batida surda das alfaias que ensaiavam o mangue beat. As sociedades passavam a demandar conhecimento numa escala sem precedentes, de tal forma e com tal impacto que se convencionou denominar o período histórico que se iniciava como a Sociedade da Informação. As demandas desse novo tempo chegaram exigindo das organizações que cuidam da promoção, da preservação e do acesso ao patrimônio memorial, mudanças significativas, principalmente no que tange às formas de acessar o conhecimento e preservá-lo para as gerações vindouras.

O eixo local onde esta grande máquina girava era a Nação Pernambuco, ideia que pode ser definida como uma supraidentidade cultural endêmica que coexiste, sem contradições, no coração da nação brasileira. É nas dimensões da cultura e da memória que as expressões desta identidade melhor se manifestam. É no complexo campo da cultura que nossa diversidade se soma a outras diversidades para gerar a singularidade do ser Brasil.

Este período também foi marcado por um exuberante clima de mudança. Era possível sentir a vibração que os avanços tecnológicos produziam nas pessoas. Estes anos, como vimos antes,

também vão ser lembrados como o tempo das incertezas. Estava em curso um processo que levou a humanidade a tornar-se progressivamente dependente da nova forma de tecnologia digital.

Cibertecários e o Experimento VIRTUS

No início de 1996, subi a escada larga do Centro de Artes e Comunicação para me apresentar formalmente como professor no departamento de biblioteconomia. Trazia no peito uma indescritível satisfação de conquista por mérito, galgada em concurso público.

Quando cheguei não havia ainda uma sala para o novo professor, depois de esperar por alguns meses sem decisão, candidatei-me a ocupar um depósito utilizado pelo departamento para guardar bens inservíveis. Recrutei um grupo de alunos, e juntos esvaziamos, faxinamos e, ao final ocupamos o lugar.

Neste meio tempo li o artigo Bibliotecas virtuais e cibertecários: o futuro já começou do bibliotecário minhoto Elói Rodrigues explorava de forma convincente o tema do conhecimento na era da tecnologia. O texto explicava os efeitos da explosão de acesso à informação eletrônica que, segundo o autor, provocaria nos anos seguintes, profundo impacto no ethos das bibliotecas e dos bibliotecários.¹⁸ Sobre os câmbios em curso na missão e as funções das bibliotecas (digitais/virtuais) e dos bibliotecários do ciberespaço (os cibertecários), advertia Eloy Rodrigues a seus leitores: “Essas funções requerem competências que os bibliotecários teoricamente possuem (ou deveriam possuir), mas salienta-se que se eles as não desempenharem desde já, outros o farão”. O texto parecia um

manifesto de recrutamento para uma guerra que eu estava disposto a guerrear.

O discurso me remetia, a reflexão de Ortega y Gasset sobre a Missão do Bibliotecário, produzido à beira da Segunda Grande Guerra. Para determinar a missão do bibliotecário, ponderava o filósofo espanhol, seria necessário partir da necessidade social que servia a profissão, que na sua opinião era essencialmente variável, migratória, evolutiva; em suma, histórica. Considerava que se o trabalho do bibliotecário, até então, havia variado rigorosamente em função do que o livro significava como necessidade social, e que, se a história era, principalmente, a história do surgimento, desenvolvimento e desaparecimento das vigências sociais, assim, era “chegado o momento de se haver com o livro na condição de conflito, como função viva” (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 16).

Apenas dois anos depois de o pensador espanhol proferir seu discurso, Paul Otlet profetizava, na abertura dos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, em Paris: “Um dia, bastará fazer mover pequenas agulhas, sobre um quadrante numerado de um mostrador, para ler, diretamente, as últimas informações dadas pela Encyclopédia Mundial, disposta como um centro de irradiação contínua. Esse será o livro que, contendo todos os assuntos, estará à disposição do universo.” Parece-nos que a visão de Otlet revestiu de realidade a profecia de Ortega y Gasset, e descrevia a própria Internet, que somente surgiria meio século depois, para mover-se através de um toque de mouse, que é quase uma agulha. A Encyclopédia Mundial perseguida pelo documentalista cabe na pele dos instrumentos da Web. Ferramentas tecnológicas conectados à rede mundial, abrem as portas da “Aldeia Global”,

possibilitando a comunicação numa escala que beira o infinito. Seria esta a nova vigência do livro?

Novato na docência, o manifesto cibertecário me introduziu a uma visão especialista, e às novidades da WEB que eu desconhecia. De pronto, eu me identifiquei com a linguagem e o conteúdo. O texto apresentava as potencialidades da Internet, e rapidamente compreendi que seria através desse instrumento que as bibliotecas virtuais¹⁹ se tornariam uma realidade. Minhas leituras derivantes conduziram a Stevan Harnad, um cientista cognitivista e importante nome do movimento do Acesso Aberto que, no início da década de 1990, previu a eclosão de uma nova revolução no âmbito da comunicação científica. Para ele a sociedade estava no limiar de uma quarta revolução e a condição para sua emergência seria o desenvolvimento da Internet. Antes de qualquer outro, Harnad visualizou o potencial da rede para tornar a comunicação científica mais eficiente e interativa, levando “a possibilidade de uma transição na evolução do conhecimento, na qual nos libertaremos da inércia terrestre que onerou a pesquisa humana até agora”, (HARNAD, 1991). Tudo era megadimensionado e incrivelmente apaixonante.

Progredia na leitura de fronteira com um pequeno grupo de alunos, até que um dia, despretensiosamente, afixamos na porta da sala um papel rabiscado onde se lia “Cibertecários: o futuro começou”. Um docente que cruzava o estreito corredor onde estava nossa sala, perguntou com um olhar enigmático o que significava o termo cibertecário? Era o professor da Comunicação, Paulo Cunha, que, daquele dia por diante, se tornaria nosso parceiro de muitas iniciativas acadêmicas. Com o texto do Eloy em mente, explicamos brevemente a ideia. Falei do Harnard e das ideias para uma

comunicação acadêmica livre, e Paulo me revelou que a comunicação passava por um fenômeno semelhante. A tecnologia da telemática já flertava com o ambiente dos periódicos tradicionais e que a comunicação online era uma grande promessa. Paulo lembrou ainda que havia outro professor recém-contratado no Departamento de Design, também interessado em estudar os fenômenos que estavam acontecendo na nova fronteira. Era o brilhante professor André Neves, cujas ideias estavam igualmente contaminadas pelas promessas do novo tempo. Naquele mesmo ano, juntou-se a nós o professor Ney Dantas, interessado na arquitetura da documentação hipermídica.

Em 1997, o desejo de estudar novos métodos de organização e acesso aos registros do conhecimento científico, os desafios criados pelo desenvolvimento da T.I., e a instalação social do ciberespaço estimularam a criação de um núcleo de pesquisa que viria a ser a sementeira de onde, mais tarde, germinou o Laboratório Liber.

O item cinco da ata da 74^a Reunião do Pleno do Departamento de Biblioteconomia, realizada em 4 de abril de 1997, informava da articulação do grupo: “Virtus - Laboratório de Informação.”²⁰ Aos 29 daquele mesmo mês, o pleno do Departamento de Biblioteconomia apreciou e aprovou meu projeto de pesquisa “Lib Virtus - Biblioteca Digital”.²¹ Tal iniciativa veio a se constituir no experimento em torno do qual se reuniram os esforços acadêmicos dos professores Paulo Cunha (Departamento de Comunicação), e André Neves (Departamento de Teoria da Arte, hoje Departamento de Design), para criar o Virtus, um experimento interdisciplinar e multidepartamental, fundado no primeiro semestre daquele ano no Centro de Artes e Comunicação da UFPE.

Nesse interim passamos a trabalhar ativamente no novo ambiente de laboratório o “Libervirtus”.²² Algum tempo depois, verificou-se que a denominação não atendia à complexidade multidisciplinar do movimento e a diversidade de interesses envolvidos nos experimentos do grupo. Assim reduzimos o designativo para Virtus, que oportunamente fazia um trocadilho com o lema “Virtus impávida” inscrito no escudo da Universidade Federal de Pernambuco.



Foto 2 – Inauguração do Virtus na Biblioteca Joaquim Cardozo – CAC em junho de 1997.

Tudo conspirava a favor, e a comunidade de prática mergulhou numa experiência nova de aprendizado coletivo. A ideia fundava-se na reunião voluntária de pesquisadores em torno de um ambiente colegiado que facilitava o compartilhamento do

conhecimento e o surgimento de novas ideias. O ambiente foi acolhido imediatamente por muitos parceiros, estudantes, técnicos e professores. 1997 foi um ano especialmente produtivo. Nesse ano passamos a articular pesquisadores interessados em refletir sobre a temática da internet e sobre o fenômeno social que se processava em seu caudal.

O tema fervilhava portas-a-fora da universidade e repercutia fortemente nos ambientes de debate intelectual, especialmente junto aos setores de pesquisa ligados à área da Tecnologia da Informação. A essa época ainda não era trivial o interesse pela temática da tecnologia e o investimento em pesquisa por grupos oriundos das humanidades.

Apesar de, em 1982, ter sido aprovado um novo currículo mínimo para os Cursos de Biblioteconomia, com duração de quatro anos, a impressão que ficava era a de que, internamente, os câmbios não lograram realizar uma mudança consistente e efetiva em direção à modernização e inovação.²⁴

Os novos desafios estimularam mudanças importantes no departamento de biblioteconomia. Ao considerar que as mudanças havidas nos modelos de organização do conhecimento, que atuavam agressivamente nas bases da biblioteconomia, tinham deflagrado um processo de tendência universal, que enxergava a biblioteconomia como uma dimensão aplicada da Ciência da Informação, iniciamos em 1998, uma campanha de convencimento interno para tentar promover algumas mudanças para incorporar a atividade de pesquisa na cultura do departamento. Justificávamos que a pesquisa no campo passava invariavelmente pela modernização do rumo e da motivação do departamento. Essa campanha não resultou, na época, em outra

mudança, senão o nome do Departamento de Biblioteconomia da UFPE, o qual passou, desde então, a se denominar Departamento de Ciência da Informação (DCI).²⁵

Apesar do caráter disruptivo, nada daquilo era verdadeiramente novo. Nos anos 1960, quando os primeiros computadores já haviam mostrado seu potencial, uma nova geração de pesquisadores, oriundos de diversas áreas do conhecimento, voltavam sua atenção para os efeitos sociais da nova tecnologia. Um destes observadores era o filósofo e sociólogo americano Ted Nelson que, partindo se sua experiência pessoal teorizou sobre conceitos como hipermídia e hipertexto. Sua reflexão antecipava profeticamente o impacto que as máquinas computacionais e a digitalização teriam sobre o conhecimento e as humanidades.

Na virada do milênio, o conceito de hipermídia, havia se tornado uma realidade pragmática. A princípio entendida como a reunião de várias mídias num ambiente tecnológico, suportada por sistemas de comunicação digital de alta performance, distanciava-se rapidamente da noção de multimídia. A hipermídia ganhou seu entendimento contemporâneo, quando a tecnologia demonstrou ser possível comunicar para além da mera reunião das mídias existentes. Fugindo da linearidade tradicional analógica as plataformas de hipermídia fundiam esses meios para proporcionar uma experiência disruptiva.

O conceito do hipertexto e da hipermídia, a certo modo, materializava na práxis os modelos do Memex concebido por Vanevar Bush em 1945, e o Rizoma proposto pela teoria filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari em 1968, utilizado para exemplificar sistemas epistemológicos desprovidos de centralidades no qual não haveria

proposições ou afirmações mais fundamentais do que outras (DELEUZE, GUATARY, 1968). Como Paulo Cunha gostava de repetir, estávamos guiados pela visão renovada de rebelião cultural de Jomard Muniz de Brito, para quem a experimentação confunde o estabelecido e estabelece a diferença.

Na visão de Rômulo Pinto, o Virtus surgiu com o objetivo de sistematizar investigações sobre a instalação social do ciberespaço, a partir de uma perspectiva complexa que contemplasse a múltiplos olhares. O Virtus também adotou como metodologia de investigação o "fazer objetos", produzir representações e disponibilizá-las, tanto para explorar o potencial do novo campo que se delineava, quanto para observar situações concretas de usabilidade. "Assim, surgiram dezenas de experimentos que se abrigavam no website do projeto, cada um deles com objetivos, procedimentos e expectativas diferentes." (PINTO, 2001).²⁶

O Virtus tornou-se um condomínio de experimentos, um movimento mediado pela tecnologia e movido pelas grandes questões, muitas e de variadas matizes que se apresentavam neste campo. Interessava ao grupo o segmento de perguntas que envolviam o tratamento da informação registrada, a preparação de conteúdos para a disponibilização publica para uma multidão de consumidores ávidos por acesso, especialmente via WEB.

Preocupava-nos a precisão de recuperação da informação e a sua distribuição. Os conteúdos pré-processados pelos métodos descritivos desenvolvidos pelos predecessores da Ciência da informação haviam alcançado um razoável nível de eficiência, mas o novo ambiente de distribuição da informação exigia um esforço muito maior, e se configurava então, como o grande desafio da recuperação

da informação.

Debates sobre essa temática ficaram consignados nos textos “Onde as ruas não tem Nomes: Um olhar sobre o Ciber Espaço” e no “Encontro as quintas”.²⁷ Desses textos, emergiam inquietações que nos anos seguintes apareceriam nos relatos de outros autores. O debate local, portanto, conectava-se a um fenômeno universal do qual tomávamos parte de modo ativo e produtivo, sem, contudo, ter a consciência plena do que acontecia globalmente.

Desde o princípio das experiências, buscava-se compreender no Virtus a natureza mutante, a função social que levava nós humanos a representar simbolicamente seus objetos de inteligência, a gerenciar, custodiar e preservar a memória para uso das gerações vindouras. Essa função metamórfica foi resultado de um longo desenvolvimento social, e é essencialmente evolutiva e histórica.

O mundo estava cambiando, tão apressadamente que os passageiros dessa viagem — como nós mesmos — não se davam conta da magnitude do processo que envolvia a grande máquina. Ainda que em alerta, fomos pegos de surpresa. Poucas pessoas dominavam os princípios da nova linguagem que tornava amigáveis as telas negras dos computadores. No novo ambiente, docentes e estudantes movidos por uma especial curiosidade, criaram as primeiras páginas em html que circularam na web em Pernambuco. A princípio eram repositórios hipertextuais não estruturados que logo dariam lugar a complexos projetos com design arrojado e estruturas comunicativas dirigidas a comunicação científica.

O hipertexto trouxe com ele a multimídia e um modo tecnológico muito mais próximo da forma natural dos humanos se

expressarem. Isso tanto encantava quanto assustava as pessoas. Esta ideia, a certo modo, encontrava-se com a possibilidade defendida por Harnard de uma transição na evolução do conhecimento, para o qual “nossas mentes estavam organicamente destinadas” (HARNAD, 1991). Havíamos evoluído para isto.

No início de 1998, o Virtus passou a dar sinais de que alcançava a maturidade, a visão de projeto situava a iniciativa em um segmento de tempo que curou. Assim, o grupo foi se especializando em sua própria bolha de interesse, consolidando a maturidade do projeto.

O Banco de Teses e a pesquisa em Preservação digital

O grupo se instalou inicialmente em uma dependência do Departamento de Biblioteconomia, algum tempo depois nos deslocamos para biblioteca do CAC, de lá para o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e finalmente nos mudamos para as dependências da Biblioteca Central da UFPE (BC). Nessa época, grande parte desse prédio encontrava-se desocupado em razão da política de descentralização do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE (SIB) que acabou esvaziando o acervo da BC e fortalecendo o das bibliotecas setoriais.

Em nossa leitura, esse fenômeno, era um desdobramento das disputas havidas entre bibliotecários e a gestão central da universidade em torno do desenho do sistema de bibliotecas. O bem-organizado segmento dos bibliotecários rebelados se mobilizara para contestar os “excessos” da “modernização” e a condução autoritária da “modernização” da BC proposta por Edson Nery, vista

então como “imposição de um modelo único e alienígena de estrutura e organização de universidade”.²⁸

Essa disputa desastrosa deixou uma mentalidade tecnologicamente conservadora no ambiente bibliotecário de Pernambuco, cujos efeitos secundários pudemos sentir quase trinta anos depois. Não obstante a oposição de alguns técnicos, ao novo projeto de resgate e modernização da BC, a oportunidade converteu-se numa parceria produtiva e permitiu ao Liber e a Biblioteca Central experimentarem, de forma partilhada, uma diversidade de aplicações tecnológicas, agregando à BC a condição de laboratório experimental que ela até então não possuía.

Para os bibliotecários do Vitus, o Banco de Teses ou experimento Libvirtus — a pedra fundamental do Laboratório Liber — foi criado em 1997, para estudar o problema dos repositórios temáticos de conhecimento científico.²⁹ O laboratório Liber, deve ser entendido também como uma plataforma de ação, uma agência acadêmica onde desenvolvemos programas e projetos de pesquisa, de ensino e extensão realizadas sob minha coordenação e supervisão. Uma lista exaustiva dos projetos desenvolvidos pelo Laboratório Liber pode ser vista no Anexo A desse memorial.

As primeiras iniciativas, no sentido de organizar a produção intelectual e as dissertações oriundas dos poucos cursos de pós-graduação da UFPE tiveram lugar no princípio da década de oitenta. Desde os anos 1970, catálogos de referência dos programas de pós-graduação pioneiros circulavam em listas mimeografadas, distribuídas pelo Comut, serviço operado pelo Sistema de Bibliotecas. Por iniciativa do professor Yony Sampaio, então Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), estes instrumentos foram reunidos em

uma única publicação, com padrão institucional e sob a responsabilidade editorial da administração central UFPE. O primeiro catálogo geral das pós-graduações trazia informações breves como referencias e resumos das teses e dissertações, dando uma visão geral daquilo que era produzido no âmbito dos programas da UFPE. Apesar do esforço, o sistema tinha pouco alcance e não conferia a visibilidade esperada à produção que brotava nas pós-graduações.

Em 1997, o Banco de Teses passou a disponibilizar o acervo de teses e dissertações baseado no princípio universal do livre acesso, na Legislação do Depósito Legal e da Propriedade Intelectual vigente no Brasil, respeitada universalmente por força de protocolos de reciprocidade internacionais. A política de depósito de teses e dissertações existente hoje é herdeira da portaria 10/85, proposta originalmente como parte do modelo Libvirtus, para regulamentar o fluxo dessa produção no âmbito da UFPE.

O experimento Libvirtus se apresentava como um catálogo eletrônico da produção intelectual da UFPE que, além da referência básica dos produtos, comportava, resumos, sumário e, em alguns casos, o texto de teses de dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE. Entre as iniciativas destinadas a laboratoriar novas ferramentas de acesso e recuperação de informação, estava o projeto Ultramar que inicialmente era apenas uma biblioteca digital em história do Brasil. O Ultramar surgiu em 1997, como projeto de pesquisa no Departamento de Ciência da Informação da UFPE inserido no corpo de experimentos do Laboratório Virtus que estudava os problemas de gerenciamento, difusão e acesso à informação na Internet.

No ano seguinte, depois de uma desinteligência a respeito da ocupação do espaço físico, o Virtus mudou-se para o segundo piso da Biblioteca Central. No novo ambiente, localizamos três acervos que, no decorrer do tempo, foram se incorporando ao nosso trabalho na condição de objeto de pesquisa e como acervo de interesse para preservação do grupo de pesquisadores bibliotecários.

A essa altura, o Liber já era reconhecido como unidade de pesquisa e o experimento se confundia com o próprio laboratório. Para além das iniciativas antes citadas, nutríamo-nos a esperança de ampliar a ferramenta para que ela pudesse gerir e disponibilizar a produção intelectual dos professores, pesquisadores e alunos da UFPE. Nos primeiros anos do milênio, todavia, o problema da conversão de instrumentos analógicos que guardavam em papel, a informação de interesse para a memória da ciência e tecnologia produzida nas universidades não era uma tarefa fácil.

Não haviam modelos consolidados, prontos e estáveis que pudessem servir de guia para formação dos repositórios, ou bibliotecas digitais, como eram chamadas, então as plataformas de gestão e difusão bibliográfica em meio digital. Fora de um sistema orgânico de gestão, a digitalização apenas cambiava o suporte da informação, mudando o endereço do problema, e criando, muitas vezes, novos desafios que precisavam ser encarados coletivamente.

O Instituto Histórico

Apresentado pelo Professor Yoni Sampaio, em 1997, fui aceito como pesquisador associado do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE). A vivência no

instituto consolidou a minha vocação para as coisas do patrimônio cultural, e reforçou minha escolha de pesquisa em um campo largo que abraça a memória, a tecnologia e a gestão documental. No IAHGPE, exercitei a habilidade de desenvolvimento e gestão de projetos em unidades de memória. Entre iniciativas realizadas no Instituto (algumas sob a supervisão do professor José Antônio Gonçalves de Melo), posso citar os projetos Ultramar e o Monummenta Hyginia que descreveremos adiante.

As coleções do IAHGPE se configuravam num magnífico campo de prova aberto à experimentação. O extenso conjunto de dados semiestruturados, parte dele já semi-ordenado em elaborada técnica arquivística, especialmente o acervo de cópias manuscritas de documentos holandeses, eram corpus perfeitos esperando uma intervenção, e exigiam o desenvolvimento de bases de dados especializadas.

No IAHGPE, tive oportunidade de desenvolver os mais relevantes projetos de resgate de minha carreira, as iniciativas de preservação e os estudos de provimento ao acesso público de acervos memoriais. Foi no instituto também que travei as experiências mais produtivas, no sentido de compreender a relevância da cultura custodialista que então ainda vigorava no Brasil. Essa experiência me serviu de escola para o desenvolvimento dos Sistemas Memoriais e para compreensão do sentido e da função social da memória.

Fechando um ciclo

Um novo Ciclo

Em 1998, surgiu a oportunidade de afastamento para o doutoramento no exterior. Nesse período, eu travava uma batalha que se tensionava entre a necessidade de aproveitar a oportunidade de formação na Europa e o desejo de continuar à frente dos projetos no Virtus. Nesse período, experimentava um clímax de satisfação pelo retorno dos experimentos desenvolvidos pela comunidade Virtus. Escutando o amigo Ney Dantas que me aconselhou “ver o mundo para abrir a mente”, me afastei por quatro anos, mudei o endereço profissional para os Países Baixos, e meus interesses de pesquisa passaram, então, a ser condicionados pelas demandas do ciclo doutoral na área de documentação, história e memória.

O doutoramento abriu novas e inusitadas perspectivas enquanto alargava minha visão de mundo. Na Europa, fui exposto à irradiação intensiva de novas ideias e aprendi sobre o funcionamento e papel social das bibliotecas contemporâneas, inclusive as que habitavam o mundo digital. Passei a conviver com pessoas que elevaram meu padrão de exigência científica e encurtaram minha tolerância para a experimentação descompromissada. Como

resultado dessa exposição, fui desenvolvendo habilidades de projeto e planejamento conforme a tradição do Velho Mundo. Quatro anos depois, essa vivência tinha revolucionado meus interesses e a forma de como enfrentava os problemas.

Ao lado do projeto acadêmico, outras possibilidades de projetos se alinhavam. Enquanto trabalhava no desenvolvimento da tese, meu interesse pelas coisas da memória partilhada com os Países Baixos foi se afunilando. Nesse processo, um universo novo de possibilidades foi se apresentando e acabei assumindo tarefas paralelas que me conduziram a um conjunto de iniciativas e projetos, cujos reflexos me acompanham até hoje.

O Governo das Almas: expansão colonial no país dos Tapuia entre 1650 e 1759

A compreensão sobre tradição e memória ancestral que aprendi com Quitéria Maria de Jesus, Bitinha Binga, Miguel Pankararú, Manoel Tumbalalá, Genilson Pipipã, Lorença e Reunita Fulni-ô, e outros tantos amigos descendentes diretos dos Tapuia do São Francisco, iluminavam meu caminho.

Fui recebido na Universidade de Leiden pela professora Marienne Wiesenbron, e depois pelo meu diretor de Teses, Dr. Michiel Baud. Sem outro auxílio do governo brasileiro senão os proventos como professor, meu orientador me estimulou a concorrer a uma bolsa do The Netherlands Foundation for the Advancement of Tropical Research – WOTRO. Graças a esse fomento, decisivo para realização da pesquisa doutoral, tornei-me pesquisador do The Centre for Latin American Research and Documentation (CEDLA), da the

University of Amsterdam, grêmio onde congregatei por quatro anos.

A aprovação de um projeto Wotro implicava na concessão de uma prestigiosa bolsa de pesquisador, além de garantir os recursos necessários ao custeio da pesquisa de campo. O lastro econômico da agência holandesa me concedeu a grata oportunidade de trabalhar nos mais importantes arquivos europeus concernentes ao tema da minha tese, notadamente os arquivos do Conselho Ultramarino em Lisboa, e no Vaticano os arquivos Iesu, da Companhia de Jesus e na Biblioteca Apostólica Vaticana com a qual ainda conservo relações de pesquisa.

Havia tentado antes o acesso aos arquivos eclesiásticos do Vaticano, sem sucesso, mas graças à interferência dos confrades, Reinaldo Carneiro Leão e Maria Cristina e Roberto Cavalcanti, do IAHGPE, acedi aos canais diplomáticos apropriados. Com o apoio do então embaixador do Brasil em Roma, Paulo Tarso Flecha de Lima e do arcebispo Dom Lucas Moreira Neves, então Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, na Cúria Romana, tive acesso franqueado a esses centros da memória eclesiástica.

Por indicação deles, fui diligentemente atendido no Vaticano pelo monsenhor Raffaele Farina, arquivista dos Arquivos Secretos e bibliotecário emérito da Biblioteca Vaticana, e depois pelo monsenhor De Cock do Arquivo da Sociedade de Jesus no Vaticano. Sem a ajuda decisiva dessas pessoas eu não teria conseguido realizar meu trabalho. Sou igualmente agradecido ao bibliófilo José Midlin, que franqueou o acesso a sua magnífica biblioteca em São Paulo. Da família Midlin, recebi uma cópia em microfilme do manuscrito seiscentista “Relação da Missão do padre Bernard de Nantes no Rio São Francisco”, documento decisivo para o desenvolvimento das

ideias da minha tese.

Como membro efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, pude consultar a coleção Orlando Cavalcanti e ao Livro de vínculo da Casa da Torre.³⁰ Essa documentação se constituiu numa verdadeira janela no tempo. Através dela, e com a firme orientação de Yony Sampaio, logrei penetrar nos segredos internos das coisas passadas no sertão do São Francisco no século XVII, e entender como as forças coloniais se arranjavam para conciliar os interesses temporais dos criadores de gado com os valores espirituais dos missionários apostólicos capuchinhos imbricados nos territórios tradicionais dos Tapuia no Rio São Francisco.

No meio dessas disputas estavam os Tapuia, majoritariamente Cariris que foram objeto da minha tese: O Governo das Almas: expansão colonial no país dos Tapuia entre 1650 e 1759. Nesse trabalho procurei descrever os nativos, suas lutas e agencias, com o intuito de recuperar o papel político e consciente desses povos que figuraram, por longo tempo, na historiografia brasileira como sujeitos passivos, meros espectadores do seu processo histórico, desabilitados socialmente a se articular em frente ao poder dos movimentos expansionistas.

Essa visão estigmatizada foi utilizada ideologicamente para alimentar uma política tutelar de longa tradição no Brasil. A etno-história se contrapõe a essa tendência oferecendo narrativas críticas que abordam a expansão colonial, de um ponto de vista mais amplo e complexo, destacando a perspectiva dos povos nativos e recuperando seu status de parceiro histórico no processo colonial.

A tese dissertou sobre a expansão colonial nos domínios territoriais dos povos nativos habitantes do Rio São Francisco no Nordeste brasileiro, abrigados no genérico identitário de “Povos Tapuias” ou “Povos Bárbaros”. Nessa pesquisa, dedicamos especial atenção na análise da ação colonial e das estratégias de alianças e perdas negociadas, utilizadas por esses povos para lidar com o processo de territorialização instituído pela interiorização do processo colonial sobre os domínios tradicionais Tapuias.

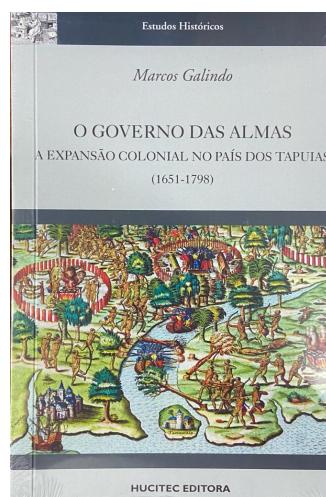


Foto 3 – Cerimônia de defesa da Tese realizada na collegekamer - medische faculteit - Academiegebouw Universiteit Leiden. A minha direita, Stella Telles, minha esposa, a esquerda, o padrinho de tese Bem Teensma, a frente meu orientador, Dr. Michiel Baud e John M. Monteiro. Leiden, 11 de setembro de 2004.

O corte temporal limitou a pesquisa entre 1651 e 1759, período que engloba o início das “Guerras dos Bárbaros”, no recôncavo baiano, e a instauração da política pombalina, que secularizou as missões transformando as aldeias em vilas e marcando a incorporação do “País dos Tapuias” ao nascente Estado brasileiro.

Senti o peso da responsabilidade acadêmica e conheci o papel do pesquisador e do professor nas sociedades desenvolvidas. O contato com o olhar europeu foi reformando o modo provinciano que guiava minha visão. A cerimônia de defesa, com toda a pompa que uma universidade quinhentista pode oferecer, foi o rito de passagem que coroou o doutoramento.

Entendi, ao final da jornada, que a tese tinha vida própria, e que independentemente dos interesses e motivações que animavam meu estudo, a narrativa dos Tapuia se escrevia a si mesma, como nos versos do poeta espanhol Antônio Machado: “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”. Compreendi que eu era mais agente da escrita que propriamente seu autor. E mais, que a essência da autoria não residia em tentar controlar o registro, sob o peso de minhas circunstâncias e conveniências, mas em me entregar ao fluxo universal das ideias e ver, surpreso, o texto emergir dessa complexidade. Com efeito, a natureza que fundamentava a busca por desenvolvimento pessoal foi ganhando novos contornos. O produto não podia ser outro, senão meu espírito



transformado sob a gravidade exercida pela história milenar do País dos Tapuias.

Em 2017, a Editora Hucitec, de São Paulo, publicou o manuscrito. Conservei nessa edição o título, *O Governo das Almas* — termo que encontrei nos velhos manuscritos do arquivo Ultramarino — usado para designar a ação do Estado colonial e dos missionários nos territórios ocupados dos povos nativos do sertão.

O Livro de José Antônio

Uma das minhas primeiras descobertas na Europa foi que o mais importante estudioso da ocupação neerlandesa no Brasil, permanecia inédito ao público especializado nos Países Baixos. Declarei ao amigo Benjamin Nicholas Teensma — ex-professor de filologia do departamento de Cultura e línguas da América Latina da Universidade de Leiden — o desejo de promover a edição da obra do Dr. José Antônio na Holanda. Com o Ben Teensma identifiquei uma tradução para o holandês de *o Tempo dos Flamengos* de José Antônio Gonsalves de Mello Neto, depositado na Biblioteca da Universidade de Leiden, que havia sido traduzida pelo sociólogo Garmant Nico Visser³¹ mas que nunca tinha ido ao prelo. Essa versão tinha problemas importantes a serem resolvidos antes de uma possível edição, assim decidimos investir numa nova tradução, começando do zero. A escolha do novo tradutor — prontamente acatada pelo Dr. José Antônio — recaiu sobre o próprio Ben Teensma, filólogo e estudioso da história dos Judeus sefaraditas portugueses que, no curso de sua vida acadêmica, havia localizado, traduzido e publicado dezenas de textos históricos desconhecidos para a maioria dos

pesquisadores brasileiros.

Em 2001, Dr. José Antônio me transferiu formalmente os direitos de licenciamento e Copyrigth para edição holandesa, de forma que eu pudesse promover a edição holandesa. Com a tradução do Ben Teensma em curso, buscamos uma publicadora e finalmente encontramos interesse da editora Walburg Pers de Zupthen. Nos termos do contrato que firmei, seria necessário um investimento da parte brasileira para garantir a larga distribuição da obra. Graças ao empenho pessoal do embaixador Wladimir Murtinho, homem ilustrado, amante da cultura, que, desde o primeiro momento, abraçou a ideia, e ainda, do empenho pessoal do Embaixador da Holanda Felipe Massot, importante personagem nas relações culturais do Brasil com a Holanda, conseguimos os recursos necessários para a promoção da edição. O livro foi lançado em 2001 no grande salão da Embaixada do Brasil na Javastraat em Haia. Dr. José Antônio faleceu em janeiro de 2002, mas antes recebeu, em mãos, os volumes da edição holandesa do seu mais importante livro.

Finalmente, em 2005, para celebrar a efeméride dos 400 anos do nascimento do Conde João Mauricio de Nassau, organizei o livro Viver e morrer no Brasil holandês publicado pela Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco. Esse livro teve duas edições, mas encontra-se esgotado e é uma das vedetes do catálogo da Editora Massangana.³²

Voltando para casa

A luz do Recife e o cheiro do mar

Voltei ao Recife em uma manhã de 2002, com o manuscrito da tese, ainda por alinhavar. Era noite quando cruzamos a linha do equador, pela manhã, fui despertado por um facho de luz que fugia de uma janela aberta ao meu lado. Era uma luz diferente, mais intensa e suave com jeito de memória. Pouco depois, aterrados, e, quando o comissário abriu a porta da aeronave, senti o cheiro amariziado de casa. Escutei, ao lado, alguém sussurrando os versos de Luiz bandeira: “foi a saudade que me trouxe pelo braço”. Tinha razão meu querido amigo Lourival Holanda: “Viajar era buscar bem longe o prazer de voltar para casa”. Assim me sentia, trazido orgulhosamente, conduzido de volta.

Em razão da defesa da tese que somente se deu em setembro de 2004, ainda demorei algum tempo até retomar definitivamente o ritmo das atividades acadêmicas. Pouco antes de finalizar meu trabalho de pesquisa, recebi uma mensagem de Paulo Cunha me convocando para assumir a direção do Virtus. Assim, retomei a

coordenação do projeto que então, estava ligado ao gabinete de Mozart Neves Ramos, Reitor que, desde a primeira hora, havia abraçado e acolhido a ideia do Virtus. Nesse momento, o espírito inicial que nos enchia no Virtus havia migrado, o ziedgeist era outro. Apesar de ter construído uma invejável infraestrutura, já não havia no grupo a motivação dos primeiros anos. Nessa época tive a fortuna de encontrar o Prof. Paulo Gileno e a bibliotecária Rosimeri Couto, que se tornaram fiéis e prestativos amigos ao longo da vida, que conservo no lugar mais nobre do coração.

As inovações que despontavam na tecnologia da informação conduziram a humanidade a um ciclo virtuoso de intermináveis surpresas. Um após o outro, os avanços da ciência se materializaram em novos instrumentos que, sem pedir licença, penetravam no santuário das casas, fincando suas raízes para muito além dos limites estabelecidos antes pela revolução da eletrônica. Assim, paulatinamente, a sociedade industrial foi se desatando de seus modos eletromecânicos de processar produtos, desde os industriais até os objetos do conhecimento. Muitas formas e instrumentos com os quais convivemos hoje não existiam algumas décadas atrás, outras ainda nem surgiram, mas já tem seu espaço reservado no imaginário das pessoas.

Não é trivial um câmbio tecnológico, nessa intensidade, fechar seu ciclo no tempo de vida de uma geração. O último registro histórico global de mudança dessa magnitude havia ocorrido em meados do século XVI, quando Guttemberg presenteou à humanidade com um novo modal de difusão para o conhecimento. As ondas secundárias desse movimento foram sentidas nos séculos seguintes e, ainda hoje, produzem efeitos. A Revolução Científica, a

expansão dos mercados coloniais, a emergência do Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial são reflexos caudatários desse movimento universal.

O novo ciclo de câmbios tecnológicos — que Klaus Schwab define como a quarta revolução industrial — guarda em comum com esta revolução ancestral a velocidade das mudanças, a magnitude do impacto social e o surgimento de inusitadas interfaces que viabilizaram o acesso à informação de modo mais eficiente e mais produtivo. (SCHWAB, 2019)

Outra marca importante desses movimentos se materializou na intensificação do uso de informação em suas diversas formas e na produção de conhecimento novo revigorado pelo acesso à informação. A Sociedade da Informação inaugurou um novo ciclo histórico no qual a sustentação das sociedades, em torno do globo, estaria intrinsecamente imbricada com a economia dos serviços e produtos viabilizados pelo modo digital. Essa espiral catapultou o conhecimento para um lugar de prestígio, mas também despertou a humanidade para uma nova categoria de problemas: a gestão dos estoques de informação.

É por esse motivo que, nos anos que se seguiram à intensificação do uso de produtos digitais, se ampliou também os problemas relacionados às tarefas do resgate, do tratamento, da preservação da memória e do provimento do acesso a esses estoques. Desse contexto, emergiram novas necessidades e desafios que concernem especificamente à custódia e à garantia da preservação dos registros do conhecimento para as gerações futuras. É, nesse contexto metamórfico, que se inserem doravante nossas atividades de pesquisa.

Somente em 2001, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), passaria a promover de modo sistêmico o programa Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BD TD, que chegaria com o objetivo de integrar as diversas iniciativas congêneres existentes no país. A BD TD também buscava disponibilizar na Internet, o catálogo nacional de teses e dissertações com a opção de download do texto integral da produção científica originada dos Programas de Pós-Graduação brasileiros. Apesar do esforço, o progresso era lento, e demorou anos até que as universidades alcançassem um patamar sustentado de infraestrutura e qualificassem suas equipes técnicas para operar com eficiência o sistema tecnológico. O Banco de Teses da UFPE funcionou paralelamente a base de dados do IBICT até o ano de 2007. Enfrentamos a ausência de modelos e fórmulas criando ambientes sistêmicos para estudar as bibliotecas virtuais. Para esse fim, arrolamos os problemas mais prementes e passamos a orientar bolsistas de iniciação científica na busca de soluções.

Até 2007, o sistema do Banco de Teses e Dissertações da UFPE hospedado nos servidores do Liber, já havia disponibilizado em ambiente de rede, 5.237 títulos de produções discentes em formato digital, oriundas de 62 Programas de Pós-graduação. Esse projeto foi a semente de onde germinou o repositório institucional da UFPE gerenciado pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB). Nesse ano, todavia, depois de uma queda de energia, o servidor principal que armazenava os registros sofreu danos e perdeu o hard disc de armazenamento, e com ele se foram os registros digitais do projeto.³³

A circunstância adversa da perda do Banco de Teses estimulou o grupo a investir em segurança e preservação digital.

Canalizou parte significativa de nossos esforços criando ambência para o desenvolvimento de uma área de pesquisa no campo emergente da preservação digital no Laboratório Liber. No bojo de iniciativas suportadas pela Unesco, o Brasil havia realizado, em dezembro de 2003, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o 1º Digital Preservation Regional Course que reuniu especialistas de toda América Latina com o objetivo de qualificar gestores para o uso de políticas de Preservação digital.

Em abril de 2009, o IBICIT convidou³⁴ a UFPE e outras três universidades brasileiras a participar de um projeto piloto para implantação de Repositórios Institucionais, patrocinado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Para esse fim, as partes promoveram um convênio com a finalidade de ampliar a visibilidade à produção científica. Tal ação de abrangência nacional se fez por intermédio da construção de repositórios institucionais com o objetivo de ampliar as fronteiras do acesso e da disseminação de informação científica, registrar e disseminar a produção científica em meio digital e com acesso livre pela Internet.

A iniciativa se inseria no projeto de informação científica IBICIT com vistas a tornar acessível o conhecimento científico produzido pelas diversas IES do Brasil. Ainda em 2009, o lançamento de uma chamada pública do IBICT/FINEP viabilizou formalmente o programa que tinha o objetivo prover infraestrutura (servidor embarcado com softwares livres, tais como LINUX, Apache, PHP: Dspace e SEER) para construção de repositórios. Em razão da expertise acumulada no experimento Banco de Teses, o Liber foi indicado para ser o gestor local do projeto e recebeu do IBICT um

servidor e softwares necessários ao funcionamento do Repositório Institucional.

Essa ação permitiu a expansão do sistema de repositórios para outras universidades. O edital beneficiou 33 instituições de ensino e pesquisa com repositórios institucionais desenhados para registrar e disseminar a produção científica em meio digital e com acesso livre e ampliar a visibilidade da produção científica nacional. Como resultado das atividades de cooperação junto ao IBICIT, em 4 de novembro de 2010, o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia resolveu nos designar para compor o Conselho Técnico-Científico - CTC do IBICT.³⁵

O sinistro dos dados do SIB, em 2009, havia mudado o rumo das coisas. Marcou o fim do banco de teses operado pelo Liber. O prejuízo de visibilidade da produção da UFPE foi notável. Levamos alguns anos até que alcançássemos novamente o volume de conteúdos que haviam sido acumulados em anos de desenvolvimento do Libvirtus.

Enquanto se esvaía o interesse pelo banco de teses, que então se estabelecia como um serviço institucional, emergia com força a pesquisa sobre Preservação digital. Em 2010, o CNPq aprovou nosso projeto Preservação da memória digital: um panorama brasileiro que propunha desenvolver uma pesquisa de âmbito nacional com vistas à construção de um mapa-diagnóstico das práticas laborativas de preservação digital nos Repositórios Institucionais desenvolvidos por instituições públicas de Ensino e Pesquisa. Estudar o estado da arte da preservação de repositórios estratégicos de conhecimento produzidos nativamente ou convertidos para meio digital gerenciados por universidades e centros

de pesquisa brasileiros. Buscar as estratégias de preservação que vinham sendo utilizadas, então, para garantir o acesso de longo termo a esses acervos. O projeto usou como corpus o conjunto formado por 33 repositórios institucionais criados sob indução do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Por ocasião da implantação do projeto, em maio de 2010, foi instituído por iniciativa do Liber o Núcleo de Curadoria Digital (NCD). Este núcleo era inicialmente uma instância administrativa que trabalhava no background do sistema com a finalidade de ampliar a visibilidade da produção intelectual, através do gerenciamento ativo da memória científica. O NCD operava definindo protocolos para seleção, preservação digital e disponibilização em meio digital dessa produção intelectual. O NCD se comprometeu em elaborar uma política de informação que contemplasse o funcionamento, depósito, preservação digital, acesso e disseminação da sua produção científica. Uma vez operacional esse repositório passou a ser alimentado pelos conteúdos da produção científica.

Nesse modelo, o Núcleo de Curadoria Digital seria composto pelo Repositório Institucional e outros repositórios temáticos criados pelos cursos de graduação e pós-graduação da universidade. A área de Preservação Digital evoluiu e, em 2010, converteu-se em um grupo de pesquisa com o mesmo nome, Núcleo de Curadoria Digital.³⁶ Nos anos seguintes, o IBICT liderou a instalação dos repositórios institucionais nas universidades contemplando os objetivos do experimento de dar visibilidade a produção intelectual das pós-graduações.

Era também projeto do Liber digitalizar o passivo das

monografias produzidas no âmbito dos PPGs da UFPE defendidas entre 1967 e 1997, e ainda, a produção acadêmica, os documentos seminais produzidos desde a fundação da UFPE, inclusive os periódicos que circulavam em ambiente analógico no âmbito da UFPE. O projeto seria iniciado com a digitalização do periódico Estudos Universitários, a mais antiga e representativa publicação acadêmica da UFPE.

Ao pressentir as mudanças que se anunciavam, encaminhei, no princípio de 2004, um relatório descritivo das atividades desenvolvidas pelo projeto Libvirtus/Ultramar à chefe do meu departamento com o objetivo de embasar solicitação de transformação do projeto Libvirtus em um laboratório pedagógico subordinado ao Departamento de Ciência da Informação. O pedido de transformação do Projeto Líber em Líber-Laboratório de Tecnologia do Conhecimento se justificava pela necessidade e oportunidade de ampliar as atividades do projeto, incorporando em uma unidade estrutural de pesquisa, professores e estudantes de Ciência da Informação e de outros departamentos, interessados em contribuir para o desenvolvimento de pesquisas na área das Tecnologias do Conhecimento.

Nesse contexto, o professor Ney Dantas se reincorporou ao Laboratório Liber, desenvolvendo o argumento, identidade visual, desenvolvimento Web e autoração de DVD da base “Pergunte a Pereira da Costa”. O projeto Pergunte a Pereira da Costa foi apoiado pelo Fucuntura-PE, em 2004, e proveu acesso em formato digital um extenso conjunto referencial histórico, escrito no final do século XIX pelo insigne historiador pernambucano, Francisco Augusto Pereira da Costa, (1851-1923), composta por 5.566 páginas dispostas em dez

volumes, nomeados “Anais Pernambucanos”. Ponto de partida para qualquer historiador, o projeto do professor Ney, foi um dos primeiros, entre nós, a conceituar a ideia de inteligenciamento artificial aplicado a conteúdos de história. O sistema desenvolvido servia-se de complexos instrumentos de busca, integrado a uma plataforma de difusão de alto desempenho e baixo custo. O experimento permanece ativo e acessível na plataforma Clio do laboratório Liber e permanece, ainda hoje como uma das experiências mais inovadoras do Liber.

Desenhamos o Liber a partir da experiência do Virtus para ser um laboratório de inovação em Ciência da Informação, antenado com as mudanças que vinham se processando no campo. Nesse mandato, o laboratório deveria experimentar novas metodologias, desenvolver novas tecnologias do gerenciamento eletrônico da informação e pesquisar novas formas de gestão de conteúdos em meio digital, com foco no campo da memória, da preservação e do acesso ao conhecimento. Essa natureza delimitou o campo das escolhas que fizemos no passado molda e orienta, no presente, nossa visão de pesquisa.

Em 2006, o Núcleo gestor do Virtus entendeu que os objetivos planejados pelo grupo haviam sido alcançados e encerraram formalmente o projeto. Depois do encerramento do experimento Virtus o Laboratório Liber seguiu como espaço integrador de pesquisa e desenvolvimento, agregando pesquisadores e promovendo investigação no campo da tecnologia da gestão do conhecimento, das bibliotecas digitais, e das novas formas de administração de recursos e conteúdos em meio digital, com foco no campo da memória, preservação e acesso.

Em agosto desse ano, o Liber foi reconhecido a nível do Departamento e teve aprovado seu Regimento Interno³⁷, passando então a se denominar Líber – Laboratório de Tecnologia do Conhecimento. Com o Regimento, o laboratório assumiu formalmente a condição de unidade de pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco.

Mergulhando na memória

Os acervos encontrados na biblioteca central nos ofereciam a oportunidade de desenvolvimento de uma área nova, que se descontinava para iniciativas e projetos de memória.

O primeiro deles, o arquivo privado do Conselheiro João Alfredo, doado pela família do conselheiro ao Itamarati que, na década de 1970, por motivo desconhecido, o destinou a Universidade Federal de Pernambuco. Esse acervo ficou sob a guarda e curadoria do historiador Flávio da Mota Guerra, e recebeu tratamento de bibliotecários e historiadores. Apesar da intervenção o acervo não chegou a ser totalmente disponibilizado. Apesar de iniciados, os instrumentos de pesquisa de acesso à coleção não haviam sido finalizados, até então. O tempo e as precárias condições de preservação não permitiam o acesso da comunidade e o uso do acervo como fonte de pesquisa e estudos. Esses documentos haviam estado, por muito tempo, precariamente acondicionados em armários de aço, sem fechadura e depositados em local aberto, negligientemente exposto ao público. O arquivo do conselheiro desapareceu do radar dos pesquisadores, até a chegada do Liber, ocasião que se iniciou um largo projeto de curadoria digital liderado

por Vildeane Borba, do qual trataremos mais amiudadamente adiante.

Outro acervo importante foi encontrado em um pequeno armário de aço equipado com termohigrômetro, que, por exalar um forte odor acético, havia sido removido pelos bibliotecários para uma dependência isolada da Biblioteca Central. Esse mobiliário estava fechado sem que ninguém soubesse informar sobre sua origem e conteúdo. Depois de conversar com os funcionários mais antigos, chegamos à conclusão de que o armário teria sido supostamente deixado na biblioteca pelo Historiador Flávio Guerra.

Com ajuda de um chaveiro profissional, finalmente conseguimos abrir, e encontramos no armário uma rica coleção de microfilmes. O exame das etiquetas anilhadas aos volumes revelou que se tratava de uma cópia de segurança dos documentos coletados pelo Dr. José Antônio Gonsalves de Melo em arquivos europeus, conforme confirmamos posteriormente no relatório publicado pela Imprensa Universitária em 1959, A Universidade do Recife e a Pesquisa Histórica. (MELO NETO, 1959)

Esquecido na BC durante anos, sem tratamento de preservação, os filmes começaram a avinagrar e se perdeu mais de um terço dos rolos de microfilmes. A cópia que ficou sob a guarda da Divisão de Pesquisa histórica, felizmente permaneceu conservada. Para resgatar esses documentos, foi necessário nos apropriarmos de expertise de conservação de microformas. Como a maior parte dos microfilmes encontrada era proveniente do arquivo do Conselho Ultramarino, passamos a chamar o projeto de resgate desses microfilmes de Ultramar.

Com ajuda dos relatórios do Dr. José Antônio, identificamos o conjunto, em seguida planejamos a digitalização dos microfilmes. Desafortunadamente, a essa época, tanto a aquisição de equipamentos, quanto a contratação de serviços para esse fim eram raros e caros. Assim, por orientação do próprio José Antônio, principiamos pelo trabalho mais elementar de recuperação dos catálogos compilados por ele na forma de um ementário contendo a relação dos fundos coligidos durante suas pesquisas na Europa, especialmente no Arquivo Histórico Ultramarino.

Este ementário havia sido organizado por Cleonir Xavier de Albuquerque Costa e Vera Lúcia Costa Acioli, e, em seu formato original, se estendia até o século XVIII. Esses instrumentos de pesquisa derivam das Relações de Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino relativos à capitania de Pernambuco, publicados por José Antônio em Portugal nos anos de 1950.³⁸

Posteriormente esses catálogos foram publicados em edição mimeográfica nos Cadernos da Divisão de Pesquisa Histórica da UFPE. Até o princípio dos anos 1990, esse era praticamente o único instrumento de pesquisa disponível aos investigadores brasileiros sobre a Capitania de Pernambuco. Por se constituir uma coleção de referência sobre o período colonial em Pernambuco, bastante consultada pelos historiadores, nos servimos deles para modelar a base de dados que depois disponibilizamos na WEB.

O projeto Ultramar, se desenvolvia ao mesmo tempo do Projeto Resgate do Ministério da Cultura que então concluía a etapa dos arquivos portugueses. Partindo dos catálogos da DPH, o Resgate Pernambuco, coletou em microfilme mais de 32 mil documentos referentes à Capitania de Pernambuco. Ampliou o catálogo do Dr. José

Antônio, incluiu documentação não contemplada por ele, microfilmou e socializou cópias digitais entre as mais importantes bibliotecas e centros de documentação histórica do país.

No que pese a baixíssima resolução dos arquivos digitais distribuídos — imperativo determinado pela baixa capacidade de armazenamento das mídias CD-RW disponíveis à época que dificultava o acesso aos conteúdos dos documentos — o Resgate foi um marco sem paralelo na repatriação da memória documental do Brasil.

O projeto Ultramar ficou paralisado entre 1998 e 2004, ano que retomamos os projetos no Liber. Um terceiro acervo recuperado foi a memória da demanda reduzida, encontrado amontoado em uma sala de serviço da Biblioteca Central. Sobre esse, trataremos mais adiante no tópico do Memorial Denis Bernardes.

Cooperação Internacional

Projeto Resgate Holanda

Em fins de 1999, com o objetivo de somar esforços e otimizar recursos, foi viabilizada um programa articulado entre o Laboratório Liber, o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, a Fundação Joaquim Nabuco e o Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (IPAD). Dessa cooperação, resultou a execução conjunta da primeira etapa do programa de Resgate de documentos de interesse brasileiro nos Países Baixos, cujo relatório final foi publicado com o título o Guia de fontes para história do Brasil Holandês, realizado em parceria com o historiador holandês Lodewijk Hulsman.³⁹

Conheci Lodewijk Hulsman, no primeiro semestre de 1999, músico, sociólogo holandês, tocador de cavaquinho e declarado amante da cultura brasileira. Lô Hulsman era um pesquisador de mente inquieta, nativamente competente, inteligente e compromissado. Reconheci suas qualidades como historiador e o interesse pela etnohistória colonial brasileira, convidei-o para

trabalhar em minhas pesquisas. Nos uniu não apenas laços duradouros de fraternidade, mas uma intensa convergência nos interesses de pesquisa, assim nos tornamos, para além de bons amigos, parceiros de estudos e pesquisas em uma longa e produtiva jornada. Estimulei a sua vocação de pesquisa, e nos anos seguintes, ele retomou a pós-graduação. Em 2009, doutorou-se com a tese “Nederlands Amazonia: Handel met indianen tussen 1580 em 1680” (Amazônia holandesa: O comércio com índios entre 1580 e 1680). Em minha opinião, Lodewijk tornou-se, um dos mais completos historiadores da presença holandesa e da etnohistória na Amazônia. Lodewijk faleceu em 2016, tragado por um câncer, deixando uma promessa inacabada de história partilhada entre o Brasil e a Holanda.

Lodewijk era leitor voraz dos velhos manuscritos da Velha Companhia das Índias Ocidentais, e frequentador contumaz dos ambientes reservados das bibliotecas e obras raras europeias. Iniciou o seu trabalho em história com as cópias de documentos coligidos por José Hygino na Holanda.

Produzi junto com Lodewijk o Guia de fontes, que constituía originalmente a primeira etapa do projeto de divulgação da coleção Hygino realizado nos Países Baixos. O Guia de Fontes foi apresentado ao público em junho de 2000, em seminário no IAHGPE. Nessa obra de referência, se arrolam as instituições que guardam informação histórica de interesse brasileiro, as principais fontes evidenciadas com suas respectivas localizações, estado físico e modos de acesso.⁴⁰

Projeto Monnumenta Hyginia

A iniciativa Monnumenta Hyginia foi planejada e executada entre os anos de 1998 e 2002. Principiou como uma proposta para criação de um Fundo documental eletrônico⁴¹ sobre a temática do Brasil Holandês e concluiu como uma firme cooperação internacional que gerou desdobramentos importantes e duradouros para memória e cultura partilhada entre os dois países.

Do ponto de vista tecnológico, o projeto foi um experimento de digitalização, tradução e acesso a um valioso conjunto de cópias oriundo dos arquivos da velha Companhia das Índias Ocidentais oWIC. Essa documentação custodiada no Arquivo Nacional em Haia, e era o registro da administração da WIC responsável pela conquista e administração dos territórios ocupados no Brasil. Uma seleta desses arquivos havia sido coletada nos Países Baixos por José Hygino Duarte Pereira no final do século XIX e, uma parte dela havia sido traduzida e publicada pelo próprio José Hygino, por Alfredo de Carvalho, Joaquim Caetano, Pedro Souto Maior, e por José Antônio Gonsalves de Mello.

A iniciativa recebeu suporte financeiro da Embaixada do reino dos Países Baixos no Brasil e do Sistema de Incentivo a Cultura do Estado de Pernambuco. Os produtos previstos no projeto eram: a digitalização do acervo; a leitura e tradução para o português da coleção Daglishe Notullen, (Nótulas diárias do Governo Holandês no Recife); confecção do Banco de Dados e a publicação do livro Monnumenta Hyginia contendo a versão de parte dessa coleção em língua portuguesa.

Os recursos foram suficientes para garantir o trabalho de tradução até o ano de 1648. O resultado desse material compõe hoje

o banco de dados *Monumenta Hyginia*, disponível no website www.ultramar.ufpe.br/hyginia

Apesar do interesse histórico desses documentos, a maior parte deles permanecia encarcerada na língua holandesa, sendo acessíveis, apenas, há alguns poucos pesquisadores habilitados àquela língua. Desde cedo, ficou claro que o maior problema para efetiva potencialização historiográfica do período de ocupação neerlandesa na história do Brasil era a ausência de pesquisadores brasileiros habilitados à leitura paleográfica do holandês antigo. O problema ficou claro ao observar que: a maior parte dos manuscritos copiados por Joaquim Caetano (1843-53), por José Hygino (1885-86), e por José Antônio (1957-58) permaneceu inacessível a maioria dos historiadores por quase um século.⁴²

Se o principal impedimento ao acesso dos brasileiros a este corpus documental era a barreira imposta pela exótica língua holandesa, qualquer intervenção documental nesses arquivos estaria incompleta caso não incluísse em seu planejamento uma ampla versão para o português dos textos produzidos originalmente em holandês. A ideia motivadora do projeto era oferecer acessibilidade à documentação coletada por Hygino no final do século XIX⁴³. A iniciativa previa que os documentos em formato digital pudessem ser acessados em língua portuguesa, veiculados pela Internet, agregando velocidade e pronto acesso às fontes.

A digitação dos documentos foi realizada por Lodewijk Hulsman e por Johanna Jansen. Também ficou a cargo de Lodewijk Hulsman o cotejamento dos textos digitados a partir das cópias do IAHGP com os originais conservados no Arquivo Nacional de Haia. Em uma segunda fase, este projeto recebeu o suporte dos tradutores

Pablo Marcyl Bruijns e Anne Blockland, e contou com o fomento do Fundo de cultura do Estado de Pernambuco que viabilizou a tradução dos documentos e a publicação do primeiro volume da Monnumenta Hyginia.

O Atlas Vingboons

José Hyginio havia realizado pesquisas nos Países Baixos entre os anos de 1885 e 1886. No seu relatório, noticiou ter encontrado e adquirido uma preciosa coleção de mapas inéditos e um fino Atlas manuscrito. “Chamo a atenção do Instituto para a aquisição que fiz de um precioso Atlas, contendo 57 mapas manuscritos de várias capitanias do Brasil”, e conclui José Hyginio “Comprei-o ao sucessor de Frederico Muller, livreiro de Amsterdã.”⁴⁴ Uma cópia remanescente desse atlas havia sido desmembrada por um antiquário de Amsterdam, e as estampas de interesse do Brasil foram adquiridas na Holanda por José Hygino. Esse fragmento foi trazido para o Brasil e depositado por Hygino no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Outra parte do exemplar amsterdicense foi parar no acervo do arquivo Nacional em Haia enquanto outras estampas ficaram dispersas em coleções privadas.

A desinformação a respeito do Atlas do IAHGP gerou a falsa ideia de que existiria em uma biblioteca secreta no Vaticano um exemplar gêmeo desse Atlas, e que junto com o do IAHGP seriam os dois únicos exemplares existentes no mundo. Sabia-se, à época, que o Atlas do Instituto Pernambucano era parte de um dos últimos conjuntos desenhados por Johan Vingboons no ateliê de Johan Blaeu.

A pesquisa da minha Tese nos arquivos do Vaticano deu a oportunidade de compreender melhor esse assunto. Assim, fui à busca e identifiquei, nos Países Baixos e no Vaticano, a obra de Johan Vingboons, cartógrafo da Velha Companhia das Índias Ocidentais oWIC.

Johan Wingboons, que deixou não apenas um, mas pelo menos quatro cópias de um magnífico atlas, no qual registrou o Estado da Arte do conhecimento cartográfico de então, cobrindo os três continentes. A obra revisada e de responsabilidade editorial da própria oWIC, é de grande interesse para os estudos da atividade dos holandeses em Pernambuco no século XVII.

Em 2003 eu era membro ativo do IAHGPE, com auxílio da plataforma MCH, do Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos, e da Embaixada da Holanda no Brasil, buscamos os recursos necessários à restauração dos mapas trazidos para o Brasil por Hyginio no século XIX. Para execução desse projeto recrutamos o Sr. Poldewart conservador chefe de papel do Algemenriksarchif (Arquivo Nacional em Haia), e a conservadora brasileira Ingrid Beck (do Arquivo Nacional do Brasil). Cooperadamente, os dois realizaram o restauro de 34 pranchas manuscritas e aquareladas do Atlas Vingboons do IAHGPE (Beck, 2006).

Atividades curatoriais

As iniciativas do IAHGPE, e o interesse por arte e literatura histórica me levaram a experimentar na atividade curatorial, com interface explícita e assumidamente tendenciosa para a história e para a documentação. Nesse período realizei uma série de experimentos curoriais que passo a relatar. me oportunizaram a habilitação a. Por ocasião do encerramento do projeto de restauro do Atlas Vingboons do IAHGPE, realizado sob os auspícios do Buitenlandse Zaken, (Ministério das Relações Exteriores do Reino dos Países Baixos), fiz minha primeira exposição, dividindo a curadoria com José Luiz da Mota Meneses, (in memoriam) parceria que se repetiria ainda em outras ocasiões.

Nessa época, o Brasil vinha ganhando consistente espaço na política internacional, e emergido como umas das nações BRIC, (Brasil, Rússia, Índia e China), acrônimo da língua inglesa utilizado no jargão da economia para se referir ao grupo de países de economia emergente que na virada do milênio figuravam como mercado promissor. Em razão deste status, o Brasil passou a condição de nação de interesse prioritário nas relações internacionais do governo dos

Países Baixos. Essa relação era mais produtiva nos campos da cultura e do patrimônio memorial, circunstância referendada, sobremaneira, pelo reconhecimento da existência de um significativo passado memorial-histórico mútuo, potencialmente seminal para o estabelecimento de novas e renovadas relações entre os dois países.

No ano de 2004, cumpria-se a efeméride dos 400 anos do nascimento de Maurício de Nassau (1604- 1679). Como parte das celebrações, e impulsionados pelos bons ventos que sopravam sobre o patrimônio cultural mútuo, foram promovidas, nesse período, uma série de eventos de cooperação internacional, seminários, projetos de preservação e acesso ao patrimônio de interesse brasileiro custodiado em instituições memoriais da Holanda. Também se registra a essa época a ida de estudantes brasileiros para doutoramento em universidades neerlandesas.

Desenhos da Terra: Atlas Vingboons.

Exposição no Centro Cultural BANDEPE, Recife – 2003

Com suporte do governo holandês e apoio do Centro Cultural BANDEPE e ABN AMRO Brasil S/A, em 2003, fui curador da exposição “Desenhos da Terra, Atlas Vingboons”, derivada do projeto de restauro do Atlas do IAHGPE. A mostra foi inaugurada em 28 de março de 2003, em evento privativo, que contou com a presença de Sua Majestade, a Rainha Beatriz dos Países Baixos, acompanhada do filho William e sua esposa, Máxima Alexander, hoje Rei e Rainha dos Países Baixos. A visita da Família Real neerlandesa para abertura da exposição foi um marco prestigioso que consolidava os laços de amizade e cooperação entre os dois países. Essa iniciativa elevou o

status do segmento da história e da herança cultural partilhada entre neerlandeses e brasileiros.



FOTO 4 – Exposição Desenhos da Terra. Rainha Beatriz dos Países Baixos, acompanhada do filho William e sua esposa, Máxima Alexander, atualmente Rei e Rainha dos Países Baixos.

Exposição "Eu, Maurício - Os Espelhos de Nassau"

Centro Cultural BANDEPE, Recife – 2004

Concebida especialmente para comemorar a efeméride dos 400 anos do nascimento de Mauricio de Nassau (1604- 1679), montamos a exposição Eu, Maurício: os espelhos de Nassau, da qual fui curador, junto com a antropóloga Maria Lucia Montes, o do arquiteto José Luiz Mota Menezes. Produzida originalmente para o

Instituto Cultural Bandepe, no Recife, esteve em cartaz no período entre 6 de maio a 20 de junho de 2004.

Banco Real, São Paulo – 2004

Essa exposição foi reeditada e ampliada em seu conceito para exibição em São Paulo. Em 6 de maio de 2004, foi lançada festivamente ao público na Praça do Banco Real, situada na Avenida Paulista em São Paulo. Essa exposição permaneceu aberta ao público até 20 de junho de 2004.

A mostra apresentou o perfil histórico do Conde João Maurício de Nassau, governador em Pernambuco de 1637 a 1644, situando-o como homem do século XVII, através de 150 obras, entre, mapas, gravuras e objetos. A iconográfica selecionada apresentou ações do seu governo – como o projeto da construção da Cidade Maurícia, atual Recife – contextualizado no intenso momento de estruturação do mundo moderno, com a afirmação dos valores burgueses e da ética protestante. Os espelhos de Nassau representam o conjunto de facetas desse personagem: o militar, o construtor, o intelectual, o nobre, o místico, o homem das ciências, o descobridor para recuperar a visão de mundo de Nassau.

Exposição “Estava escrito nas estrelas”

Centro Cultural dos Correios, Recife – 2009

Conferência na Sociedade Nacional de Geografia de Lisboa

Em 2009, fui curador da exposição “Estava escrito nas estrelas”. O projeto foi desenhado para ser a mostra inaugural do Centro Cultural dos Correios em Pernambuco, sítio à Av. Márquez de Olinda no bairro do Recife, e realizou-se no mês de setembro de 2009.

Esse projeto derivou de uma pesquisa iniciada anos antes, sobre o ilustre Comandante Sarmento de Beires que viveu exilado no Brasil, nos terríveis anos da ditadura salazarista em Portugal. A convite da família Sarmento Beires, em 9 de novembro de 2005, estive como conferencista convidado em sessão solene, presidida pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, na qual a Sociedade Nacional de Geografia de Lisboa homenageou o Comandante lusitano Sarmento de Beires. Dessa pesquisa, originou-se o argumento da exposição Escrito nas estrelas em alusão aos recursos de navegação noturna, utilizados na travessia do Comandante Beires.

Antes do registro, entretanto, uma menção de justiça se faz necessária. Apesar de não constar formalmente como Curador nos créditos, essa exposição contou com a participação efetiva do professor Ney Dantas, que á época, decidiu, contra minha vontade, que não se fizesse constar formalmente esse registro. De fato e de direito, em 2006, organizamos, e juntos desenvolvemos o argumento da Exposição. Fica aqui, meu necessário e tardio reconhecimento.

A exposição ambientou o clima dos primeiros anos da aviação transcontinental e explorava os avanços da tecnologia da aviação e da travessia aérea noturna do atlântico. Partindo do feito dos portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, e de José Manoel Sarmento Beires, no princípio de 1927, quando a aviação conseguiu estabelecer científicamente as bases tecnológicas para navegação noturna guiada por instrumentos.

Conhecimento: Custódia & Acesso

Exposição no Museu da Língua Portuguesa, São Paulo – 2012

Em 2012, fui convidado pela universidade de São Paulo para assinar a curadoria da mostra “Conhecimento: Custódia & Acesso”, comemorativa aos 30 anos do Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. A mostra inaugurada no dia 12 de março de 2012, teve lugar no Museu de Língua Portuguesa. Nesta exposição, celebramos a cultura da preservação e o acesso aberto à memória da informação científica e tecnológica, procurando dar relevo a função social das bibliotecas.

Foto 5 – Destaque na imprensa paulista noticia a Exposição Conhecimento: Custódia & Acesso

O argumento curatorial se debruçou as mudanças que as novas tecnologias de informação e comunicação vinham produzindo na sociedade contemporânea, no sentido da democratização crescente do acesso ao legado de conhecimento da humanidade. A mostra revisitou o legado histórico do conhecimento nas bibliotecas e explorou o potencial de inovação fundamentado em recursos tecnológicos de preservação e de acesso ao conhecimento.

Exposição Legatio

Durante o trabalho de pesquisa para tese nos arquivos do Vaticano, consultei os exemplares do Atlas Vingboons da coleção da Rainha Cristina, que felizmente permaneceram intactos a ação do tempo na Biblioteca Apostólica Vaticana. Esses volumes pertenceram a Monarca da Suécia (1632 – 1654) que abdicou ao trono, se converteu ao catolicismo e viveu em Roma até sua morte em 1689. Cristina era inteligente e interessada em livros, manuscritos, religião, alquimia e ciência, muito ativa no cenário artístico local e tornou-se benfeitora de muitos artistas e projetos. É bem conhecida desse tempo sua correspondência com René Descartes que, em meados do século XVII, vivia nos Países Baixos. Em viagem a Amsterdam, a Rainha Cristina adquiriu o Atlas composto por um conjunto de mapas e planos cartográficos, produzidos por Johan Vingboons. O Atlas cobre os domínios coloniais da velha Companhia das Índias Ocidentais no nordeste brasileiro. Entre os diversos conjuntos remanescentes do Atlas Vingboons, disponíveis nos arquivos europeus, o mais bem conservado era, sem dúvida, o do fundo da Rainha Christina da Suécia, custodiado pela Biblioteca Apostólica Vaticana. Além de conservar a encadernação original em Marroco, este Atlas foi evidentemente

menos manuseado que os demais, condição que conservou as cores das aquarelas, quase sem alteração crônica.

Com suporte do Buitenlandse Zaken (Ministério dos Negócios exteriores dos Países Baixos) através da sua embaixada no Brasil, promovi e fui curador de uma segunda exposição sobre a obra de Johan Vingboons. Enquanto a primeira concentrou-se na mostra da coleção do IAHGP, esta segunda mostra, “Legatio”, serviu-se exclusivamente do Atlas da Rainha Cristina. A Expo Legatio se realizou em dois lugares, em Pernambuco em 2014, e no Rio de Janeiro em 2015.

Expo Legatio

Biblioteca Central da UFPE, Recife – 2014. A mostra do Recife teve lugar no hall de exposições da Biblioteca Central da UFPE e foi aberta no dia 12 de março de 2014, e se estendeu até 18 de dezembro de 2014. Estima-se que a exposição na UFPE tenha sido visitada por mais de 15 mil pessoas.

Museu Nacional, Rio de Janeiro – 2015. No Rio de Janeiro a mostra foi solenemente aberta pelo Embaixador do Reino dos Países Baixos, Sr. Hans Peters, em 16 de dezembro de 2014, e permaneceu em mostra em um dos salões principais do Museu Nacional até o início de 2016, recebendo a visita de cinquenta mil pessoas.

Digitalizamos o álbum da América em alta resolução e publicamos uma edição limitada, na qual figuram, pela primeira vez no Brasil, as ilustrações acompanhadas de legendas e texto informativo em português e inglês. Este projeto foi realizado em

parceria com a Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) e lançou em 2014 uma edição luxuosa do Atlas Vingboons, com impressão em papel especial no formato 50 x 50 cm.



Foto 6 – Abertura da Exposição Legatio no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Da esquerda para direita: Embaixador do Reino dos Países Baixos, Sr. Hans Peters e Profa. Claudia Rodrigues-Carvalho Diretora do Museu Nacional/UFRJ

Exposição Botijas

Biblioteca Central da UFPE, Recife, 2015

A mostra do Recife foi realizada no hall de exposições da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco. Aberta

formalmente no dia 22 de setembro de 2015, pelo Embaixador dos Países Baixos do Brasil Sr. Han Peters. A exposição contou com o patrocínio da Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil, e se estendeu até 18 de dezembro.

A iniciativa recebeu o título “Botijas” e tomou como mote principal o achado da Botija do Rio Formoso contendo moedas obsidionais, ou Ducados Brasileiros, as primeiras moedas cunhadas no Brasil, assim chamadas por seu formato ortogonal, produto da dinâmica dessa economia em regime de guerra. O tema aborda também o imaginário da cultura popular, na qual, através dos sonhos, o sobrenatural estabelece uma relação entre os vivos e os mortos. O sonho é, nesse caso, um elemento construtor da memória.

A botija do Rio Formoso foi encontrada em 1967 por Manoel Crispim, motorista do caminhão caçamba da empresa Moveterras, que realizava a abertura de um desvio na PE-60, em terras do engenho “Duvido que moa”, na cidade do Rio Formoso. No local, foram encontradas moedas holandesas, as mais importantes cunhadas no Brasil, datadas de 1645, 1646, 1647 e 1654 presas a pedaços de um vaso de terracota. As moedas de ouro e prata foram encontradas junto com barras e outros objetos como um copo de cobre e medalhas.

O que cabe celebrar nesta exibição é a memória partilhada entre brasileiros e neerlandeses que nos legaram, em sua passagem por Pernambuco no século XVII, as primeiras moedas cunhadas no Brasil e o mais importante registro imagético da América Latina no século XVII. A Botija do Rio Formoso de boca em boca se transformou em lenda urbana e se inscreveu definitivamente no imaginário pernambucano, tornaram-se tradição histórica e sócio-cultural.

Carregado de misticismo e superstições é um tema com muitas contradições, mas que revela a cultura de um povo em vários períodos de sua história. A Botija do Rio Formoso, inicialmente considerada uma farsa, tomou dimensão nacional e despertou a atenção de numismatas, historiadores e pesquisadores na área, que publicaram artigos e livros sobre o assunto.

O Mundo Atlântico e os Países Baixos (AWAD)

Antes da instalação dos projetos de documentação histórica que relatamos, não existiam catálogos eficientes que pudessem abrir as portas aos copiosos manuscritos que restaram da Velha Companhia das Índias Ocidentais nos arquivos holandeses. Sempre é bom lembrar que, a esse tempo, o mundo digital estava apenas se insinuando, e havia ainda nas instituições de memória, um estado suspenso de alerta e desconfiança sobre os novos instrumentos da tecnologia. Nos Países Baixos, a ferramenta de pesquisa mais utilizada para acessar os papéis do Brasil nos fundos do Arquivo Nacional em Haia (*Algemenrijsarchif*) ainda era o catálogo elaborado por José Antônio Gonsalves de Melo, quando de suas pesquisas nos anos de 1958 e 1962.

Somente no ano de 2000, o arquivista Diedrick Kortlang elaborou um índice das *Brief Papieren Uit van Brasilië* (Cartas e papéis saídos do Brasil), em boa hora, traduzido e editado pela Dra. Marianne Wiesebron, nos papéis do Projeto Resgate Brasil.⁴⁵ Em 2006, o Instituto Real de linguística e antropologia – KITLV da Holanda promoveu um largo esforço para construir um ambiente de pesquisa dedicado à preservação e divulgação do patrimônio cultural

partilhado entre o Brasil e os Países Baixos. A articulação interinstitucional proposta pelo KITLV criou um ambiente cooperado propício à tarefa de resgate, preservação e acesso, enquanto estimulava, na Holanda e no Brasil, o desenvolvimento de um ambiente dinâmico de pesquisas.

O projeto O Mundo Atlântico e os Países Baixos – AWAD — uma iniciativa do Instituto Real Neerlandês para estudos do Sudeste Asiático e Caribe em Leiden (KITLV) e do Arquivo Municipal de Amsterdã — foi desenvolvido com duplo objetivo: o primeiro de promover a cooperação internacional no campo da pesquisa, preservação e acesso do patrimônio cultural partilhados entre os Países Baixos e as nações de África e da América, que estiveram sob influência da Companhia das Índias Ocidentais, entre 1621 e 1791; e o segundo objetivo: dar maior visibilidade e sistemática aos projetos e trabalhos elaborados no Brasil, de modo que se pudesse captar fundos para programas em andamento e para fomentar novas iniciativas.

O AWAD no Brasil foi estruturado em duas etapas. A primeira contemplou uma missão de identificação que tinha por objetivo fazer um inventário exaustivo do patrimônio material e imaterial existente nos países do mundo atlântico, bem como projetos e pesquisas existentes na área. A segunda fase, executiva, teve como propósito a construção de projetos bilaterais e multilaterais entre os países envolvidos, bem como a obtenção de recursos para a realização desses programas.

Como parte da primeira etapa do AWAD-Brasil, foi realizado, em parceria com o Laboratório Liber, um workshop, no Recife, seguido por duas reuniões menores; uma em São Paulo e outra no Rio

de Janeiro. Esses eventos reuniram destacados pesquisadores da presença neerlandesa no Brasil.

Nessa assembleia, foram identificados os aspectos mais relevantes para a questão da memória e da pesquisa histórica da atualidade. O primeiro desses aspectos foi o referendum plenário do interesse pela temática que estimulou a construção de uma respeitável bibliografia produzida por uma leva de jovens pesquisadores.

Em 2010, no contexto da articulação do MCH, a Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil apoiou o projeto Preservação e acesso ao patrimônio mútuo entre o Brasil e os Países Baixos. Essa iniciativa se compunha de um conjunto articulado de iniciativas de salvaguarda de bens do patrimônio mútuo tangível e intangível.

O projeto foi executado em dois anos e tinha como objetivo instalar a representação do projeto AWAD no Brasil, e a promoção da cooperação internacional no campo da pesquisa, preservação e acesso ao patrimônio cultural partilhado entre os Países Baixos e nações, que estiveram sob influência da ocupação militar da Companhia das Índias Ocidentais.

A representação do AWAD no Brasil funcionou no laboratório Liber por dois anos, sendo responsável pela manutenção do site e bases de dados em português, pela ampliação da oferta de conhecimento científico, pela preservação e garantia de acessibilidade aos bens do patrimônio cultural comum. No bojo do segundo objetivo proposto pelo AWAD, de dar visibilidade, estava o desenvolvimento de uma base de dados integrada de documentos de interesse histórico depositada em arquivos neerlandeses.

A proposta congregou o esforço das Universidades Federal de Pernambuco (Liber) e Universidade de São Paulo (Brasiliiana USP) para construção da rede e a infraestrutura necessária à ampliação da pesquisa. A recuperação dessa documentação, por meio de tratamento, digitalização e disponibilização de documentos online, para pesquisadores de língua portuguesa.

Cooperação para o patrimônio cultural mútuo

Desde a virada do milênio, o governo holandês passou a considerar o valor estratégico do Patrimônio Cultural partilhado com outras nações o Mutual Cultural Heritage Cooperation (MCH), que costumava estar na base das relações bilaterais. Entendendo que as atividades relacionadas a esse tema podiam ajudar a obter uma melhor compreensão da história holandesa e da relação intrínseca com o passado de outros países. Ao longo dos séculos, os Países Baixos legaram muitos traços tangíveis e intangíveis de sua ação colonial. Destarte, o MCH se refere ao patrimônio relacionado com a atividade das suas companhias de comércio colonial, erguido nos períodos de estreitas relações culturais, políticas e econômicas.

A política MCH visa manter essa herança compartilhada através do incentivo de parcerias entre instituições e especialistas holandeses e estrangeiros. Essa política ficou sob responsabilidade conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação, Cultura e Ciência dos Países Baixos. Os países com os quais a Holanda partilha uma grande variedade de patrimônio tangível e imaterial foram considerados prioritários para a política MCH, especialmente aquelas nações cujas organizações de patrimônio e

indivíduos possam ajudar construir e promover juntos, projetos cocriativos e cooperativos.

A iniciativa AWAD estava inserida no framework MCH. Pretendia reunir, em uma frente comum, diversos projetos de difusão de fontes históricas, disponíveis nas bases de dados do Liber que davam acesso à documentação coletada por Joaquim Caetano no fundo dos Estados Geraes do Arquivo Nacional de Haia e os documentos integrados a base Monumenta Hyginia no site Liber.

A nova base incorporou ainda documentos holandeses oriundos da coleção José Antônio G. Mello Netto e microfilmes do Arquivo Nacional de Haia. O serviço foi estruturado a partir da base de referência elaborada pelo arquivista do *Algemeen Rijksarchief Diedrick Kortlang*, para o fundo da Velha Companhia das Índias Ocidentais, fundo *Brief Papieren Uit van Brasilië* (Cartas e Papéis Saídos do Brasil). Um dos desdobramentos do movimento AWAD foi a criação da Conferência Biannual Sobre Tecnologia e Memória CTCM sobre a qual trataremos amiudadamente mais adiante.

As teias da memória: Induzindo a cooperação local

Convênio com a FUNDAJ

Na virada do milênio, foi sentido um intenso incremento da demanda por bens e serviços digitais. Como reflexo dessa expansão, o Porto Digital deu seu primeiro grande salto, provocando um verdadeiro boom de startups no mercado de TI no Recife. Esse fenômeno elevou a temperatura da transformação digital que atingia indistintamente as esferas pública e privada.

Nos integramos naturalmente a essa expansão, todavia, o Sistema de Gestão Documental desenvolvido no Virtus era limitado, e demandava eficiência, interoperabilidade e incremento de visibilidade. A ampliação das demandas de informação dos usuários exigia permanente atualização da infraestrutura do laboratório e de serviços que, ao seu turno, eram o produto privilegiado da pesquisa básica na área de Ciência da Informação.

Em 2002, havíamos iniciado estudos para o desenvolvimento de um sistema de gestão de conteúdos. Partindo do conhecimento reunido nas pesquisas em bases de dados bibliográficas aplicado às

bibliotecas digitais, projetamos uma ferramenta WEB, aparelhada com interfaces amigáveis mediadas por linguagem Html. Com recursos da própria universidade, selecionamos bolsistas da área de TI que, junto aos de biblio, e aos de design passaram a trabalhar no desenvolvimento uma solução tecnológica especialista.

Em 2004, já havia um protótipo estável servindo a base de documentos históricos do Conselho Ultramarino quando fomos procurados pelos colegas da Fundação Joaquim Nabuco interessados na experimentação em tecnologia digital que se dava na UFPE. A Fundaj considerava, então, a possibilidade de usar esta experiência nos acervos custodiados pelo Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira – Cehibra. Diante da necessidade e da oportunidade de uma parceria para esse fim, firmamos, em 2005, um convênio entre a UFPE e a Fundaj com o objetivo de promover a digitalização e a difusão, no Portal Domínio Público, da obra de Joaquim Nabuco.

CLIO

O notável desenvolvimento da Internet e das Tecnologias da Informação e Comunicação tornou possível a digitalização, o armazenamento e a transmissão de dados em larga escala. Esse mesmo movimento foi responsável pelo desenvolvimento das convenções descritivas para conteúdos em meio digital (os Metadados).

A vanguarda do desenvolvimento de recursos para organização, recuperação e uso partilhado do conhecimento concentrava esforços no aperfeiçoamento dos instrumentos tecnológicos que permitissem a operação mútua entre usuários. Esse

recurso ficou nomeado, na terminologia especializada, como interoperabilidade, e pode ser definida como a capacidade que os sistemas de informação adquiriram para se comunicar de forma transparente com outros sistemas, aparelhados com tecnologia descritiva de padrões abertos.

No curso do aperfeiçoamento do Software Clio, desenvolvemos a extensão Clio-i para qualificá-lo como uma plataforma WEB destinada à construção e divulgação de bases de documentos de interesse científico. A iniciativa Clio foi pioneira em muitos aspectos, inclusive na adesão aos princípios OpenArchives no Brasil, e no uso do protocolo OAI, presentes nas bases de dados do Ultramar e do Hyginio. Em 2005, a versão beta do Clio, recebeu o primeiro registro como Provedor de Serviços da América Latina⁴⁶ e de Provedor de Dados.⁴⁷ O Clio reunia, numa única plataforma, recursos de recuperação da informação, descrição em metadados, biblioteca digital multimídia (texto, áudio, vídeo e imagem), visualização e manipulação de documentos, e interoperabilidade entre os repositórios.⁴⁸

Esse desenvolvimento permitiu que instituições de memória e de pesquisa pudessem utilizar o Liber como um datacenter e provedor de acesso a acervos de interesse nacional. Mais adiante, em 2009, com recursos de um fomento da Facepe, adquirimos servidores de bancos de dados e servidores de aplicação, destinados prioritariamente a atender à demanda computacional do Clio-estendido e da expansão do seu uso em escala global.

A capacidade de interoperabilidade adquirida permitiu que sistemas de informação, como arquivos e bibliotecas virtuais, baseados em protocolos universais de troca de dados, pudessem

partilhar dados com precisão e fiabilidade. Para o usuário, a integração de um conjunto heterogêneo de coleções em um ambiente virtual federado, abaixo de uma mesma metodologia, permitia que a busca se tornasse mais abrangente, aumentando o índice de revocação da pesquisa. A descrição semântica de conteúdos com base em metadados permitiu a interoperabilidade não apenas com os sistemas locais, mas com outras iniciativas nacionais e internacionais. Essa circunstância conferiu, ao sistema cooperado, visibilidade integrada em escala global.

Um dos avanços alcançados por essa tecnologia foi a otimização da aplicação de recursos de hardware e software como forma de evitar duplicidade de investimentos e desperdício de recursos. Progressos notáveis se deram na esfera da agilização e eficientização de procedimentos de backup e da preservação digital, procedimentos que procuram garantir a conservação de acervos registrados em meio digital para gerações vindouras.

A infraestrutura necessária para se manter sistemas de informação na WEB era dispendiosa e rapidamente se tornava obsoleta, quando servia unitariamente a instituições que isoladamente não possuíam demanda suficiente para sustentar o serviço. A manutenção partilhada de sistemas de banco de dados, hardware, software, servidores WEB, armazenamento de dados, além de serviços especializados, foi uma solução inteligente, diluiu os custos operacionais e justificava a sustentabilidade de projetos cooperados.

Lacre - laboratório de conservação e restauro

Até 2005, não existia, na UFPE, unidade especializada em conservação de bens de memória como a que havia se formado no Cehibra na Fundaj. As coleções memoriais que encontramos na BC, entretanto demandavam permanente tratamento e estabilização e Conservação de acervos.

No contexto do convênio da Fundaj, conseguimos a cessão temporária do funcionário Eutrópio Bezerra, conservador de papel do Laborarte, especialista em Patrimônio Documental, Bibliográfico e Artístico com formação na Espanha. Este funcionário chegou à UFPE com a missão de montar uma unidade de conservação e restauro e treinar uma equipe permanente, especializada na UFPE. Assim, em janeiro de 2005, foi instalado nas dependências da BC/UFPE o Laboratório de Conservação e Restauro (Lacre), criado com o objetivo de estudar novos métodos de preservação, conservação, restauração de acervo bibliográfico, obras de arte registrada em suportes orgânicos, especialmente sobre papel. Desenvolver soluções para problemas de preservação, sugerir políticas públicas e atuar junto ao DCI iniciando estudantes de biblioteconomia na arte da conservação e restauro de bens do patrimônio de memória.

No Lacre, investigava-se os problemas que envolviam a ação degradativa causada por agentes ambientais (clima, umidade e temperatura), químicos e biológicos próprios de países tropicais sobre os bens da herança cultural. O Lacre prestava serviços e desenvolvia propostas de conservação preventiva para outras instituições. Com financiamento da Embaixada do Reino dos Países Baixos, conseguimos equipar o Lacre com os equipamentos e insumos básicos de um bom laboratório.

Da crise na Faculdade de Direito à Rede Memorial

Corria o ano de 2005, quando fomos informados que o acervo de periódicos da biblioteca da Faculdade de Direito do Recife estava ameaçado por um forte temporal de inverno. Nos dirigimos ao prédio anexo da antiga Reitoria da Universidade do Recife, na Avenida Treze de Maio, onde encontramos o acervo sob efeito de acentuada ação entrópica. O precário estado do depósito havia criado o ambiente perfeito para infestação por colônias de cupins e múltiplos agentes biodegradadores atacavam sistematicamente volumes encadernados de velhos jornais, restos de folhas e pelica entulhavam no chão de cimento queimado.



Foto 7 - Desmonte da hemeroteca da FDR em 29 de julho de 2005.

Condições inadequadas de custódia.

Segundo informara uma bibliotecária aposentada, a situação teria sido acelerada pela incúria de um antigo diretor que, alguns anos antes desse evento, para fazer espaço no prédio da faculdade, teria exilado a preciosa hemeroteca no prédio abandonado. Mas aquela não era uma coleção qualquer. A hemeroteca da FDR era a mais completa e seleta de acervos hebdomadários do Norte Nordeste do Brasil. Acompanhados de bibliotecários da faculdade, abrimos o depósito, constatamos a situação, e, imediatamente, comunicamos a diretoria do Centro.



Foto 8 - Desmonte da hemeroteca da FDR em 29 de julho de 2005. Neste detalhe, um bloco inteiro de jornais no século XIX atacado por cupins.

Como já andava em curso uma cooperação técnica entre o Laboratório Liber e a Faculdade de Direito, transmitimos à diretoria da escola a disponibilidade franqueada pela diretora do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE, professora Ana Ferracin, para uso do espaço na BC que se encontrava apto para receber o acervo, em regime emergencial pelo tempo necessário. Diante da emergência, a oferta foi aceita pela diretoria da FDR. Premidos pela urgência, e aproveitando a trégua da chuva, iniciamos imediatamente o transporte do acervo para o depósito temporário no campus da UFPE na cidade universitária.

Quando iniciávamos o desmonte do acervo, fomos surpreendidos por um grupo de estudantes, representantes do diretório da Faculdade de Direito que, sem entender a profundidade e extensão do problema, se mobilizaram contra a mudança. Diante do movimento dos estudantes, a diretoria da faculdade recuou, cancelando o envio do acervo da coleção para a cidade universitária. O acervo ainda permaneceu no mesmo depósito sem cuidados ou tratamento especial, exposto à ação entrópica do tempo por alguns anos, circunstância que ampliou o já grave problema. Felizmente, anos depois, o próprio Centro de Ciências Jurídicas, tomou a iniciativa de fazer a curadoria dos acervos.

Naquele ano, publiquei na revista Massangana o artigo Tragédia da Memória que apresentava uma análise do problema em especial, e uma apreciação crítica da situação dos acervos de interesse para história, custodiados em diversas instituições de memória de Pernambuco (GALINDO, 2005).

A crise da hemeroteca da Faculdade de Direito era a ponta de um iceberg que deixava à mostra, apenas uma fração de uma situação

endêmica, ainda encoberta. As evidências primárias permitiam a hipótese de que o problema que emergira em Pernambuco era um fenômeno de ordem social sistêmica, catalisado pela exposição, por anos a fio, do patrimônio cultural ao desamparo das políticas públicas de patrimônio.

As duas últimas décadas do século XX, em Pernambuco, haviam sido marcadas por um rápido e danoso desvestimento, por parte do Estado de suas obrigações de curadoria do patrimônio memorial. Esse fenômeno era visível na decadência das instituições de memória que progressivamente deixavam de ser irrigadas pelo sistema estatal, mais pela falta de consciência memorial que propriamente pela ausência de recursos. Em razão desse abandono, o Sistema Memorial em Pernambuco esteve à beira do colapso.

Era paradoxal a evidência do problema agravado pela incúria e imperícia, exatamente em Pernambuco, que havia desenvolvido uma invejável tradição de curadoria na preservação do seu patrimônio documental (CANTARELLI, 2012). Durante décadas, acumulamos sucessos, no tocante à preservação do patrimônio. O Sistema Memorial tinha funcionado com eficácia enquanto refletia uma função ativa na sociedade, enquanto esteve sob patrocínio dos intelectuais sensibilizados pelos debates da memória. Alfredo de Carvalho, Gilberto Freyre, Jordão Emerenciano, Mauro Mota, Aníbal Fernandes, Mario Melo, José Antônio Gonsalves de Melo, José Cézio Regueira Costa, Olímpio Costa Júnior foram agentes letRADOS que conseguiam manter o diálogo com os políticos e proteger a memória.

Toda ausência é atrevida diz o dito popular. No tempo desses personagens, Pernambuco foi pioneiro no debate e na proteção da memória e dos bens do patrimônio histórico. Já na década de 1920,

como nos lembra Rodrigo Cantarelli: o “Regionalismo, surgido no contexto da implantação das ideias modernistas em Pernambuco, abraçou a causa da preservação dos valores tradicionais, das culturas locais e dos monumentos históricos como elementos definidores de uma identidade” (CANTARELLI, 2012). Se a vigília desses ilustrados dava sustentabilidade e couto ao sistema de memória, sua falta permitiu a emergência de uma reação social na qual a própria sociedade passava a destruir a memória que devia cuidar.

A ferida exposta na hemeroteca da FDR evidenciava que o sistema memorial sofria globalmente de um tipo de baixa imunidade organizacional. Essa circunstância parecia desabilitar a função preservacionista do sistema social que combatia o deszelo e as práticas curatoriais omissas. O fenômeno corria solto, pública e notoriamente, em face da inação dos órgãos de defesa do patrimônio e do silêncio dos técnicos responsáveis pela guarda e conservação desses bens da memória.

A situação despertou nosso interesse, principalmente porque parecia refletir um fenômeno de largo espectro que, em sua forma e circunstância, alcançava uma amplitude nacional, mais danosamente, os membros mais pobres da federação. Desse modo, essa circunstância deletéria, foi a inspiradora de um projeto de investigação científica que passou a observar a situação das organizações de memória sobre o prisma da complexidade.

A investigação coletou e sistematizou dados, e propôs o modelo teórico de observação dos Sistemas Memoriais. (GALINDO, 2005; 2009 e 2014). Esse modelo permitiu a abstração da categoria de trabalho prismada na Rede Memorial de Pernambuco. Com o auxílio desse modelo, abandonamos a visão analítica que observava

mecanicistamente o problema individual de cada serviço e passamos a visualizar as propriedades emergentes do sistema. Com essa ferramenta, conseguimos enxergar as práticas, usos, comportamentos permissivos que haviam levado a uma profunda crise e a perda de acervos em Pernambuco.

Como desdobramento da iniciativa, principiada em conjunto com a Fundaj, em 2005, formou-se um grupo de pesquisadores que passou a se reunir na UFPE para debater o problema. Diante da tragédia anunciada da memória, promovemos um fórum que reunia, periodicamente na UFPE, profissionais militantes da preservação da memória em Pernambuco, circunstância que ampliou o alcance da pesquisa.

A Rede Memorial

O convênio com a Fundaj, antes mencionado, havia viabilizado a formação de um grupo de trabalho que, mais tarde, se converteu em um projeto de pesquisa para investigar o fenômeno de precarização das instituições de memória. Essa pesquisa desenhou, pela primeira vez no Brasil, um modelo sistêmico capaz de representar a teia de complexidade que envolvia organizações de memória, com destaque para um especial ethos endêmico do Recife, extremamente marcado pelo exacerbado comportamento custodial praticado pelos militantes do patrimônio e uma acentuada disfunção social, agente nas instituições de memória.

Os debates desaguardam na articulação da Rede Memorial de Pernambuco, em 2008, e na formulação do Consórcio da Rede Memorial no ano seguinte. Essa articulação, a seu turno, deu lugar a

uma mobilização social. O Programa Rede Memorial modalizou e conduziu os esforços de uma coletividade de técnicos, administradores e pesquisadores na busca de soluções sustentáveis para manutenção do Sistema Memorial de Pernambuco.

A articulação e a pesquisa pareciam progredir. Em 2008, o laboratório Liber havia aprovado um projeto ao Edital – Multiusuários/Facepe de Apoio à disponibilização para a pesquisa de laboratórios multiusuários e de acervos de interesse científico. O Edital tinha por objetivo apoiar atividades que propiciassem a ampliação do acesso de pesquisadores a serviços especializados de suporte à pesquisa ou a acervos de interesse científico. Esse evento marcou a qualificação da vocação do Liber como aparelho multiusuário na Universidade Federal de Pernambuco.

O edital Facepe apoiava projetos de implantação, recuperação, conservação e disponibilização de laboratórios multiusuários ou de acervos de interesse científico, visando ampliar a sua disponibilidade e acessibilidade por pesquisadores em geral, e maximizar os benefícios dessas estruturas, equipamentos e acervos para a geração de conhecimento no estado de Pernambuco.

Assim a chamada estimulava a cultura multiusuária, evidentemente em consonância com os princípios defendidos por John Taylor para E-Science britânica. Os recursos desse projeto deram sentido e sustento a pesquisa da Rede Memorial e aos estudos da Teoria dos Sistemas Memoriais. Permitiu a instalação de uma infraestrutura de natureza multiusuária, coletiva e integradora, e que em tudo combinava com o movimento de articulação da Rede Memorial, que se dava no substrato desse processo.

Em março de 2009, após a aprovação pela Facepe da proposta do Liber no primeiro edital multiusuário, as instituições articuladoras do projeto da rede memória, assumiram a condução da mobilização e lançaram o manifesto que criava a “Rede de Cooperação Interinstitucional Memorial Pernambuco”, uma articulação concebida com o objetivo de “promover cooperação interinstitucional através da realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e informação de interesse histórico, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco” (RMP, 2009).

Com o passar do tempo integraram-se a esse esforço dirigentes das mais importantes instituições de memória do Estado, entre elas o diretor do Museu da Cidade do Recife, da Biblioteca Pública do Estado, do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e do Laboratório Liber representando a UFPE.

Quando a rede iniciou em 2009, eram apenas quatro entidades, em 2011, já eram em torno de 140 instituições signatárias dos princípios defendidos pela articulação. Nessa época, a Rede Memorial passou de projeto de pesquisa para uma rede de colaboração complexa. O manifesto da RM contido na “Carta do Recife” implicava que, cada participante da teia fosse signatário e agente multiplicador dos princípios e protocolos internacionais de preservação digital, de conservação de dados, de depósito legal, de programas internacionais de preservação e acesso a memória.

O fomento da Facepe permitiu o investimento inicial necessário para o estabelecimento da rede que unia, em iniciativas comuns, acervos e pesquisadores integrados em uma estrutura lógica

interoperável e interinstitucional, em benefício do patrimônio cultural comum.

Uma teoria para os Sistemas de Memória

Era necessário encarar o problema de forma inovadora. A observação do ethos que envolvia o ambiente cultural das instituições de memória nos deu a chave para penetrar em uma razão ainda secreta. Autores como Jaime Robredo, Lorcan Dempsey e Hjorland, Rafael Capurro, Edgard Morin, apontavam para esse caminho. À observação empírica do objeto, nos mostrava como organizações de memória se ordenavam ao modo de sistemas, se conectavam e dependiam umas das outras, formando um meio, uma ambiência⁴⁹ que podia ser observada, descrita em suas propriedades emergentes, e em suas principais leis e regras.

Essa compreensão foi o ponto de partida para o desenvolvimento de uma teoria para os Sistemas Memoriais em CI, que passa obrigatoriamente pelos estudos que desenvolvemos no âmbito das redes memoriais. Assim, desnudando e modelando, o problema em Pernambuco, o tema passou a orientar os interesses do Laboratório Liber, dando lugar a um novo projeto Preservação da Memória Digital, que tinha por tradição o estudo das práticas de preservação de bens do patrimônio memorial.

Os sistemas memoriais e a memória são objetos de nossa pesquisa desde o final dos anos 2005. A essa época entendi que nós somos cercados por sistemas e interfaces nativas através das quais a realidade complexa se manifesta perante a lógica da inteligência humana.

Tomamos nossa observação a partir do meio onde se ambientam as instituições de memória, podia-se descrever, com muita precisão, uma ordem analítica implícita neles: Qual a situação dele no momento da observação? Como estavam sendo custodiados os seus acervos? Se há alguma ameaça ou risco de perda de coleções? Se existiam regras claras para proteger seu patrimônio? Se existiam pesquisadores interessados em seus conteúdos, eles podem expressar muitas respostas e suscitar outras tantas perguntas.

Basta uma intervenção externa a esse sistema, contudo, e essas perguntas e respostas podem mudar completamente de sentido: Se alguém, ou algo provoca um distúrbio nessa complexidade, o sistema reage e inicia uma nova dinâmica. A ferramenta dos sistemas complexos mostra que um sistema de memória, aqui descrito em sua dimensão comportamental, é formado por pessoas, instituições, políticas, e que essas instâncias podem estar se tornar instáveis. Essa interação sistêmica e complexa provoca, a todo instante, efeito cascata com múltiplas realidades de saída possíveis. Importava então, observar as propriedades emergentes. Refiro-me àquelas propriedades que emergem em consequência da relação entre os componentes do sistema, e que só podem ser acessadas e medidas quando as partes de um sistema trabalham juntas para atingir objetivos comuns.

Essa teoria em construção nos permitia enxergar os sistemas como o nível material dos instrumentos que se articulam para realização de tarefas complexas. Essas tarefas, todavia, careciam para sua realização de uma camada operacional gerida pelas pessoas que se organizam em arranjos inteligentes de redes trabalho para operação dos sistemas. Essa dimensão sistêmica nos ajudou a

entender, em tese, um ordenamento social inteligente que pode ser captado no mundo natural, e cujo comportamento corresponde a uma realidade essencial, verificável no funcionamento das organizações de memória. Tudo se encaixava e podia ser observado abaixo da teoria dos sistemas sobre o oculum da complexidade. Uma reflexão mais aprofundada sobre este tema pode ser no texto A redescoberta do trabalho coletivo.⁵⁰

A teoria dos sistemas memoriais permitiu estudar as organizações de memória em Pernambuco como um ente vivo, habitado pelas formas complexas da inteligência, ao tempo que nos afastava das abordagens cartesianas, lineares, locais que não conseguiam perceber o problema da memória para além da interface. O suporte da Facepe permitiu, também, estruturar um programa de Curadoria digital que permanece ativo, constituído por dezenas de projetos, e é um dos mais bem referenciados programas de digitalização de acervos da América Latina.

Nos quatro anos que se seguiram à instalação do projeto, percebeu-se uma notável mudança na postura dos pesquisadores do Laboratório Liber, estimulada pela emergência de uma nova cultura de compartilhamento de distribuição equilibrada de recursos tecnológicos. Partindo do projeto Ampliação da capacidade do laboratório multiusuário, o Liber se qualificou como unidade multiusuária e passou a estimular entre os pesquisadores o sentido de colaboração. A oportunidade de dividir recursos tecnológicos foi o elemento ignitor dessa nova cultura, mas sua consolidação se deu a partir da construção de uma nova ordem de interação, manifesta principalmente, na articulação da Rede Memorial de Pernambuco (RMP).

Com recursos da Facepe, instalamos o primeiro sistema deslizante para armazenamento abrigou inicialmente os acervos históricos da UFPE: As coleções João Alfredo e o acervo de microfilmes reunido pelo Dr. José Antônio G. de Mello custodiadas pela BC. Em 2010, aprovamos um segundo projeto no edital Multiusuário da Facepe, fundamental para a consolidação dos processos iniciados em 2009. A iniciativa do MDB representa a experiência da UFPE junto a Rede Memorial de Pernambuco, conforme detalharemos mais adiante no tópico Memorial Professor Denis Bernardes.

Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM):

Estratégias para a preservação e o acesso à informação

A Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM) evoluiu do Seminário AWAD Brasil realizado em cooperação com o DISH (Digital Strategies for Heritage). Como parte da política da Comunidade Europeia para cultura digital, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos, o Erfgoed Nederland realizou em dezembro de 2009, na Holanda a conferência DISH. Esse evento oportunizou um rico debate sobre temáticas como: estratégias, e políticas públicas para estoques digitais, e novos horizontes funcionais para organizações memoriais detentoras de patrimônio cultural em meio digital. Como reflexo da política Mutual Cultural Heritage (MCH), especialistas de diferentes países, incluindo o Brasil, reuniram-se em Albany (USA), em novembro de 2010, com o objetivo de construir parcerias estratégicas e estabelecimento de um framework para o portal MCH. Como proposta dessa articulação foi sugerida uma ação multiplicadora para ampliação do framework

MCH, para divulgar no Brasil os princípios da herança cultural, e para debater os problemas relativos à aplicação da tecnologia nos ambientes das instituições de memória. Inspirado no DISH, o CTCM resultou dessa decisão e se converteu em um fórum privilegiado das discussões dos problemas relativos à memória partilhada entre o Brasil e a Holanda.

Em 2011, coordenei a primeira Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM) com a colaboração direta do board da Conferência Internacional de Estratégias Digitais para o Patrimônio (DISH). O evento realizou-se no Instituto Ricardo Brennand no Recife, e teve o apoio do Ministério dos Negócios Exteriores do Reino dos Países Baixos e da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe).



Foto 9 - Formação da RM Nacional no Salão nobre do Instituto Ricardo Brennand. 14 de julho de 2011.

Cerca de trezentas pessoas, atenderam à chamada da conferência de 2011, entre palestrantes, convidados, profissionais e estudantes.

Um marco fundamental dessa conferência foi a criação, no dia 14 de setembro de 2011, da Rede Memorial (RM) ou Rede Nacional das instituições comprometidas com políticas de digitalização dos acervos memoriais do Brasil, inspirada na Rede de Cooperação das Instituições de Memória de Pernambuco (RMP).

O referendum da RM realizou-se, no conselho do Instituto Ricardo Brennand, com a presença de representantes de instituições públicas e privadas envolvidas (ou desejosas de se envolverem) com projetos de digitalização dos seus acervos. A rede nacional tem por base uma carta de princípios para uma política de informação para acervos memoriais e procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho.

Os princípios básicos declarados na RM de Pernambuco inspiraram a formação da RM Nacional, cujo modelo de ação foi ampliado para atender à escala nacional. Na formulação dos objetivos da RM, foi mantido o escopo da RMP, cujo texto integral incluiu como anexo ao final deste documento. (Anexo B)

A Conferência CTCM busca promover a pesquisa no campo das tecnologias aplicadas a memória, e propunha colocar-se como um fórum de referência na reflexão de processos inovadores para gestão do patrimônio cultural. Em continuidade a esse movimento, o Laboratório Liber e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco e a Biblioteca Brasiliiana USP preparam a segunda edição CTCM que se realizou no

Recife de 12 a 15 de novembro de 2013. A conferência CTCM já está em sua sexta edição. Depois da ampliação, a filiação de instituições à RM passou a ser referência para aprovação de projetos no MinC e BNDES. Desde então, a assembleia CTCM é o fórum oficial da Rede Memorial.

Desdobramentos da Rede Memorial de Pernambuco

Com recursos do fomento da Facepe e o decisivo apoio da Secretaria de Gestão da Informação e Comunicação da UFPE, lideramos um programa de recuperação do acervo memorial e da infraestrutura da Biblioteca Central da UFPE.

As metas do projeto Ampliação da Capacidade do Laboratório Multiusuário Liber propostas pelo Laboratório Liber no edital multiusuário eram: a articulação com organizações gestoras de fontes abaixo de uma sistemática de acessibilidade comum; a expansão das atividades de gestão do conhecimento científico e tecnológico na UFPE; e a aquisição de equipamentos; Estantes deslizantes para o acondicionamento e armazenamento de acervos na Biblioteca Central da UFPE.

No cumprimento dessa meta, foi instalada na Biblioteca Central uma infraestrutura de preservação e curadoria da memória institucional da UFPE. Com uma proposta inicial de salvaguarda de bens de patrimônio, resgate e custódia de objetos relativos à memória da instituição e do desenvolvimento acadêmico em Pernambuco. Em decorrência dessa ação, a Biblioteca Central da UFPE passou a ordenar seus acervos e abrigar outras coleções em suportes físicos de interesse memorial, científico e acadêmico de Pernambuco.

Nesse momento, os laboratórios Liber e Lacre de Conservação e Restauro funcionaram em plena potência, cumprindo papel fundamental no processo de resgate dessas coleções. Sobre o processo de desenvolvimento da infraestrutura do Memorial Denis Bernardes, trataremos detalhadamente em tópico específico mais adiante.

A Companhia Editora de Pernambuco e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)

Em 18 de março de 2011, firmamos uma parceria com a Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) e o Laboratório Liber, para realização de um estudo de viabilidade para implantação do serviço de digitalização de acervos bibliográficos e de documentos da CEPE. Essa ação marcou a adesão da CEPE à Rede Memorial de Pernambuco, permitiu a aquisição de equipamento de digitalização que, mais tarde, passou a operar na cooperação com o APEJE.

Essa parceria materializou-se na forma de uma consultoria que se inseria no bojo das atividades previstas pela Rede Memorial em Pernambuco, com vistas a prover infraestrutura, treinamento e expertise para instituições de memórias do estado, especialmente aquelas mais precarizadas pela falta de recursos.

Como resultado desse trabalho elaboramos um estudo diagnóstico da clientela potencial do futuro serviço de digitalização da Cepe. Dessa ação, resultou ainda o mapeamento das demandas dos arquivos, museus e bibliotecas e de outras organizações e aparelhos públicos, bem como de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial em Pernambuco.

Considerando critérios de urgência, emergência e oportunidade da iniciativa definimos as instituições alvo para ação futura da Cepe. Foram eleitos o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco como endereçários potenciais prioritários da ação de digitalização do projeto.

O processo seguiu-se no APEJE com a identificação de fontes e inventário pormenorizado dos periódicos dos municípios pernambucanos. A esse relatório se somam o inventário dos periódicos da capital distribuídos nas mapotecas e galerias do APEJE.

Instituto Ricardo Brennand

Por força da cooperação mediada pela Rede Memorial, o Liber passou a digitalizar acervos de instituições da articulação. Nesse contexto, firmamos em dezembro de 2012, um convênio de cooperação técnico-científica entre a UFPE/Liber e o Instituto Ricardo Brennand com vistas ao desenvolvimento de um programa de pesquisa, digitalização e acesso público de acervos de interesse científico, memorial, artístico e culturais da reserva técnica do Instituto RB.

Essa cooperação permitiu o deslocamento de uma extensão do Laboratório Liber para o Instituto RB. Por dois anos, o Scanner Zeutschel Omniscan 12000 foi utilizado no programa de digitalização que processou grande parte da extensa coleção do instituto, incluindo manuscritos históricos, obras de arte, cartografia e obras raras. Esta cooperação treinou bolsista para operar o equipamento e designou especialista do laboratório para prestar assistência técnica, como

resultado gerou um acervo digital de 10 Terabites de imagens em alta resolução, que se conservam preservadas no o Liber.

Biblioteca Pública do Estado (BPE).

Concluída a ação no Instituto Ricardo Brennand foi a vez da Biblioteca Pública do Estado (BPE). Em fevereiro de 2014, enviamos o scanner Zeutschel para a BPE, onde esteve servindo a projetos de digitalização por dois anos, conforme termo de cooperação técnica firmado pelo Liber e a BPE. Este equipamento permaneceu no setor até o final de 2015 e foram digitalizados um total de 52 títulos. SILVA, 2018.

Museu da Cidade do Recife

No bojo dessa operação, o laboratório Liber também digitalizou parte do acervo fotográfico e cartográfico do Museu da Cidade do Recife (MCR), um dos signatários iniciais da articulação da Rede Memorial de Pernambuco. A coleção do MCR era oriunda de acervos reunidos por José Cézio Regueira Costa, no início do século XX, quando esteve à frente do Departamento de Documentação e Cultura (DDC) da prefeitura do Recife.

Memorial da Justiça de Pernambuco

Com o Memorial da Justiça de Pernambuco, participamos da iniciativa “O Memorial Digital - TJPE” um projeto de pesquisa destinado a preservação e difusão do conteúdo do patrimônio

histórico documental do Memorial da Justiça de Pernambuco/TJPE. Nessa cooperação convertemos em meio digital grande volume de processos judiciais do século XVII ao XIX, oriundos de cartórios e comarcas do interior do estado. Esse projeto disponibilizou o inventário online, em Excel, imagem e conteúdo de 500 processos judiciais criminais do período imperial brasileiro, entre os anos de 1822 e 1889.

A metamorfose da Biblioteca Central da UFPE

O reitorado de Amaro Lins – coincidente com o mandato do presidente Lula de 2003 a 2011 – ficou marcado como um período de prosperidade na UFPE. Em que pese o estado de confiança que reinava na universidade, o Sistema de Bibliotecas foi deixado ao largo do planejamento e do desenvolvimento. Esta situação, parece ser um reflexo tardio da reforma encetada no sistema de bibliotecas ainda nos anos de 1970, que dividiu opiniões e interesses da Academia até os anos 1990. (FRANCO SAMPAIO, 1993) Conforme explicou Miriam Gusmão, as faculdades chegavam no campus do Engenho do Meio com suas tradições e donos, feudos de seus antigos diretores (MARTINS, 2001). A federalização das faculdades e o consequente projeto de centralização do Sistema de Bibliotecas no novo campus, desmantelou o poder dos antigos feudos acadêmicos, dando lugar ao surgimento dos centros e departamentos,

A política de centralização do SIB tentava combater assimetrias, otimizado o uso de recursos, e modernizar a gestão do conhecimento com a instalação da Biblioteca Central. Mas essa política drenava o poder das setoriais e dos centros. (MOURA e

SCHMIDT, 1990). Os bibliotecários se rebelaram contra as “modernizações” vistas então como uma ação autoritária que feria o princípio da autonomia universitária. Ao final, venceu o partido das setoriais, e o sistema sucumbiu, levando a biblioteca central com ele (GICO, 1990).

O efetivo cuidado com o sistema só viria no reitorado de Anísio Brasileiro, através da Secretaria de Gestão da Informação. Na Biblioteca Central, dominava, até então, a ocupação desordenada e o sucateamento das instalações, resultante do garroteamento do orçamento, da ausência quase absoluta de autonomia e de uma marcante interferência da Reitoria, no tocante à ocupação do espaço laboral bibliotecário.

A situação era crítica, as instalações elétricas estavam com sobrecarga, não havia elevadores para o público e o de serviço não funcionava. O depósito do porão estava inundado por falta de manutenção de uma bomba hidráulica. Os poucos usuários que ainda resistiam a frequentar a biblioteca disputavam as poucas mesas disponíveis no limitado espaço da varanda externa, sem nenhum conforto térmico. O piso inferior estava ocupado por quiosques de entidades externas ao serviço de biblioteca, o curso de mestrado profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MGP) dividia o segundo piso com o recém-criado Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação e pelo Laboratório Liber, estes últimos com conexão funcional e interesse claro do Sistema.

Em razão do esvaziamento funcional do edifício da biblioteca, localizado em espaço nobre do campus, era vítima de uma ameaçadora autofagia promovida por outros segmentos da UFPE. A universidade deixara de enxergar a função social da BC, e o pior,

projetos de redistribuição de acervo e reocupação do prédio com administração da UFPE, já vinham sendo discutidos privadamente.

Em meados de 2011, a Biblioteca Central não possuía um projeto de futuro. Encerrado meu segundo período de gestão no departamento de Ciência da Informação, assumi a Diretoria de Gestão da Informação da nova Secretaria de Gestão de Informação. Nessa função, convoquei uma série de reuniões com o pessoal interno da BC para tentar propor um projeto viável para a unidade. Em 26 de setembro de 2011, realizamos reunião para a elaboração de um Quadro Diagnóstico a ser utilizado no plano de ação do Sistema Integrado de Bibliotecas SIB e Biblioteca Central. Em 13 de outubro daquele ano, realizamos nova reunião com os servidores do SIB para discutir o quadro e finalizar o plano de ação. Esse debate interno produziu e encaminhou um documento básico de natureza diagnóstica, utilizado depois, na íntegra, no Planejamento Estratégico do SIB.

O diagnóstico encetado evidenciava que os profissionais bibliotecários gestores do Sistema de Bibliotecas não haviam recebido capacitação formal para gestão de ambientes administrativos complexos. O impactante problema já havia sido apontado anteriormente nos relatórios de gestão da biblioteca (MOURA, SCHMIDT, 1990), em razão dele, o Sistema não havia desenvolvido um projeto integrador no qual estivesse definido, de maneira clara, seu papel e contribuição efetiva no desenvolvimento e integração universitária.

Tampouco havia um comitê gestor formado por bibliotecários, docentes, discentes e funcionários que, de modo agentivo, pudesse participar da decisão sobre seu papel e missão. O

corpo técnico e gestores estavam desmotivados e desabilitados para a tarefa de articular politicamente as suas unidades em torno de um projeto que servisse a comunidade acadêmica.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ativo desde 2007, não havia incluído, até então, nenhuma ação sistêmica para o SIB. Ao contrário, a política central seguia prestigiando diretamente as bibliotecas setoriais através dos centros e departamentos. Essa prática, por um lado, acentuava a desagregação do sistema, e, por outro, reforçava o natural descolamento da ação do SIB com os projetos prioritários da UFPE. Centros mais fortes possuíam bibliotecas setoriais mais fortes, enquanto se esvaia a função primária da BC, resultando em perda de função social do instrumento central, isolamento do SIB e descompasso do discurso com as demais bibliotecas do sistema.

O diagnóstico promovido na BC marcou a retomada da gestão do sistema pelos bibliotecários, e propunha, fundamentalmente, que a administração central, agregasse à BC a função de centro de memória institucional em voga nas grandes bibliotecas universitárias europeias. Essa noção convertia essas unidades em Centro de convivência e experimental de Informação e transformaria a BC em um espaço multifuncional.

O esforço reformador iniciava pela recuperação da função biblioteca que passava, necessariamente, pela remoção de ocupantes externos e o repovoamento desses ambientes com serviços destinados prioritariamente à promoção da leitura individual e de grupos de estudo. Visando agregar nova função social, aproveitamos a localização privilegiada do edifício e projetamos espaços destinados a exposições e atividades culturais. Instalamos quatro auditórios de

pequeno e médio porte que pudessem abrigar um cinema (instalado no Cecon em 2019) e salas menores para exibição experimental (multimídia) e Teleconferência e a inclusão de um espaço para educação à distância e facilities como serviços de cópia e digitalização, papelaria e correios.

A ideia era reconquistar os usuários e previa a instalação de um centro de convivência contendo cafeteria no espaço externo, uma lanchonete no jardim de inverno e de um restaurante externo no mangueirão situado entre a BC e o Restaurante Universitário (RU).

O diagnóstico inicial previa, finalmente, o ordenamento do serviço de custódia e tratamento de acervos memoriais para gerir os acervos de Paulo Freire, do Conselheiro João Alfredo e do professor Ariano Suassuna, que já funcionavam na BC. A certo modo, esse projeto recuperava parte da ideia original defendida por Edson Nery e pelos consultores americanos Frazer Poole, Rudolph Atcon para a Biblioteca Central da UFPE no final dos anos 1960.

Planejava-se a reanálise do sistema Pergamum, a requalificação/capacitação dos funcionários, ampliação do uso de tecnologia, inclusive da malha de computadores a serviço do acesso WEB. Previa, inclusive, a criação de uma Biblioteca Virtual federando os acervos memoriais da UFPE. A sistematização do serviço de gestão da produção intelectual da universidade (antigo acervo PIU) através do repositório Institucional, incluindo o Banco de Teses e dissertações (BDTD), então, o projeto de maior visibilidade para o sistema, que estava fora de funcionamento sem alimentação de dados a quase dois anos. O diagnóstico indicava o DCI como parceiro natural para requalificação do SIB, através do seu PPGCI, capacitando bibliotecários para as novas necessidades da clientela.

Essa reflexão, realizada internamente pela mobilização dos servidores, antecedeu e provocou o processo de Planejamento Estratégico do SIB, agenciado pela Secretaria de Gestão da Informação e pelo Laboratório Liber, e executada pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE). Em 2012, essa Pró-reitoria, estimulou a realização do planejamento estratégico do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE, realizado em 15 e 16 de março com a participação de 56 servidores.

No Plano Estratégico de 2012, a missão e a visão do SIB já haviam cambiado, passando então a ser respectivamente “Contribuir para a construção e preservação do conhecimento científico, tecnológico e cultural, promovendo o acesso e ampla disseminação da informação.” E nutria a visão de futuro, de tornar-se “referência nacional em serviços informacionais no âmbito das bibliotecas universitárias federais até 2016.” Ao final, foi eleito por aclamação o novo Diretor Elilson Gois, lotado no Campus de Caruaru.

Espaço Memória Professor Denis Bernardes

O processo de reestruturação do Sistema de Bibliotecas SIB/UFPE e a reabertura da Biblioteca Central em junho de 2012, antecedeu e preparou o projeto do núcleo de memória que se instalou naquele ano. O Espaço Memória Professor Denis Bernardes, resulta de um esforço anterior de resgate e preservação de acervos de interesse para a memória da UFPE, da aplicação de recursos dos editais multiusuário Facepe (2008 e 2010), e do processo de articulação política dos bibliotecários, do qual resultou o diagnóstico e o planejamento estratégico do SIB.

Para celebrar a efeméride da fundação a UFPE instituiu em 2006, uma comissão de notáveis reunida para resgatar sua memória institucional. Para abrigar o acervo recolhido, a comissão gestora das comemorações deveria recuperar, através de depoimentos, fotografias, livros, jornais e objetos significativos, a história da universidade desde o início de sua fundação. O projeto da comissão previa criar uma unidade de custódia e pesquisa para gerenciar o material recolhido e deixá-lo disponível para consulta da comunidade, infelizmente essa unidade não pode ser criada na ocasião das comemorações.

Nos integramos a esse esforço, através do laboratório Liber. Um dos membros mais ativos dessa comissão, o professor Denis Bernardes, dedicou sua vida acadêmica à UFPE onde iniciou a sua formação de historiador e foi professor desde 1975. Denis foi editor da Revista Estudos Universitários da UFPE até 2012, lecionou e pesquisou nos departamentos de Economia, posteriormente no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Dedicou suas últimas pesquisas à temática da relação entre memória, informação e sociedade.

Desde 2004, víhamos trabalhando em uma solução para dar guarda e preservação adequada aos acervos bibliográficos de baixa circulação encontrados na biblioteca Central, entre eles as bibliotecas que haviam pertencido a Methódio Maranhão, e Joaquim Cardozo, célebres professores da UFPE. Após o falecimento desses mestres, suas bibliotecas foram doadas pelas famílias a UR. Por iniciativa de Edson Nery da Fonseca, no início da década de 1970 esses acervos foram reunidos na biblioteca que então se formava no novo campus, hoje a Biblioteca Central da UFPE.

Nos anos seguintes, em decorrência do avanço das setoriais, o Sistema de Bibliotecas retraiu-se e esses acervos passaram a ter uso limitado. Nos anos 1980, o sistema de bibliotecas foi severamente afetado pela falta de orçamento e apoio dos reitorados. Nessa década, um diretor da Biblioteca Central ordenou o recolhimento das estantes os volumes da chamada “demanda reduzida” que, em última análise, era formada por títulos históricos, inclusive obras raras, a maior parte editada no século XIX. Esses volumes foram depositados em uma dependência isolada da biblioteca aguardando avaliação e descarte.



Foto 9 e 10 – Recuperação do acervo Demanda Reduzida

A ação entrópica do tempo e a ausência de cuidado, aos poucos, foi deteriorando a coleção. Em 2004, encontramos esses livros em lastimável estado. Nesse acervo, estavam obras impressas no século XVIII e XIX de grande interesse bibliográfico, passamos

então trabalhar para recuperar seu status ativo na forma de uma coleção memorial.

No ano seguinte instalamos na BC o Laboratório de Conservação e Restauro (Lacre) que se incumbiu da higienização e tratamento. Em seguida essas coleções foram incorporadas ao projeto da unidade de memória da Biblioteca Central. Com recursos do edital multiusuário, adquirimos estantes deslizantes para abrigar parte da coleção. Nos anos seguintes, a Biblioteca Central e a Procit incluíram, no planejamento orçamentário, a aquisição de mobiliário para expandir a guarda das coleções que começavam a chegar aos borbotões.

Como resultado da gestão feita anteriormente, a Biblioteca Central da UFPE passou a abrigar, a partir do segundo semestre de 2008, um conjunto importante de acervos de interesse para memória acadêmica e para pesquisa em Pernambuco.

Em primeiro de setembro de 2012, Denis Antônio de Mendonça Bernardes foi vencido por um câncer que lhe acompanhou por anos. Fomos amigos e parceiros em diversos projetos. À época do seu falecimento eu ainda ocupava a função de Diretor de Gestão da Informação da SEGIC. Atendendo a nossa proposição, a UFPE/SEGIC/SIB, instalou formalmente, em setembro de 2012, o núcleo de memória da universidade que leva seu nome.

Em 2013, a UFPE, incorporou os projetos de preservação da memória institucional que vinham sendo executados pelo Liber e Biblioteca Central no seu Plano Estratégico. Por essa via, o SIB voltou a ser irrigado com recursos do orçamento (LOA) e foram realizados investimentos substanciais no custeio de reformas estruturais. Os

recursos da união, viabilizados pela SEGIC, ampliou em 1600% a capacidade de armazenamento físico de acervos e em 166,7 % a capacidade de armazenamento digital. Naquele ano o Diretor do sistema o Bibliotecário Elilson Gois, relatava um investimento da ordem de R\$ 9.638.731,37 aplicados naquele exercício, oriundos, principalmente de sobras do REUNI. Até 2017, estavam previstas licitações da ordem de mais R\$ 2.500.000,00 (GOIS, 2013). Bem como para aquisição de um conjunto de servidores WEB de alta performance que garantiram o acesso permanente aos acervos digitalizados pelas iniciativas multiusuárias.

Esse núcleo de memória acadêmica presta homenagem ao esforço de Denis Bernardes em defesa do patrimônio cultural, e expressa o entendimento da UFPE sobre a relevância estratégica da preservação de sua memória institucional e da utilização, em regime multiusuário, dos recursos já disponibilizados pelo projeto Facepe.

Para assentar as coleções arquivísticas e bibliográficas de interesse memorial custodiadas reservou-se um espaço no primeiro piso da Biblioteca Central onde, aos poucos, foi sendo instalada a infraestrutura necessária ao abrigo tecnicamente adequado e responsável do patrimônio. O ponto de partida deste núcleo foi a aquisição de 72 metros lineares de estantes deslizantes contempladas no projeto Multiusuário II que abriga o acervo histórico do Conselheiro João Alfredo. O Memorial foi desenhado para ser um espaço multiambiente, climatizado, equipado com dispositivos de monitoramento preventivo anti-sinistro, e controle de umidade e pragas. O ambiente foi equipado e mobiliado para atender às demandas funcionais específicas para cada coleção.

O Regulamento da Serviço Central de Bibliotecas – SCB de 1953, que coordenava as atividades técnicas desempenhadas pelas bibliotecas existentes na Universidade do Recife previa a construção de um edifício para a Biblioteca Central. No novo Regimento do Sistema de Bibliotecas da UFPE, publicado em 1991, constava que o Sistema deveria abrigar coleções especiais (Coleção da Produção Intelectual da Universidade PIU, os Arquivo do Conselheiro João Alfredo e a demanda reduzida.

A ação implantada no âmbito do Liber, deu o impulso, articulou a base econômica e lógica necessária ao ordenamento do serviço representado pelo atual Memorial professor Denis Bernardes, que guarda a função de preservar a memória acadêmica da universidade. Criado informalmente nas instalações da biblioteca, esse programa de preservação evoluiu e desatou os laços iniciais com o Liber, constituindo hoje uma unidade administrativa independente ligada ao Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE.

Aos poucos, foram incorporados ao Espaço Memória Denis Bernardes outros acervos, além dos já mencionados. Estima-se que o MDB tenha recebido, desde sua instalação no ano de 2012, cerca de 80 mil peças, grande parte delas do século XIX e começo do Século XX.⁵¹

Além das coleções pré-existentes, outras começaram a ser transferidas para a BC. O Centro de Ciências da Saúde CCS enfrentava problemas para conservar o acervo das antigas escolas de Medicina, Farmácia e Odontologia que estavam sob a guarda daquele centro. Esses acervos tinham chegado ao campus da Cidade Universitária no final dos anos 1960, quando essas faculdades foram integradas a Universidade do Recife. Por ser uma atividade fora da função básica

do Centro, o acervo acabava concorrendo com o exíguo espaço físico da antiga construção. Depois de uma breve negociação com o diretor do centro, professor José Tadeu Pinheiro, acertamos uma cooperação para guarda e curadoria da coleção, cuja custódia foi transferida para o SIB. Após a chegada desse acervo no princípio de 2012, outros importantes seguiram.

Em dezembro de 2012, recebemos, o acervo do arquivo acadêmico do Centro de Artes e Comunicação da UFPE (CAC). Este arquivo continha, além da documentação dos departamentos do centro, pastas e códices históricos da antiga faculdade de Belas Artes, que até essa data estavam sob a guarda do arquivo intermediário do CAC. Trata-se do acervo histórico de uma geração de artistas pernambucanos, histórico escolar de alunos e professores, muitos documentos sobre formativo da escola.

Em março de 2013, recebemos da Superintendência de Infraestrutura os arquivos da mapoteca da antiga Prefeitura da Cidade Universitária, contendo cartas do século XIX, desenhos do arquiteto Mario Russo que projetou o CFCH e o plano da Cidade Universitária no Engenho do Meio. Nessa coleção, estão as plantas e planos arquitetônicos dos edifícios do campus. No final de março do mesmo ano, recebemos da TV Universitária o acervo da TVU com quase três mil fitas magnéticas em U-matic e Betacam, da programação da emissora.

Por diligência da professora Silke Weber, recebemos a doação, também em 2013, da magnífica biblioteca com 25 mil volumes, que pertenceu ao falecido professor Rui Antunes, contendo itens de realia e obras raras. Além da relevância acadêmica do proprietário da biblioteca, seu acervo abrigava preciosidades

bibliográficas como a coleção completa de *O Pasquim*, inclusive com os números censurados que não chegaram a circular blico. Um exemplar do Pequeno Barleus de 1660, impresso por Tobias Silberling em língua alemã no século XVII. Encontra-se no acervo, também, muitas primeiras edições autografadas. Essa coleção é uma das preciosidades conservadas no memorial professor Denis Bernardes.

Em outubro de 2013, recebemos o acervo do professor e ex-Senador da República, Marcos de Barros Freire. Com auxílio do Instituto Clio aprovamos junto ao Ministério da Cultura o projeto preservação e acesso do acervo privado do senador Marcos Freire. O projeto apresentado propunha uma ação de inventário, preservação do acervo e o provimento do acesso à coleção. Junto com esse acervo veio mobiliário e peças pertencentes ao professor Luiz de Barros Freire, avô de Marcos Freire, engenheiro, e ex-professor da Escola Politécnica de Pernambuco e da UFPE e personagem de destaque na ciência brasileira no século XX.

Em 2017, recebemos a biblioteca privada do ex-professor do Departamento de Biblioteconomia João Alexandre Costa Barbosa, célebre ensaísta e crítico literário recifense falecido em São Paulo no ano de 2006. Essa coleção se encontrava depositada provisoriamente no Instituto Moreira Salles em São Paulo. Depois de uma breve negociação com a professora Ana Mae Barbosa, viúva de João Alexandre, e com o filho Frederico Barbosa, acertamos a doação da “talvez” mais importante biblioteca de crítica de arte e literatura brasileira. Composta por mais de 8000 volumes, a biblioteca João Alexandre Barbosa ocupa lugar de destaque no memorial professor Denis Bernardes.

No ano de 2018, o Memorial Professor Denis Bernardes BC/UFPE, recebeu um especial conjunto de documentos relativos à fundação da UFPE que haviam pertencido ao deputado Luís de Magalhães Melo, nascido em uma família de professores de tradição política, foi personagem protagonista nos bastidores da criação da Universidade do Recife em 1946, e da construção do novo campus da Cidade Universitária.

A sistemática organizacional aplicada aos documentos reunidos pelo parlamentar, nos anos 1960, indica que eles foram utilizados para fundamentar o processo administrativo que levou a decisão dos espaços para assentamento do novo Campus. Esses documentos haviam sido preservados pela professora da UFPE, Lucila Nogueira, falecida em 25 de dezembro de 2016. Foram deixados sob a guarda do professor Aldo Rodrigues do departamento de Letras da UFPE, e em novembro de 2018, foram legados ao patrimônio do Memorial Denis Bernardes, da UFPE.

Esse acervo contém exaustivo registro dos periódicos de época, fotografias, documentos oficiais, carta de Luiz da Câmara Cascudo, o relatório: estudo para localização da cidade universitária, estudo comparativo entre dois terrenos que acompanhava o parecer final da comissão incumbida da escolha do local para a cidade universitária da Universidade do Recife pela portaria 120 de 21 de março de 1947, desenho do projeto arquitetônico do campus do arquiteto veneziano Mário Russo, pareceres diversos, entre outros.

Além do dossiê Luiz Magalhães, o MDB recebeu nesse ano a documentação privada que pertenceu ao professor Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas (1879 - 1959). O acervo é formado por objetos

pessoais, documentos originais e diplomas, entre outros, e foi doada por seus descendentes para o acervo do memorial Denis Bernardes.

Joaquim Amazonas liderou no final do Estado Novo um grupo de letRADos interessados em formar uma universidade federada no Recife, a partir da reunião de um grupo de faculdades, que desde o final do século XIX, se organizavam em torno da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Joaquim Amazonas construiu uma carreira invejável. Foi representante da Faculdade de Direito do Recife no Conselho Nacional de Educação por oito anos, Deputado e Senador Estadual, e integrante do Conselho Nacional de Educação até 1935. Mais que ninguém, Amazonas conhecia os meandros do sistema de ensino superior no país. Ostentava robusto currículum político, e despontava como o quadro qualificado que melhor reunia, entre seus pares, as condições para liderar o projeto que resultou na criação da Universidade do Recife em, 1946.

O projeto de orientação desenvolvimentista defendido pelo grupo de Joaquim Amazonas apostava numa academia fundada em uma pedagogia moderna e sólida produção científica. Foi esse grupo de intelectuais e representantes de instituições de ensino superior que articularam o consórcio que criou em 20 de junho de 1946, a Universidade do Recife - UR. (GALINDO, 2020) por força do Decreto-Lei de nº 9388 através da reunião das Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina, Filosofia e a Escola de Belas Artes. Em 1º de agosto desse ano, Joaquim Amazonas foi empossado como primeiro reitor da UR, cargo que exerceu por 12 anos, até falecer, em 1959.

No dia 11 de agosto de 1946, a UFPE foi solenemente instalada, em cerimônia realizada no Teatro Santa Isabel, na presença de autoridades civis e militares, professores e alunos. Para o campus

universitário, escolheu-se, em 1948, o espaço do Engenho do Meio, onde atualmente funciona a sede da UFPE. O acervo de Luiz de Magalhães recupera parte dessa memória. É uma coleção de inestimável valor para história da Universidade Federal de Pernambuco. Reúne fontes preciosas para reconstrução da memória administrativa institucional, mas reflete também os ânimos da classe letrada em torno do projeto que suscitou amplo debate popular, registrado na mídia local.

Uma reflexão sobre a gestão universitária

Em 2007, fui eleito para chefiar o Departamento de Ciência da Informação, sem que houvesse, para esse fim, preparo, aviso prévio, campanha ou articulação anterior de qualquer natureza. Novo na lida da administração pública, como os demais gestores do meu círculo, cheguei sem que me valesse nenhuma experiência de gestão precedente. Dos colegas que me antecederam colhi muito pouco, pois não havia então, no magistério superior, uma sistemática que nos preparasse para essa atividade.

Procurei me informar como uma instituição, que arregimentava diretamente quase 25 mil pessoas, se organizava. Minha primeira providência, na condição de aspirante a gestor, foi desencalacrar as gavetas, cascavilhar, no arquivo do departamento, o passivo da organização, na esperança de que a memória institucional tivesse o que me dizer. Apesar de a universidade se mover através de memorandos e resoluções, muito pouco transpirava dos velhos documentos empoeirados, encontrei abundante registro do trâmite burocrático ascendente, pouquíssimo do descendente. Demandava-se muito para os níveis centrais da gestão, mas pouco retornava. O

fato é que, tampouco pude me valer do registro da administração para entender como ela funcionava.

Os estatutos da universidade e o regimento do Departamento ainda eram os mesmos da época da sua fundação. Me vali, muito, do conhecimento tácito de funcionários como Suzana Mesquita Wanderley e José Luiz Miranda Vieira, para entender o alcance da tarefa que eu me incumbira. Assustava-me verificar que uma instituição, do tamanho da UFPE, confiava seus processos administrativos, quase exclusivamente à memória viva das pessoas.

Carregado de muitas perguntas, e insatisfeito com a inconsistência das respostas, certo dia, me dirigi à reitoria em busca de esclarecimento. Reticente, cruzei o átrio do gabinete, caminhei até a secretaria do reitor e a interpelei:

— Boa tarde! Gostaria de saber qual o dia que o reitor se reúne com os chefes de departamentos.

Fiquei admirado com a surpresa da secretária que não conseguia abstrair a pergunta direta que lhe fazia.

— Repeti!

— Qual era o evento em que nós, gestores da ponta, nos encontraríamos com o administrador geral?

Imaginava que em uma estrutura que comportava então, quase cem cursos superiores, distribuídos em mais de sessenta departamentos, em algum momento, a gestão central se reuniria com a periferia da universidade.

Em sutil movimento, percebi no olhar da servidora um desconforto. Incapaz de me responder educadamente, a funcionária

me pediu licença, deixou a bancada e foi se socorrer com o assessor da reitoria, em um escritório contíguo a sala de espera do gabinete do Reitor.

De visada do corredor, observava a feição do assessor que também parecia não entender minha questão. Do meu posto, observava ele insistente abanar a cabeça em negativa. Em dado momento, sua vista me alcançou, aproximou-se e perguntou com a testa franzida. Professor, o que é mesmo o que o senhor deseja?

Refiz a pergunta mais duas vezes, e, no silêncio daquele breve momento, recebi uma das mais valiosas lições que um gestor podia oferecer naquela universidade: estávamos sós! Éramos um enorme arquipélago, povoado por complexas culturas administrativas, cujo espírito e estrutura não haviam sido ainda compreendidos!

Na esperança de explicar, para mim mesmo, o funcionamento e os meandros daquela grande máquina, servi-me da metodologia sistêmica para modelar uma representação teórica que me fizesse sentido, baseado em observações empíricas e na visão complexa, compostas pelo somatório das experiências vividas no percurso de minha jornada acadêmica. Não tenho pretensão de oferecer soluções mágicas, apenas de apresentar os resultados de uma análise conjuntural, a partir da qual levantei elementos que julgava estratégicos para a reflexão da gestão universitária. Apresento minha visão, na esperança de que ela ajude a entender nosso comportamento de manada e o corpo de realidades divergentes, que dá forma ao significado do ser universidade. Criticar, discutir, corroborar ou refutar visões, em suma, entender através de uma alegoria complexa que nos auxilia a reformar nossos compromissos sociais.

A política de educação de governos conservadores, como o atual, é uma forma deliberada de desgoverno. Esse espírito de deszelo e de incúria foi denunciado, em 1977, por Darcy Ribeiro, como um tipo de vaticínio. Para ele não havia uma crise na educação no Brasil, era: “um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (RIBEIRO, 1979, p. 23).⁵² As universidades que emergiram do governo militar, em 1965, foram federadas em organizações autárquicas caracterizadas pela coexistência de um poder central autônomo (reitoria) e diversos entes acadêmicos (departamentos), unidos em torno de uma regra regimental conjunta (estatuto). A nova feição universitária era parte de um projeto autoritário encetado com o propósito de qualificar o ensino superior e controlar a ação de grupos intelectuais resistentes ao projeto da ditadura.⁵³

Em agosto de 1946, a Universidade do Recife tornou-se o primeiro centro universitário do Norte e Nordeste do Brasil, formado a partir da reunião de um conjunto heterogêneo de faculdades. Articular um conjunto dessa complexidade não foi tarefa fácil. Cada escola trazia para a nova federação universitária sua própria cultura organizacional, usos e costumes, de longe sedimentados. O desenho hierarquizado da estrutura de gestão, imposto pelo governo, era semelhante ao de qualquer repartição do serviço público federal. A gestão distribuía os segmentos da administração em diversos níveis, partindo do Reitor, depois as pró-reitorias e diretorias que se transbordavam o fluxo da gestão em cascata.

Havia, contudo, um paradoxo que residia nessa realidade como diria Edson Nery. Era patente a contradição entre os modos de gestão e as formas nativas de organização interna das faculdades federadas. Por força da reforma universitária, produzida, em grande

medida pela inspiração humanista do professor da Universidade do Recife, Newton Sucupira,⁵⁴ as universidades passaram se ordenar em departamentos que, grosso modo, abrigavam ou reproduziam as formas colegiadas de gestão de suas unidades acadêmicas originárias. Nessa ambiência, com o passar dos anos, foi sendo plasmada em uma cultura congregacional. Curiosamente o modelo colegiado respeitava mais a diversidade da comunidade que os esquemas da administração hierárquica. Não obstante gerar um maior grau de dissenso, os colégios tendiam a produzir processos mais sustentáveis, baseados no debate de ideias. As deliberações de colegiados são mais lentas, geram mais atrito, mas são também, mais democráticas.

De certo modo, o modelo arbitrado pelos governos militares, parecia, involuntariamente, ter reproduzido, na base, um tipo de estrutura que Roberto Boyle havia definido, no século XVII, como colégios invisíveis, separados em diferentes tribos acadêmicas, mas unidos pelo objetivo comum da universidade pública. Desde que as universidades foram confinadas em departamentos universitários, os sistemas de decisão descentralizada ganharam espaço sobre o território dominado pelos sistemas de base oligárquica que dominava o cenário da educação superior no Brasil. É um milagre socialista que essa experiência de trabalho cooperado tenha vingado em comunidades acadêmicas, sob o olhar censor do regime militar.

Enquanto houver centralidades, existirão periferias e suas consequências. Nas autarquias monocráticas, a administração é domínio do Estado e se organiza em sistemas autocráticos, hierarquizados que controlam o fluxo dos limitados recursos do orçamento, através de decisões tomadas a petit comité. Esse formato

se acomodou e funciona pela imposição do controle dos instrumentos de decisão.

Nas estruturas colegiadas, a seu turno, desenvolveu-se uma cultura na qual a discussão e o debate dos temas internos passam pela prova das diferenças e a eleição das decisões é sempre resultante das disputas internas nas unidades acadêmicas. Nos centros, cada departamento é uma praça e guerra. Como resultado dessas tensões, historicamente foi se sedimentando uma relação de comportamento simbiótico engendrada pelas congregações colegiadas que atuam no nível dos cursos e dos departamentos.

Sem estardalhaços, sem que fosse formalmente declarado, um novo sistema havia se consolidado nas universidades federais, na forma de um organismo marcado pela polarização do seu corpo ilustrado. Nesse fenômeno social, a constrição de células comunitárias divide seus espaços através de diferenças, formando novas comunas que, a seu turno, se agregam por semelhanças, interesses, culturas e práticas comuns. Esse processo atritivo eleva a temperatura dos ambientes de trocas culturais, pela ação da abrasão dos dissídios e polêmicas. O comportamento era melhor observável, nos momentos em que dispositivos de inovação emergente perturbavam o ambiente dos departamentos, percorrendo campos culturais estabelecidos, provocando movimentos conservadores e resistivos. É a relação entre inovação e resistência que transforma a energia de mudança em calor e cisma das comunidades.

O fenômeno tinha menos de conflagração belicosa, mais de uma maturação evolutiva, dinâmica que segregava e cindia facções militantes em blocos de tendência ideológica definida. A margem do que possa parecer, antes de configurar uma tragédia desagregadora,

na UFPE, as diferenças foram oportunidades criadoras. De forma que, quando o Estado brasileiro chamou para si a função de mantenedor da ciência, a raia das disputas havia mudado seu comportamento e já havia uma valiosa diversidade instalada, apta para a construção social.

Com o passar dos anos, o sistema de contradições entre as hierarquias e os colegiados ergueu uma faixa de silêncio separando as duas dimensões da gestão acadêmica – Reitoria e departamentos. É fato que não há uma comunicação eficiente entre os diversos níveis da administração. A gestão central não consegue conversar diretamente com as congregações. Percebi isso no diálogo do gabinete.

A comunicação do centro com a periferia é mediada, quando muito, no nível das pró-reitorias e conselhos universitários. Como efeito desse comício de surdos é que cada congregação se torna uma aldeia de cultura endêmica. Em outras palavras, os efeitos dessa cultura endógena produzidos pela administração autoritária, criaram o que se convencionou chamar de “Efeito Madagascar” no qual os habitantes sitiados em uma determinada ilha, separada do seu continente, tornam-se bichinhos formidáveis, mas que só reconhecem sua própria linguagem, enquanto se adaptam sob o efeito de uma diversidade escassa. A baixa eficiência é a paga do Efeito Madagascar em que, sob seu efeito, nos tornamos arquipélagos, abandonamos a cultura de continente, desperdiçando os arranjos autônomos dos colegiados onde reside nossa força. Como diz o poeta GB, em Mar de todas as águas, “Como entender a individual complexidade, quando o rio de suas águas, em outras muitas está diluída?” (GB, 2021).

Nos departamentos, nós nos distraímos e nos dividimos em disputas internas, sob o efeito que esse regime insano nos impõe, provocando dissensões, nos obrigando a competir internamente, quando devíamos agregar esforços em projetos de interesse da comunidade. Isso explica, em parte, por que não participamos do desenvolvimento local e por que alguns colegas, que recebem salário especial por dedicação exclusiva, têm a universidade como atividade secundária, apenas para manter o status que a condição acadêmica lhes oferece.

A assimetria nos descreve com fidelidade. A gestão central hiper-hierarquizada governa através do controle da parte mais densa dos recursos de custeio da universidade, enquanto os departamentos recebem apenas o mínimo para manter despesas imediatas. O controle mantém as unidades colegiadas silenciadas pelo regime de escassez. Os cursos e departamentos, que alimentam a universidade com nossa força de trabalho, vivem de recursos racionados, repetindo a fórmula medievalesca instituída no tempo dos militares.

As verbas de custeio chegam aos departamentos – unidades administrativas da ponta – esmigalhadas, maniatadas, em uma ração inane e injustificável. O sistema de recompensas universitário é assimétrico, flagrantemente desigual, considerando as atividades e o esforço acadêmico realizado nas extremidades do rizoma. Sem verba, as congregações não são convidadas a planejar e inibem a própria iniciativa. Isso é um grave erro estratégico! As redes locais são o micélio onde corre a seiva das universidades. Através de suas congregações colegiadas, os departamentos detêm o poder local, controlam a força de trabalho, o serviço acadêmico e a decisão final

da vida da comunidade, mas se vergam em face das regras do estatuto central.

Como resultado, a reitoria torna-se uma forma moderna de monarquia na qual o gestor reina através do controle econômico como um major domuns⁵⁵, mas não é capaz de ativar as redes locais dos departamentos na forma de governo representativo. Drena-se eficiência e produtividade enquanto se desgasta nossa função social. As palavras de Josué de Castro sobre a nobre função universitária se esvaem na cultura endêmica, resquício da lógica autoritária, conduz ao isolamento e a zonas de conforto, ditada pelas diversas culturas locais.

Em discurso pronunciado por ocasião da cerimônia do Prêmio Internacional da Paz, outorgado pela Unesco a Josué de Castro em 1954, o notório pensador exortava aos acadêmicos: “os homens de ciência, intelectuais e pensadores devem tomar a iniciativa de pôr a cultura, a ciência e a técnica a serviço da libertação da escravidão humana”. Concluía explicando que era dever do intelectual procurar superar a enorme distância que separa os progressos materiais da ciência do progresso moral da humanidade. “É preciso que nos esforcemos pra pôr a ciência a serviço do homem, a serviço do bem-estar social das grandes massas humanas”. Sobre o papel da universidade, registrou veemente: “mais do que uma oficina de sábios, o que a universidade dever ser é uma fábrica de homens capacitados a promover a fusão dos seus valores individuais mais significativos, com as aspirações mais profundas da sociedade de que participam. De homens aptos a resolver a crítica circunstância da convivência do homem com o próprio homem” (CASTRO, 1948, p. 11).⁵⁶

Por ocasião da posse na Cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1935, Josué de Castro proferiu outro célebre discurso, “A Função Social das Universidades”⁵⁷ no qual dissertava sobre o espírito que deveria guiar uma universidade moderna. Analisando a universidade do nosso tempo, abaixo dos princípios universalistas defendidos por Josué de Castro, emerge a evidência de que nos separamos por diferenças quando devíamos nos unir pelo repertório das possibilidades e semelhanças. Produzimos uma educação razoável e uma ciência de alto nível, mas não conseguimos nos mobilizar para transferir, de modo competente, os benefícios dessa ciência para as nossas comunidades. O mais paradoxal é que vivemos inundados por uma sociedade de cultura tecnológica conectada por avançados recursos de rede.

O grande poder de nossa geração está no sistema distribuído colegiado. É nossa obrigação histórica encontrar meios de ativar as redes locais, integrar o esforço produtivo da academia às demandas de desenvolvimento da sociedade que nos mantém. Formamos um exército de investigadores, treinados para olhar o mundo com a visão científica. Cada professor, técnico, estudante está preparado para pensar e autorizado pela autonomia que nos foi concedida, para atuar em seu entorno como célula tronco.

No íntimo dos departamentos, nós nos distraímos sistematicamente com a função bombeiro, refiro-me àquele conjunto de atividades periféricas e não-essenciais que tomam o tempo e o espaço do administrador. Essa distração cria uma barreira que não deixa o gestor se aproximar dos problemas produtivos. Isso é uma diversão a seriedade dos problemas críticos afetos à comunidade

acadêmica. Assim dissipamos, muitas vezes, a energia em finalidades periféricas que não nos deixam enxergar as demandas sociais essenciais que nos cercam. Parodiando Ortega y Gasset, acredito que a sociedade é montada sobre o homem e sua circunstância, e se não compreendemos as nossas circunstâncias, não salvamos a sociedade.

É necessária uma ação de planejamento com visão firmada no desenvolvimento regional. Esta é nossa missão: produzir inteligência, incremento econômico e bem-estar social para nosso entorno. Isso é missão do sistema. A Extensão tem de articular em alto nível a expansão dos serviços da universidade para seu entorno, acompanhar, monitorar, e dar visibilidade ao processo de desencalhe do conhecimento represado na universidade. A Pró-reitoria de planejamento é mais que o caixa-pagador da universidade. Não é controladaria, é unidade de futuro, e futuro não trata de previsionar o porvir, mas de compreender as implicações futuras de nossas ações presentes. Entra gestão, sai gestão e os problemas permanecem. É insano repetir as mesmas práticas e, ao final dos dias esperar um resultado diferente. Urge que se desmantele o ciclo das soluções estéreis recorrentes para problemas históricos persistentes.

A universidade não é igual à soma de seus departamentos, uma universidade é a soma de suas redes internas colegiadas, a essência de suas propriedades difusas e emergentes. A partilha do logradouro não nos transformou numa universidade no passado, nem fará isso por nós agora. Como nos ensinou Thomás de Aquino “Concordia não é uniformidade de opiniões, mas o encontro das vontades”, somente a ação colaborativa tem o condão de ativar redes ao modo de organismo complexo.

Somente quando os colegiados se sentirem tocados, poderão atuar como uma orquestra e se comportar como um sistema. Até lá, seremos um amontoado grande de muitas escolas. Algumas delas muito boas, mas nada a mais que isso. Somos tão promissores quanto uma colônia de bactérias em uma placa de vidro, mas certamente não sobreviveríamos fora do ambiente contraditório do serviço público.

Todo Reitor, Diretor de Centro, até mesmo Chefe de departamento se comporta como um autor que busca assinar sua própria obra. É natural que seja assim. Mas isso é outro erro de compreensão ontológica sobre o ser universidade. Não somos autores de uma criação. Fomos instados pela natureza humana para uma tarefa de agente, refiro-me aqui ao sentido epistemológico cada criação rizomática proposta por Deleuze e Guatary, e H. Barthes. A universidade moderna tem que se abolir do espectro do autor! Aceitar que ele morreu nessa obra. Acadêmicos são agentes, como tal, partícipes de uma obra coletiva que se escreve a si própria, um pouco por dia. A complexidade que se nos impõe a tarefa, é ler, interpretar-nos e reger ao mesmo tempo. Quando o produto de nossa regência for — a despeito das diferenças dos diversos instrumentos — convergente no sentido do equilíbrio, estaremos nos aproximando do desenho do rizoma.

Como alcançar essa complexidade sem conhecê-la? Não sabemos! Não foi feito ainda! Este é o desafio da ciência: encontrar soluções novas para novos problemas. Creio que devíamos iniciar pela metáfora do colegiado.

Voltando, mais uma vez, à cena do gabinete, ainda penso que deveria haver um dia da assembleia dos representantes dos colegiados. Não como uma matinee de audiências, mas como um

espaço para se debater os grandes problemas da universidade como um conselho. Quando meu tempo útil na universidade parece se esgotar, mas ainda nutro a esperança de ver um dia, a gestão central entender que nossa força como instituto social deriva dos colegiados. Trago a esperança de ver um dia uma universidade sinodal, livre da servidão as hierarquias. Refiro-me ao entendimento que emerge da junção de dois termos gregos, *synodos* (reunião ou conselho) e *hodós* (caminho). Sinodalidade, portanto, vista uma maneira de acreditar que o caminho depende do entendimento conjunto. Que as melhores decisões não podem ser impostas por uma autoridade, mas precisam brotar das bases.

O sínodo deve se impor como modus de organizar as decisões, apoiado na razão de que, antes de cada grande decisão, antes de dar novos rumos, a comunidade deve ser consultada. É imperativo, nas sociedades democráticas, que os gestores adotem esse comportamento, e que os administradores dos departamentos partam do princípio de que o normal é ouvir as pessoas. Que prevaleça a voz do colegiado.

Uma assembleia de inteligências nunca será o lugar de consensos, como diria Nelson Rodrigues, “Toda a unanimidade é burra. Quem pensa com a unanimidade não precisa pensar”. Um sistema colegiado sempre será um espaço de aferição de tendências e do embate de forças, de reconhecimento de sentimentos, de representação do pensamento da comunidade. É uma ideia de difícil execução. Pessoas tem medo de rizomas, por isso se refugiam em hierarquias. Organizações rizomáticas são autônomas e inteligentes. Isso é assustador. As hierarquias, a seu turno não falam pelos organismos, não há diálogo possível nesse esquema, só monólogos

que percorrem uma única direção. Como diria Ariano Suassuna, “ao redor do buraco, tudo é beira”, e as coisas só correm de cima para baixo. Esses sistemas funcionam muito mal, gastam muita energia e se movem com pouca eficiência e baixa produtividade. Por serem tão difundidos, nos convencem que são a única forma de governo possível para estruturas policísticas como a nossa. Dão a impressão de governo, quando, a bem da verdade, são arautos do desgoverno. Estruturas policísticas são também amorfas. Crescem de modo neoplásico. Por isso que os olhos míopes da sociedade não reconhecem a universidade como parte do seu próprio organismo. Somos ainda, a coisa amistosa e curiosa que cresce (ou acontece) na cidade universitária.

Como provar que não existimos ainda como um grande sistema colegiado? Atividades transversais que demandam deliberação em modo de rede tendem a não acontecer sem a indução hierárquica autoritária. Veja o caso dos debates esvaziados do estatuto da UFPE (2013-2018). Aconteceu por ação de representantes, mas sem participação da comunidade. Esse é um fenômeno a ser compreendido. Depois dessa digressão retomo à calha de nossa narrativa, na esperança de que essa reflexão nos ajude a entender um pouco dos problemas que enfrentei como administrador no serviço público.

Gestão acadêmica

Fui Chefe de Departamento no DCI por dois mandatos, o primeiro período entre agosto de 2007 e agosto de 2009, reconduzido para um segundo biênio de agosto de 2009 a agosto de 2011. Em

2007, depois de uma década de recessão crônica, que impedia o serviço público de se renovar, o corpo docente estava envelhecendo. Nesse ano, seis, dos onze professores do DCI, haviam solicitado contagem do tempo de serviço no Departamento de Pessoal da universidade, e já possuíam créditos suficientes para requerer aposentadoria. A situação era extrema e crítica, mas ainda restava uma luz no fim do túnel. Naquele ano, o governo federal havia lançado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que ficou conhecido como (Reuni). Esse programa buscava ampliar o acesso à educação superior para as camadas sociais menos favorecidas e estender a permanência desses alunos nas universidades. O Reuni tinha como meta principal dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos e permitir o ingresso de pelo menos 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação.

O governo de então, liderado pelo primeiro brasileiro sem estudo superior a chegar à Presidência, promoveu uma revolução no ensino universitário. Construiu 14 novas universidades federais. Implantou o Reuni, ampliando a oferta de cursos e vagas nas universidades federais que já existiam. Criou o ProUni, que garantiu o acesso de estudantes carentes às faculdades privadas. O governo de Dilma Rousseff deu segmento a essa política, e, em dez anos, dobrou o número de matrículas em instituições de educação superior: de 3,5 milhões em 2002 para mais de 7,1 milhões em 2014. Esse avanço provocou uma perturbação política desconcertante na normalidade das elites.

O Reuni era uma ação afirmativa que previa, além do aumento de vagas, estratégias (ampliação ou abertura de cursos

noturnos), o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão. Para alcançar o objetivo, as universidades federais deveriam aderir ao programa e apresentar ao MEC planos de reestruturação.

Quando fui eleito o departamento, o pleno já tinha decidido que não apresentaria proposta para o Reuni. Era uma situação difícil. Se não aproveitássemos a janela de oportunidade que se apresentava no programa, e se os professores que tinham tempo para se aposentar reivindicassem o benefício, não teríamos pessoal suficiente para tocar o departamento. Assumi a chefia na condição de que a decisão a respeito do Reuni fosse revista, me comprometendo a desenvolver um projeto de criação de um curso novo no curtíssimo espaço de tempo de duas semanas, quando se esgotava o prazo para entrega das propostas.

O Reuni, instituído pelo Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007, foi ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social do país. O Reuni era a dinâmica externa que o DCI precisava para concretizar seus projetos. A criação do novo curso de Bacharelado em Gestão da Informação no Departamento de Ciência da Informação (DCI) permitiu a renovação do quadro funcional, a continuidade do Departamento de Ciência da Informação e a criação do Programa de Pós-Graduação na UFPE.

O REUNI

Convencidos da necessidade, mas reticentes quanto à factibilidade da proposta, os colegas do DCI reformaram a decisão

anterior e permitiram o envio de uma proposta ao Reuni. Nossas chances no Reuni seriam melhores se investíssemos um curso novo. Aventamos inicialmente propor um curso de arquivo, mas a falta de profissionais arquivistas qualificados no DCI seria um elemento complicador, nesse cronograma premido pelo curto dead line. Finalmente concordamos em propor um curso de Gestão da Informação, a exemplo do congênero que funcionava da Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 1999. Na ausência de um estudo de viabilidade, essa especialidade nos pareceu a mais apropriada aos interesses do departamento, e a mais alinhada às mudanças que vinham sendo promovidas pelo avanço da tecnologia no ambiente do conhecimento.

Foi uma tarefa árdua. Com ajuda do colega Fabio Mascarenhas, elaboramos um documento básico na forma de um Projeto Político Pedagógico (PPP). Ao final de 15 dias, tínhamos erguido uma proposta viável para o novo curso de Gestão da Informação. O tempo era curto, e alguns detalhes foram deliberadamente negligenciados, mas ao final tinha-se o suficiente para atender às demandas da burocracia. Negociamos, então, com a Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos Proacad, a entrega de uma versão provisória. Essa estratégia nos deu o tempo necessário para retomar o projeto e o fôlego para fechar a forma final do PPP. Não obstante a exiguidade dos prazos, a pró-reitora, professora Ana Cabral, aceitou receber o projeto inconcluso, até que pudéssemos cumprir as exigências formais. No final, ganhamos o tempo necessário e logramos, com sucesso, protocolar o documento, no do último segundo do último momento.

Com o projeto aprovado, o DCI conseguiu acessar os recursos do Reuni e renovar seu corpo docente. Essa condição garantiu não apenas o funcionamento dos cursos da graduação, mas transformou a mentalidade predominante, irrigando o departamento com sangue novo. Os docentes contratados chegavam com vontade de trabalho e um espírito de mudança, fundamentais para a nova dinâmica que se estabeleceu.

Firmamos, no projeto Reuni, o compromisso de dotar o curso de novo direcionamento, implantar política de pessoal na linha de capacitação e recomposição de quadro. Para esse fim, solicitamos inicialmente recursos da ordem de 350 mil reais, a serem assim utilizados:

RECURSOS FINANCEIROS: investimento estimado em 2007

Professores	Ampliação do quadro docente 10 vagas	R\$
Técnicos Administrativos	6 servidores Técnicos Administrativos de nível superior.	
Infraestrutura física	Dotação de 250 m ² de área nova a fim abrigar as expansões	250.000,00
Equipamentos	Aquisição de equipamentos para adaptação e/ou criação de laboratórios	70.000,00
Acervo bibliográfico	Aquisição de Livros e revistas científicas	20.000,00
Adaptação de espaços	Mudanças de uso e/ou localização	30.000,00
	Total	350.000,00

Ampliação do espaço físico do departamento

Paralelamente a chamada do Reuni, corria no Centro de Artes e Comunicação (CAC) um esforço capitaneado pela então diretora do CAC, a professora Vilma Vilarouco, que procurava promover a desfragmentação espacial do espaço físico do centro. Como resultado do crescimento desordenado, o CAC havia se expandido sem planejamento. A cada expansão de espaço, nova área era loteada sem arranjo inteligente. A chegada dos departamentos de Biblioteconomia, Música e Comunicação, nos anos 1970, deixou o edifício com múltiplos pontos de descontinuidade espacial, fator que prejudicava o funcionamento dos cursos e a administração dos departamentos.

Refletindo sobre os dois processos em curso, o Conselho Departamental chegou ao consenso de que, como forma de estimular a desfragmentação do centro, os departamentos participantes do Reuni foram estimulados a promover acordos entre si, com vistas à trocar verbas destinadas a reformas de seus espaços físicos por área construída existente, já ocupada por unidades como Expressão Gráfica e Ciência da Informação. Esse rearranjo permitiria que esses departamentos concentrassem as verbas das reformas em benefício de um projeto estruturante de ampliação ordenada do espaço comunitário do CAC. Essa proposição foi aprovada pelo Conselho Departamental do Centro em 01 de abril de 2008, e viabilizou a construção do novo bloco anexo ao CAC. O cômputo da expansão foi baseado nas áreas que estavam ocupadas pelo DCI em 2007, a saber: 250 metros quadrados de área construída no CAC e o espaço de 238,73m² ocupado pelo Laboratório Liber na Biblioteca Central, em

um total de 488,73m². Para atender as demandas no Reuni, solicitamos 250m² adicionais, somando 738,73m².

Em 2009, o arquiteto Dinauro Esteves foi contratado para adaptar as demandas e projetar a planta do novo edifício. Depois de aprovado no pleno dos departamentos de Expressão Gráfica (EG) e Ciência da Informação, a planta foi referendada pelo Conselho Departamental do CAC que a enviou à Prefeitura da Cidade Universitária para o detalhamento arquitetônico do projeto, aprovação formal da construção e licitação da obra.

Depois da troca de verba por área negociada com outros departamentos no processo de desfragmentação do CAC, conseguimos licitar a construção em um valor abaixo do estimado. Na prática esta circunstância reverteu-se em uma vantagem e, quando o prédio foi finalmente entregue, tínhamos obtido para o DCI uma área total de 824m², ou seja, 111,5% maior que o inicialmente planejado. Se comparada à área original (antiga sede do DCI que era de apenas 253m²), o prédio novo representou um acréscimo de 325,7% do espaço físico destinado ao departamento. Apesar de ter sido finalizado em setembro de 2010, o prédio só foi efetivamente entregue para o uso depois de resolvidas pendências judicializadas pela construtora, em setembro de 2014.

O Reuni não foi o resultado de uma política pública como era de se esperar, foi um sopro, uma estratégia, uma política afirmativa, uma inspiração movida por decisão política de um governo. Uma política pública, strictu sensu, exigiria exaustivo processo de discussão em conferências estaduais e municipais, conduzidas por delegados e observadores que deliberariam sobre as propostas encaminhadas a uma conferência nacional. Se o Reuni tivesse percorrido os caminhos

ortodoxos de um projeto legislativo, certamente não teria vingado. Se as elites liberais tivessem se apercebido, a tempo, do alcance social, da profundidade e dos propósitos estruturantes do programa, dificilmente teriam permitido o desenvolvimento do Reuni.

O Reuni não foi uma iniciativa de qualificação das universidades. Foi uma estratégia astuta baseada em ideologia inclusiva e estruturante que buscava expandir a malha do ensino superior no país para atender aquelas camadas, para quem os avanços sociais, foram memorialmente conquistas tardias. O Reuni gerou uma mobilização que acabou ativando redes acadêmicas, oferecendo ampliação da inclusão social e incrementando a equanimidade em um sistema historicamente marcado por assimetrias e desigualdades.

Esta circunstância permitiu expandir a infraestrutura, criou novos cursos e irrigou os quadros das universidades com pessoal qualificado. A instalação do Reuni coincidiu com uma exuberante safra de recursos humanos egressos do Sistema Nacional de Pós-graduação que, aquela época, produzia seus melhores resultados. O programa habilitou, também, escolas de nível técnico para formar profissionais (de perfil profissionalizante) em nível superior. Essa meta estratégica deu capilaridade e interiorização ao programa ao tempo que cooptava o apoio das bases municipalistas de cidades beneficiadas pela expansão das escolas técnicas e centros universitários. Essa estratégia tornou o Reuni um patrimônio inalienável.

O Reuni ampliou os quadros discentes e docentes, e a infraestrutura, mas inovou muito pouco. Nesse aspecto, pode ser considerado um movimento conservador. Para nosso departamento

— que até ali exercia vocação, quase que exclusivamente magisterial, dedicada a formação técnica de bibliotecários — a inovação dependia da mudança no perfil do docente para um perfil pesquisador e indutor de desenvolvimento.

Inundado com novas inteligências, rapidamente essa vocação ancestral foi mudando e se aparelhando para absorver a atividade sistemática de pesquisa e, consequentemente, dilatando a demanda por extensão. No ano seguinte à indução do Reuni, a iniciação científica havia mais que triplicado com relação ao ano base de 2007. Havia, finalmente, se estabelecido um ambiente de desafios inovadores.

Estímulo à Pesquisa

Nos sessenta primeiros anos, a pesquisa no departamento foi uma atividade secundária, durante esse período, o então Departamento de Biblioteconomia, direcionava seu esforço acadêmico, prioritariamente para as atividades de ensino e extensão. Atendendo a necessidade de adequar-se as novas demandas surgidas com a instalação da pós-graduação, o Pleno do DCI (160ª Reunião ordinária) realizado em 18 de maio de 2009, deliberou estimular a base da futura clientela da pós-graduação. Primeiro, criando a Coordenação de Pesquisa (Cope), que se juntou às coordenações já existentes de ensino e extensão com a missão de oferecer apoio aos docentes, discentes e pesquisadores no desenvolvimento e ampliação da produção acadêmica e científica.

Conforme projetado, a Cope seria incumbida da tarefa de: estimular, assessorar, gerenciar, orientar, e supervisionar o Programa

de Iniciação Científica (PIC); organizar seminários, simpósios sobre a difusão do conhecimento científico; promover os instrumentos de orientação metodológica da produção científica, servindo de apoio técnico para projetos de pesquisa.

A segunda medida foi a institucionalização de um Programa Geral para Encadeamento de Conteúdos, entendido como uma orientação para reformulação do Plano Político Pedagógico do Bacharelado em Biblioteconomia. Esse programa deveria experimentar uma estratégia de encadeamento de conteúdos e estratégias pedagógicas articuladas válidas para o grupo de cadeiras que tratavam da pesquisa e da formação teórico-metodológica científica no âmbito do curso de Biblioteconomia. Esse programa trazia como objetivos: fomentar o espírito investigativo no âmbito do DCI; apresentar aos alunos do DCI os instrumentos lógicos e técnicos da ação científica; preparar o graduando do DCI para a iniciação científica e para a pesquisa básica e avançada, com vistas à formação de clientela qualificada para a pós-graduação e, estimular o engajamento dos alunos do DCI nos projetos de pesquisa realizados no âmbito do DCI.

A expectativa era que essa unidade conseguisse organizar o espaço de pesquisa e fomentar, no âmbito do departamento, a ampliação da iniciação científica, organizar o quadro de disciplinas de modo que se pudesse alcançar o desejado afunilamento do esforço produzido em diversas disciplinas em direção a uma convergência teórico-metodológica, em torno dos objetivos de pesquisa mais amplos do departamento.

As evidências de avaliação apontavam para o fato de que, parte do avanço organizacional, inclusão de discentes nas atividades

acadêmicas e o aumento da visibilidade institucional alcançada pelo DCI, nos últimos quatro anos, estavam relacionadas com o incremento da atividade de pesquisa que havia sido definitivamente incluída na agenda dos docentes.

A consolidação de cultura de pesquisa no departamento está ligada, portanto, ao esforço de qualificação empreendido a mais de dez anos e a instalação da pós-graduação. Nesse contexto, os programas de estímulo à iniciação científica, desenvolvidos por agências de fomento de diversas esferas governamentais, têm cumprido relevante papel. A iniciação científica é considerada a sementeira da pós-graduação e responsável pela inclusão da lógica da ciência e pela maturação do nível reflexivo entre os membros participantes. Pode ser definida como instrumento de formação, é um dever da instituição e não uma atividade eventual.

Com o avanço da iniciação científica e o ingresso de novos doutores, foi possível retomar o projeto de criação de um programa local de pós-graduação em Ciência da Informação malogrado em tentativa anterior.

Pós-Graduação em Ciência da Informação

O Departamento de Ciência da Informação e o Departamento de Comunicação do CAC/UFPE iniciaram, em 2006, negociações para o desenvolvimento de um projeto conjunto de pós-graduação em Comunicação e Informação (PPGCI). Esse programa deveria sustentar inicialmente um curso de Mestrado em Ciências da Comunicação e da Informação (CMCCI). A Ciência da Informação, a essa época, não possuía doutores em número suficiente para manter o programa em

funcionamento, por essa razão, o Departamento de Comunicação decidiu, unilateralmente, desmembrar a proposta e submeter a Capes um projeto individual. O Curso da Comunicação foi recomendado pela Capes e começou a funcionar ainda naquele ano.

Estávamos sem opções, o baixo número de doutores não permitia ao DCI propor um projeto individual, mas, naquele mesmo ano, surgiu nova oportunidade. Os colegas da Universidade Federal da Paraíba que, em 2001, haviam perdido o credenciamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) procuraram o DCI propondo uma parceria na construção de uma proposta de cursos novos (APCN).



foto 12 - Articulação com colegas da UFPB para criação do PPGCI

Imediatamente abraçamos o projeto e solicitamos, em troca, o apoio professores da UFPB para uma futura proposta de curso novo na UFPE, essa estratégia nos permitiria criar dois programas no Nordeste.

As articulações previam atuação coordenada em projetos de pesquisa e publicações com o fim de estabelecer uma base de cooperação que nutrisse ambos os projetos junto a Capes. O Programa da UFPB foi credenciado em 2006, com minha participação e do professor Ricardo Prudêncio, assentados no programa como membros permanentes. Naquele ano, retomamos os estudos, discussões e reunião de informações necessárias à elaboração do projeto do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE.

A configuração original do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE contava com quatro professores da casa, e dois colegas externos (Professor Carlos Xavier de Azevedo Netto e a Professora Joana Coeli Ribeiro Garcia), ambos da UFPB. Por uma configuração natural, a mais significativa parte dos professores do Departamento de Ciência da Informação com experiência em pesquisa e em orientação, e que tinham possibilidade, por titulação, de se agregarem ao projeto do Pós-Graduação em Ciência da Informação, eram investigadores de temáticas do campo da memória.

A realização de um curso de Pós-Graduação “lato sensu” em Arquivo (2006) e do Curso de Especialização em Gestão e Tecnologia da Informação (2008) confirmou a demanda e orientou a criação do curso de Pós-Graduação Stricto Senso em Ciência da Informação no DCI. Em 2008, com o apoio da UFPB e, com o auxílio das novas contratações do Reuni, já era possível protocolar uma proposta

independente. Assim, em março de 2008, o APCN foi apresentado ao comitê de área de Ciências Sociais Aplicadas I da Capes para criação do Curso de Mestrado em Ciência da Informação da UFPE.

O projeto foi analisado por um consultor ad hoc conservador que desaconselhou a formação de um novo programa em Pernambuco. A negativa estava justificada na falta de experiência do quadro de recursos humanos (Fábio Mascarenhas e Silva; Maria Cristina Guimarães Oliveira; Maria Mercedes Dias Ferreira Otero; Marcos Galindo Lima e Gilda Maria Whitaker Verri), que, apesar da experiência acadêmica, eram, em sua maioria, recém doutores.

A comissão do departamento constituída para elaborar e acompanhar o processo, junto a Capes, resolveu solicitar a reconsideração do parecer negativo. Tomando por base o argumento levantado pela própria Capes da necessidade de desenvolvimento do sistema de pós-graduação no Norte e Nordeste do Brasil, demonstrando que nosso esforço contribuiria para diminuir a assimetria regional. Em defesa do nosso projeto, destacamos também o potencial do curso em Pernambuco e sua contribuição para a área.

Como resultado desse pedido de reconsideração, a Coordenação da Área na CAPES enviou dois novos consultores ao Recife (Nair Kobashi -USP e Miriam Vieira da Cunha - UFSC) para avaliar, in loco as condições oferecidas pela UFPE para realização do curso.

Nessa visita, os observadores puderam atestar o esforço, a qualificação do corpo docente e as condições técnicas para o abrigo do curso, e ainda a dinâmica dos grupos de pesquisa em atuação no DCI, onde se destacavam os projetos desenvolvidos pelo Laboratório

Liber, no campo da tecnologia e da memória, com articulação local, nacional e internacional. Com base nessa avaliação, os consultores elaboraram novo parecer técnico, desta feita recomendando a instalação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na UFPE.

A criação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Departamento de Ciência da Informação (DCI) foi sobremaneira beneficiada com a infraestrutura do Laboratório Liber, e a área de concentração delimitada para o programa: Informação, Memória e Tecnologia, cobria o mesmo domínio de interesses do Liber, refiro-me aquele campo científico que aborda a relação entre informação, memória e tecnologia na perspectiva da produção de conhecimentos.

A Pós-Graduação em Ciência da Informação é caudatária, portanto, dessa tradição. E a escolha da área de concentração resulta da evolução das competências historicamente desenvolvidas no ambiente acadêmico do Departamento de Ciência da Informação. Resulta de um esforço coletivo, multiplexo e multiusuário acelerado por ação do Reuni, pela emergência da tecnologia digital e pelas possibilidades que surgiram com a conexão dos ativos de memória articulados em uma sociedade mediada pelas redes e pela tecnologia digital.

Avaliando o parecer dos consultores, considerando a promessa que o grupo representava para o futuro, o Comitê de Área da Capes autorizou em 16 de outubro de 2008, o funcionamento do Programa de Pós-Graduação strito sensu em Ciência da Informação da UFPE, que iria, doravante, atuar com o objetivo de formar docentes, pesquisadores e recursos humanos especializados, bem

como se converter em um ambiente para o desenvolvimento científico e tecnológico, organizado na forma de um curso de mestrado na modalidade acadêmica.

É relevante salientar que essas conquistas, primeiro do Reuni e depois do PPGCI – planejadas e executadas no estreito decurso de um ano – tornou-se divisor de águas, mostrando-se, doravante, como um dos motores que promoveriam a reforma e a guinada do DCI para o futuro. Pela minha condição de articulador do grupo e por ser o docente que, à época acumulava mais experiência em pós-graduação, fui indicado para ser o primeiro Coordenador do Programa, acumulando o cargo com a função de Chefe do Departamento de Ciência da Informação.

Minha primeira providência como coordenador foi preparar o lançamento do edital de seleção. Naquele período, todavia, em razão da mudança na metodologia de ingresso discente imposta pelo Ministério Público, a UFPE foi obrigada a adaptar os processos seletivos nos cursos de Pós-Graduação à legislação brasileira que regula o ingresso de servidores no serviço público federal. O processo de adaptação consumiu mais de seis meses, de forma que a primeira seleção para o PPGCI somente foi realizada em setembro de 2009. Para não atrasar o calendário, em dezembro do mesmo ano, foi realizada uma segunda seleção e a primeira turma do PPGCI ingressou em 2009. Em dezembro de 2010, o programa já contava com duas turmas selecionadas e o curso em andamento.

Permaneci à frente do PPGCI até novembro de 2010, quando passei o bastão ao professor Raimundo Nonato Macedo, pesquisador sênior, com experiência na coordenação de grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação.

Consultorias

A consultoria é serviço profissional de aconselhamento, assessoria e assistência prática. É uma prática que se serve de conhecimentos técnicos, teóricos e da notória especialização com a finalidade de levantar as necessidades do contratante, por meio de diagnósticos e processos, identificar soluções e, então, recomendar soluções que melhorem a eficiência e produtividade das organizações.

UNESCO / Instituto Superior da Educação e a Comissão Instaladora da Universidade do Cabo Verde (UNICV)

Em meados de 2005, recebemos a visita do francês Louis Marmoz, Consultor da Unesco, interessado nos progressos alcançados, no campo da Educação a Distância na UFPE e o possível uso dessa expertise acumulada pelo Projeto Virtus em países africanos onde a agência mantinha projetos de desenvolvimento. Nos disponibilizamos a formar recursos humanos para atuar na Educação a Distância, nos níveis de extensão e de especialização, totalmente a

distância ou de modo semipresencial; desenvolver materiais impressos para utilização em escolas e universidades africanas e em programas de EAD; adaptar para o formato de EAD materiais utilizados de modo presencial em escolas, universidades.

Esses entendimentos se enquadram no contexto da instalação da Universidade do Cabo Verde (UNICV), e, como desdobramento, fui convidado a apresentar uma proposta de estudo de viabilidade para o uso de tecnologia de informação na futura universidade de Cabo Verde. A iniciativa patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (Unesco) Paris, foi realizada no âmbito do projeto E-campus em parceria entre o Instituto Superior da Educação e a Comissão Instaladora da Universidade do Cabo Verde (UNICV).

A missão no Cabo Verde se deu entre 4 e 18 de março de 2006. Fui recebido na Cidade da Praia pela professora Alice de Matos, Coordenadora da Comissão Instaladora do Centro de Formação Aberta e a Distância ISE da futura Universidade do Cabo Verde. Nessa estadia, participei da criação/definição dos ciclos universitários para a formação à distância em Cabo Verde, que contou com o estudo de viabilidade, a realização de um ateliê de formação e a instalação de um Centro de Recursos no Instituto Superior de Educação. Em fevereiro de 2007, recebemos na UFPE uma visita de estudos da Comissão Instaladora do Centro de Formação Aberta e a Distância ISE.⁵⁸ E em 2007 retornei, mais uma vez ao Cabo Verde para participar do Seminário de Instalação da nova universidade.

Companhia Editora do Estado de Pernambuco

Atuei como consultor da Companhia Editora do Estado de Pernambuco em duas ocasiões. A primeira para realização de um Estudo de viabilidade, no período de novembro de 2011 a maio de 2012, dirigida à avaliação do potencial demandante para implementação de um departamento de digitalização na Cepe. A essa época, havia uma pressão social para migração dos periódicos oficiais para o meio digital. A consultoria levantou e analisou dados empíricos e para o planejamento da expansão e para a redefinição do campo de atuação e dos produtos da CEPE. Nesse estudo, foram apresentados como resultados: a) Definição de cenários tecnológicos; b) Capacitação em Gerenciamento Eletrônico de Documentos, oferecido à clientela externa a da Cepe; c) Desenvolvimento e customização do software Clio de gestão de ativos documentais; d) Elaboração de um Guia de Fontes para a Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano; e) Elaboração de um Inventário Descritivo para o Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual.

Dois anos depois, o processo de transformação digital iniciado na Cepe estava em franco progresso, e já havia um horizonte definido para a descontinuação da versão impressa do Diário Oficial do Estado, então o carro-chefe da Editora. Com vistas à diversificação dos serviços da companhia, realizei nova consultoria, dessa feita para diagnosticar o ambiente mercadológico e desenhar o Serviço de Guarda Terceirizada de Documentos – Cepe. Essa consultoria foi realizada no período de janeiro a junho de 2014, e forneceu elementos para o planejamento dos produtos de infraestrutura segura, suportada com tecnologia moderna para gerenciar estoques de informação e armazenar arquivos de terceiros, inclusive assessoria

para construção de galpão, projetado e construído especialmente para armazenamento e custódia de documentos.

Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco/ Secretaria de Educação de Pernambuco

No segundo semestre de 2013, atuei como consultor da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (BPE), com vistas ao desenvolvimento de um modelo de biblioteca digital para a BPE. Nesse estudo, propusemos um modelo conceitual, estrutural e físico para implantação da biblioteca digital na BPE, definimos um plantel potencial para produtos e serviços; qualificamos o staff técnico para uso da tecnologia implantada e intermediamos um programa de formalização de parcerias com a USP e com a Rede Memorial da Nacional.

Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes (PMJG)

De novembro de 2017 a agosto de 2018, prestei consultoria de Curadoria e Gestão da Informação da Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes (PMJG), executada sob o acompanhamento da Secretaria Municipal de Planejamento e da Secretaria Executiva de Licitações, Contratos e Convênios. Contrato Nº 029/2017 – SEPLAG. Essa consultoria para concepção de planejamento com a proposição de ações na área de gestão e curadoria da informação, e viabilização de projeto de requalificação do sistema de custódia documental, design do sistema de informação, preservação e acessibilidade a fontes arquivísticas correntes, intermediárias e permanentes, produzidas no

percurso histórico pela administração pública da Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes (PMJG). Ao final, oferecemos o estudo de base para instalação do futuro Arquivo Público de Jaboatão do Guararapes.

Biblioteca especializada do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA)

Entre junho de 2011 e abril de 2012, prestei consultoria junto a minha colega Majory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda, professora do Departamento de Ciência da Informação da UFPE, com vistas ao desenvolvimento de estudos e a geração subsídios orientadores para o projeto de requalificação da biblioteca especializada do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) e alinhamento com as recomendações contidas no Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (Unesco) para Bibliotecas de instituições mantidas pelo serviço público.

Nesse estudo, realizamos análise do ambiente organizacional e da infraestrutura; definição de necessidades e recursos; redesenho conceitual da biblioteca do IPA de acordo com as recomendações da Unesco; suporte técnico para definição do projeto de arquitetura e mudanças físicas prediais;

A função pública - direção e administração

VIRTUS -2004 – 2016

Em 3 de maio de 2004 fui designado pelo Reitor para exercer o cargo de Coordenador do VIRTUS -Laboratório de Hipermídia da UFPE, do Gabinete do Reitor. Permaneci na coordenação do laboratório até meados de 2006.

Diretoria de Gestão da Informação (SEGIC)

No ano de 2011, iniciava-se o reitorado dos professores Anísio Brasileiro e Silvio Romero Marques. Participei ativamente do movimento que levou a chapa “Consolidar e Inovar” à Reitoria, mais especificamente no desenvolvimento do tópico 6 do Programa de Trabalho da campanha eleitoral para o Quadriênio 2011-2015, que tratava da “Universidade Digital: política de Tecnologia, Informação e Comunicação integrada”. Em 19 de dezembro do mesmo ano, fui designado para servir na Diretoria de Gestão da Informação, da nova Secretaria de Gestão da Informação e Comunicação, criada então no

Gabinete do Reitor. Minha atividade nessa diretoria foi descrita nos tópicos em que trato do projeto de reestruturação da Biblioteca Central e no que descrevo da criação do Espaço Memória Professor Denis Bernardes.

A campanha vitoriosa “Consolidar e Inovar” se firmou em torno da ideia fundamental de que era necessário consolidar os avanços da gestão anterior, especialmente as conquistas inclusivas encetadas pelo Reuni e ampliar a interação da Universidade com a Sociedade. O propósito declarado de definir uma política integrada entre as unidades que constituem o sistema de comunicação da UFPE, a saber: Bibliotecas, Central Telefônica, Editora, Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Rádios e Televisão Universitárias e Assessoria de Comunicação (ASCOM).

Dediquei especial esforço ao fortalecimento do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB). O diagnóstico, antes mencionado, realizado junto com os bibliotecários da casa, acabou norteando a proposição deste tópico de campanha, e mais tarde o próprio processo de planejamento estratégico promovido pela Progepe. Nesse tópico de planejamento, a biblioteca emergia como ambiente privilegiado de informação e conhecimento, devendo ter sua participação magnificada nos assuntos acadêmicos, expandida em sua função e fisicamente reformada, com vistas à ampliação do espaço de convivência entre a universidade e a comunidade. Para esse fim, o documento enfatizava que seria estimulado o desenvolvimento de um projeto acadêmico para o fortalecimento da Biblioteca Central (BC).

Em meados de 2013, o processo de fortalecimento do SIB já estava em curso, e os principais objetivos de restauração da

biblioteca, já haviam sido executados, inclusive a abertura do Memorial Denis Bernardes. As novas instalações da Biblioteca Central foram entregues ao público acadêmico, em 18 de julho daquele ano, alinhados com outros eventos como o Campus Party no Centro de Convenções e a reunião da SBPC no campus CDU. A BC foi aberta com uma exposição e com oficinas criativas do OCUPPY BC que criou o material para arteambientação da biblioteca conduzida pelo grupo Imaginautas.

Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Em abril de 2013, fui convocado pelo Reitor para assumir a Diretoria de Cultura da Proext. Renunciei a função na Diretoria de Gestão da Informação em 22 de abril de 2013, mas permaneci no cargo até a efetivação da burocracia em 16 de agosto. Ocorre que, nesse crucial período, o segmento local do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), na UFPE, passava por uma crise importante. Em razão da minha experiência no Virtus, fui convocado para atuar como árbitro e mediar soluções para os problemas encontrados no sistema UAB, neste encargo fui nomeado em 20 de agosto de 2013 Coordenador de Educação a Distância da UFPE.⁵⁹ Assim, por um breve espaço de tempo, acabei acumulando múltiplas funções e diretorias, como Gestão da Informação da SEGIC, Coordenação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Diretoria de Cultura.

Coordenação do Laboratório Liber

No final de 2015, o Liber havia sido formalmente reconhecido como unidade de pesquisa da UFPE, pela Portaria nº 022.2015-CAC, de 17 de dezembro de 2015. Apesar da relevância dos laboratórios de pesquisa na UFPE, até 2015, esses laboratórios eram vistos pela administração, como extensões dos departamentos. Somente em 2015, seu funcionamento foi disciplinado por força de resolução normativa. Essa ação equivale, na prática, ao reconhecimento de laboratórios como unidades funcionais, uma vez que foram cadastradas e sua direção, foi referendada por portaria dos centros.⁶⁰ Em que pese, desde 1997, eu estar efetivamente à frente da coordenação científica do Laboratório Liber, somente pelos efeitos da Portaria 022.2015-CAC, de 17 de dezembro de 2015,⁶¹ fui designado para esse fim.

O laboratório Liber havia sido habilitado como multiusuário a partir da aprovação nos editais Multiusuários-Acervos da Facepe, em 2008 e 2010. O credenciamento, como unidade multiusuária, só veio em 2020 através de chamada interna promovida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propsesi) por meio do Edital Propsesi nº 11/2020.⁶²

Coordenação Setorial de Pesquisa e Pós-Graduação do CAC

Em 2016, a nova diretoria do CAC estava reestruturando seu corpo de conselhos, fui convidado então, pelo professor Prof. Walter Franklin M. Correia para assumir a Coordenação Setorial de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro de Artes e Comunicação, função para qual fui designado em 11 de agosto de 2016, por portaria funcional N°

1092 da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida, da Universidade Federal de Pernambuco, datada de 16 de março de 2015.⁶³

Coordenação de Memória Digital da PROCIT

Em 1º de setembro de 2016, assumi a Coordenação de Memória Digital da Procit⁶⁴ para gerenciar os projetos de preservação digital que principiávamos a implementar na UFPE. Permaneci à frente dessa coordenação até 5 de outubro de 2017, quando pedi exoneração do cargo para me dedicar exclusivamente aos projetos de investigação científica e a cooperação Minc/UFPE, sobre a qual trataréi mais detidamente adiante.

Cultura na UFPE

No número inaugural do Boletim do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, editado pela Imprensa Universitária em março de 1962, o professor Paulo Freire tornou público os objetivos do recém criado Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC), eram eles: “Promover a difusão cultural, levando a Universidade a agir junto ao povo; contribuir para o desenvolvimento da cultura e das mentalidades regionais; realizar, cursos de extensão e seminários visando o estudo da realidade e cultura brasileira e dos problemas da região; e procurar divulgar as realizações da Universidade do Recife para o conhecimento de sua natureza e de seus objetivos.” O manifesto de criação do serviço cultural se confundia com os interesses mais amplos do desenvolvimento humanista defendidos por pensadores progressistas como Celso Furtado, Josué de Castro, Anísio Teixeira e especialmente pelo próprio Paulo Freire, mentor e primeiro diretor da nova unidade de assuntos culturais, mais tarde convertido no Departamento de Extensão Cultural.

A percepção antecipatória de Paulo Freire enxergava a Cultura como campo promissor, desde então, a UFPE registra no

campo artístico e cultural, importantes repercussões de sua atividade. No artigo seminal, *Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo*, publicado apenas um ano antes do golpe de 1964, Paulo Freire argumentava sobre o papel universalizante da educação e sua relação dialética com a cultura, através de uma progressão lógica, diz Marcelo Sabbatini, Paulo Freire nos conduz a compreensão daquilo que “constitui a realidade (e da ação humana sobre ela), para suas implicações na relação entre os homens e na transformação da sociedade (e consequentemente, das relações políticas que se estabelecem entre eles)”. (SABBATINI, 2014). Nesse mesmo texto, Freire explanava sobre a concepção de Cultura que a UFPE deveria adotar para o crescimento do ser humano: “A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. De seu esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] cultura é toda criação humana.”⁶⁵

Não obstante o clima hostil que se instalou no Brasil nos anos de chumbo, as sementes plantadas por Paulo Freire e por seu sucessor Ariano Suassuna no Serviço de Extensão Cultural, floresceram, consolidando uma tradição de expressão cultural acadêmica, produzida pela mesma genética intelectual que inspirara a Escola do Recife um século antes. Desse leirão, brotaram os movimentos de Cultura Popular e o Armorial, ambos gestados à sombra frondosa daquele serviço público de cultura. Porta afora do campus, estudantes egressos de suas fileiras militavam no movimento contracultura Udgрудi. A ação cultural pernambucana consolidou-se como importante referencial nacional, seja no teatro, na literatura, na música, ou nas artes plásticas.

Vencido o início prodigioso que deu visibilidade e distinção a universidade, aos poucos, a Cultura foi sendo relegada a uma posição coadjuvante, perecendo frente às forças do obscurantismo do regime militar. O abandono da trincheira do SEC era evidente e, após a gestão de Ariano Suassuna, um relacionamento protocolar se estabeleceu entre a gestão central da universidade e o DEC. Uma retaliação silenciosa inibia a opinião progressista nos assuntos pragmáticos da instituição. A certa medida, esse comportamento da reitoria respondia ao clima instaurado por opositores ferrenhos de Paulo Freire. No ambiente de tensões acirradas, Gilberto Freyre se aproveitou da inflamação social provocada pela ascensão dos conservadores ao poder e retomou sua disputa contra velhos rivais. Despejando seu labafero contra a nova universidade, em favor de seus interesses acadêmicos.

Gilberto já não era mais o garoto que, em 1945, confrontava com destemor o Estado Novo do governador Agamenon Magalhães. Desaparecera o jornalista que enfrentava de peito aberto o obscurantismo, ao lado de Demócrito Souza Filho, aliado que tombou com um tiro na testa, ao seu lado, enquanto ele discursava na sacada do Diario de Pernambuco. Quando o golpe de 1964 se insinuou, Gilberto Freyre se apressou em sentar-se à roda dos escarnecedores, e passou a combater ferozmente nas páginas do Diário, os inimigos “comunistas” instalados na Universidade do Recife. Posicionou-se abertamente do lado dos militares, apoiando a queda de João Goulart. Sua lealdade foi bem remunerada. Em 1969, passou a integrar o Conselho Federal de Cultura atendendo ao convite do general Emílio Médici.

Ao final, havia um cisma instalado entre os letados pernambucanos, registrou Luiz Costa Lima se referindo aos artigos que Gilberto publicava alguns meses antes do golpe no Diário de Pernambuco, afirma que esses contribuíram, decididamente: “para que o Recife letrado se dividisse entre os partidários do sociólogo de Apipucos e os ‘comunistas’ do SEC”. Conclui: “Mesmo pessoas que eram amigas de Paulo Freire e vieram a apoá-lo quando começou a ser perseguido pelos golpistas vitoriosos, então ainda se pronunciavam a favor de Gilberto Freyre” (COSTA LIMA, 2005, p. 25).

Nessa época, lembra Costa Lima, a imagem da universidade, foi bombardeada sem misericórdia, deixando transparecer em público a disputa que se dava no privado, entre o reitor Geraldo Lafayette e Gilberto Freyre. O cisma dos letados repercutia em abundantes matérias negativas.⁶⁶ Juracy Andrade registrou, que devido aos desentendimento com o reitor João Alfredo da Costa Lima, o mestre de Apipucos “insistiu junto aos coronéis de 64 para que a então Universidade do Recife fosse submetida a um Inquérito Policial Militar” (ANDRADE, 2005, p. 34).

Ao final, o reitor João Alfredo renunciou ao cargo, espíritos críticos como Paulo Freire, foram presos e exilados. A sede do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife na Gervásio Pires, foi invadida, empastelada, sua biblioteca e equipamentos defenestrados, em nome da ordem social. (ANDRADE, 2005, p.33). Esvaíam-se as palavras de Josué de Castro, proferidas na Unesco, sobre a nobre função universitária de combate o obscurantismo. (CASTRO, 1948) Naqueles dias, de triste memória, era a obscurantismo que combatia a universidade. Em arremate, um escritório de controle militar se instalou ao lado do gabinete do reitor, a Assessoria Especial de

Segurança e Informações AESI/UFPE. (VERAS, 2018, p. 83). Nesse campo minado pelo poder persuasivo da repressão, emergem as forças “neutras” e conservadoras que passaram a governar a nova universidade federada, como um curral sombrio e deprimido.

Dessa forma, é compreensível o desagregamento da função social das estruturas desenhadas para cultura por Paulo Freire, como também seria natural a ocorrência de um certo tipo de apagamento ou descolamento daquelas tradições humanistas, mais socializantes promovidas pela arte e pela cultura. Paradoxalmente, três gestões de reitores engenheiros “progressistas” cuidaram de sepultar a ação cultural. Parece-nos que o ilhamento do pomo da discórdia foi projetado para que o ninho subversivista freiriano do Benfica ficasse afastado para não contaminar o novo campus. Assim, cumpriu-se então, que a “maçã dourada” da deusa Eris não fosse lançada no novo celeiro que se instalava.

O processo foi mais extenso que o simples isolamento do território das trocas simbólicas. Em que pesse à relevância do DEC para a história de lutas da nossa universidade, quando se deu a deriva das faculdades do centro para a Cidade Universitária, a cultura permaneceu sediada no Benfica e, aos poucos foi se asilando no antigo prédio, onde no passado funcionara a Escola de Música, em frente à Escola de Belas Artes. Esse isolamento gerou um processo de descontinuidade funcional com o resto do Campus. Para a comunidade acadêmica e para o público externo, do ponto de vista institucional, a Cultura foi apartada, fora do Campus Joaquim Amazonas na Cidade Universitária e passou a se expressar através de um comportamento-evento de pequenas iniciativas isoladas, desconectados entre si. A despeito da política confinante, registra-se

alguns bons resultados da gestão da cultura, produto do trabalho das professoras Ana Andrade, na formação do Laboratório de design Imaginarium, e Solange Coutinho, que conseguiu importantes avanços com a política de economia criativa e dos pontos de cultura na UFPE, por exemplo.

Em 2013, não se havia atentado para a necessidade de ordenar o segmento que brotou do grão semeado por Paulo Freire, como uma ponte estratégica possível para o desenvolvimento institucional. Em abril daquele ano, fui convocado pelo professor Anísio Brasileiro para assumir a Diretoria de Extensão Cultural (DEC) da Proext,⁶⁷ em substituição a professora Mannuela Ramos da Costa, afastada para doutoramento.⁶⁸

No Casarão neoclássico número 157, da Rua Benfica, defronte ao “Solar dos Amorim” funcionava o Centro Cultural que abrigava o Teatro Joaquim Cardozo (TJC), o Instituto de Arte Contemporânea (IAC), o Acervo da Escola de Belas Artes e na parte de trás, o Laboratório Imaginarium, e algumas salas de aula do curso de desenho. As demandas de manutenção predial do Benfica eram sistematicamente negligenciadas pela universidade, contribuindo para o desmantelamento da infraestrutura. O Teatro Joaquim Cardozo, uma das mais simpáticas casas do tablado pernambucano, precisava de reparos urgentes. O telhado colonial do prédio principal do DEC estava em estado lastimável, e em dias de chuva forte, o sistema de drenagem do telhado não dava conta do volume de águas e escorria pela reserva técnica, ameaçando a magnífica coleção da Escola de Belas Artes.

Na UFPE continental, o interesse pelo tema da cultura e do patrimônio histórico na UFPE era limitado pelo orçamento. Situação

semelhante àquela encontrada no Sistema de Bibliotecas. Como o DEC não era unidade administrativa do eixo hierárquico central, era necessário se estabelecer um novo ciclo de interesses e encontrar formas de chamar a universidade a responsabilidade para com seu patrimônio.

As ações propostas para Cultura, no programa da nova reitoria que se iniciava em 2011, eram modestas e de vinco eventológico. A ação cultural estava diluída em um leque aberto de questões macro e a promessa para a cultura se resumia, basicamente, a “criação de espaços de convivência cultural” com vistas a uma almejada integração comunitária, via oferta de infraestrutura. Essa visão representava bem o espírito utópico que se desenvolveu historicamente nas gestões pós 1964.

No plano nacional, contudo, um cenário de visão alargada se apresentava. A gestão de Gilberto Gil no Minc (2003–2008) havia conduzido um vigoroso debate a respeito da função estratégica e econômica da Cultura, desnudando suas relações com o sistema educativo e produtivo na dimensão das trocas simbólicas. Estudos produzidos, a partir de final dos anos 1990, mostravam que a dinâmica do setor cultural era capaz de gerar crescimento econômico e emprego qualificado. Em maio de 2021, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) divulgou o Valor Agregado da Economia Criativa que naquele estado representava 3,2% do PIB do exercício de 2018. O expressivo valor, equivalente a uma movimentação econômica da ordem de R\$ 8 bilhões. Em que pese a regionalidade, o estudo baiano apenas confirma o senso comum que brada nas ruas, e pode ser invocado para estimar nossa posição na economia pernambucana.

Em 2002, John Howkins publicou sua obra mais conhecida Economia Criativa: Como Ganhar Dinheiro com Ideias Criativas, livro que se tornou referência para a cultura mundial. Howkins demonstrava que o capital intelectual representava uma oportunidade para indivíduos, empresas, regiões e países gerarem crescimento econômico, emprego e desenvolvimento. Em matéria de opinião, a Diretora da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura, Ana Paula Laborinho, esclarece: “Cultura é (também) economia”.⁶⁹ “O princípio da economia criativa é a transformação das ideias em bens e serviços cujo valor é determinado pelo conteúdo de propriedade intelectual.” A diretora explica que o Reino Unido havia sido pioneiro na introdução de políticas para a dinamização do setor criativo. O esforço desse segmento, em 2018, havia sido responsável por 5,8% do PIB britânico, experimentando um crescimento de 7,4%, cinco vezes maior do que a média de todos os outros setores, conclui Laborinho.

Era notório que o setor cultural da UFPE precisava deixar a calha profunda e seguir tendências contemporâneas, e que o suporte a ações culturais deveria empreender uma lógica sistêmica na forma de um investimento social, ao modo de política afirmativa. Um dos princípios fundamentais da cultura nos diz que “são os excedentes da economia que remuneram a ciência, as letras e as artes”, isso explica por que o senso de valor dos bens da cultura é tão variável. Não obstante sua relevância social, sistemas produtivos culturais, podem ser equivocadamente entendidos, em certas ocasiões, como socialmente secundários, principalmente nas sociedades que ainda não alcançaram a condição de desenvolvimento.

Ademais, longe de ser exclusivamente uma questão de Extensão na UFPE, a Cultura abrange, na atualidade, diversas outras características: Cultura é ensino, na medida em que temos vários cursos diretamente vinculados ao campo cultural, tanto na graduação quanto na pós-graduação (Cinema & Audiovisual, Dança, Design, Música, Artes Visuais, Teatro, entre outras.). Cultura é responsável por um percentual importante da pesquisa realizada na UFPE, afirmação verificável na imensa quantidade de dissertações e teses produzidas sobre temas culturais. Também é considerável o número de grupos de pesquisa ligados à instituição que se dedicam a pensar essas mesmas questões.

A UFPE sempre foi um celeiro privilegiado de produtores culturais. Dezenas as peças de teatro, óperas, concertos e recitais de música, livros de poesia ou romances, exposições e happenings de artes visuais ou fotografia, além de filmes, vídeoartes e outros produtos culturais são produzidos todos os anos graças ao talento criador de docentes, estudantes e técnicos. Uma parte importante do que se produz hoje, no campo cultural em Pernambuco, se origina, portanto, da comunidade acadêmica da UFPE.

Nesse sentido, se nos anos 1950, criar um serviço de extensão cultural era uma novidade a ser celebrada, em 2013 a complexidade desse campo e o papel multiplicador da UFPE exigia que a instituição alavancasse estratégias de resgate de uma função social que se esvaia. A principal delas seria pensar a Cultura fora da lógica cartesiana como um Sistema Integrado à UFPE, perpassando todas as atividades fins da instituição (Ensino, Pesquisa e Extensão) e internalizada nos campi de forma explícita.

Articulando a comunidade em torno de um projeto de cultura.

A gestão do Ministro Gilberto Gil, na pasta da Cultura no Governo Federal, é reconhecida como um dos momentos de epifania da gestão da cultura no Brasil. Marcada por uma prática de discussão da política cultural com a diversidade representativa dos segmentos culturais, na forma das Conferências de Cultura. Guiadas pelos princípios da constituição de 1988 para cultura, as conferências regionais eram tentáculos de um movimento nacional de mobilização, destinadas ao aprofundamento do diálogo entre a sociedade e representantes do governo, com o objetivo de avaliar, debater e propor programas e ações no campo das políticas públicas culturais. Nesse período o Minc se destacou como uma pasta inovadora na avaliação com indicadores e planejamento estruturado, do ponto de vista do orçamento e de um pensamento que compreendia o papel da cultura, sua dimensão simbólica e econômica.

Como resultado desse movimento, a administração da Ministra Marta Suplicy, (2012 a 2014), implantou o Sistema Nacional de Cultura, uma das metas constitucionais do Plano Nacional de Cultura (PNC), responsável pelo estabelecimento das diretrizes e ações de incentivo à cultura no país. A ideia do SNC era ordenar o segmento em políticas culturais descentralizadas, de modo que ele fosse menos susceptível às flutuações de governos. Visava ainda implementar mecanismos de gestão e de investimento mais transparentes, por meio do controle social dos recursos para promover a universalização do acesso a bens e serviços culturais e o incentivo à produção.

Na prática local, fomentar um grande número de pequenos projetos, apenas diluía os recursos da UFPE enquanto dissipava o

impacto da cultura em lotes de baixa monta. Em nossa avaliação, essa estratégia não contribuía para a visibilização da ação cultural da universidade. Para além dessa política, propusemos a instalação experimental de dois projetos culturais estratégicos e estruturadores, que se esperava, acelerasse a institucionalização do campo na UFPE: a Orquestra Sinfônica e a Ópera. Lembramos ainda que as ações culturais da UFPE, considerando a qualidade intrínseca e a tradição de nossa instituição, ampliavam a visibilidade e repercutiam de maneira positiva na própria imagem institucional e na melhoria da estima e da qualidade de vida daqueles que fazem a nossa comunidade.

Entre 2006 e 2009, Solange Galvão Coutinho já havia logrado avanços significativos numa exitosa experiência de extensão universitária a frente da Pró-reitoria de Extensão da UFPE, coordenando o Pontão de Cultura da UFPE, que era então um dos pontos focais da Rede de integração dos Pontos de Cultura de Pernambuco, unidades que se espalhavam por todo o país.

Sistema de Cultura da UFPE (SiC-UFPE)

A escolha do modelo de gestão Sistema de Cultura da UFPE (SiC-UFPE) foi impulsionada por duas forças distintas: Por um lado, foi um desdobramento natural de nossas pesquisas sobre os sistemas complexos de memória, (GALINDO, 2005; 2009 e 2014), e por outro, inspirada no Sistema Nacional de Cultura (SNC).⁷⁰ O SIC foi desenvolvido com vistas à democratização do setor e promoção das políticas públicas de cultura no âmbito da UFPE. Das diretrizes do SNC, o SiC herdou o modo de divisão de atribuições e responsabilidades

entre os entes constituintes do sistema, as formas de repasse de recursos e a inspiração na criação de instâncias de controle social.

Para concepção do SiC na UFPE, ordenamos três vetores que confluíram em direção da nova política. O vetor do Sistema de Cultura que buscava articular a comunidade acadêmica, o vetor do Comitê de Curadoria Cultural que dava senso colegiado as decisões da cultura no âmbito da UFPE e o vetor do financiamento da Cultura, representado por um Fundo Institucional local para Cultura.

A reitoria reconheceu e apoiou o movimento de organização legitimando os resultados das demandas culturais nascidas no seio da comunidade acadêmica para estruturação de sua base cultural. Esse coletivo reuniu-se, entre fevereiro e junho de 2015, em cinco conferências locais, convocadas para debater, planejar e formalizar um documento orientador que serviu de base para instrumentalização do SiC na UFPE, bem como para realinhar a extensão e estruturar a cultura como instrumento de desenvolvimento institucional. O documento propunha um conjunto de ações, que buscavam desenvolver a infraestrutura sistêmica necessária para articular e atender às demandas culturais, bem como para atuar curatorialmente no desenvolvimento de um projeto universitário de cultura.

Tendo em vista a necessidade de adequar a estrutura organizacional da Universidade para atender às demandas estratégicas institucionais nos campos das artes da cultura e da memória; refletindo sobre a necessidade de estruturação de uma unidade gestora responsável pela promoção, coordenação a execução das diretrizes da política institucional de cultura e sua integração com o que determinava o Plano Nacional de Cultura, a

reitoria resolveu instituir, em 16 de junho de 2015, o Sistema de Cultura e o Comitê Curador de Cultura, o SiC-UFPE.⁷¹

No plano nacional o modelo de orientação sistêmica vinha sendo estudado desde que a Constituição Federal criou o SUS em 1988. O SiC/UFPE partilhava desse modelo de gestão democrática e foi desenhado para ser o programa lastreador da ação cultural na nossa universidade, com base na ação colegiada dos representantes dos segmentos de cultura da comunidade acadêmica. O SiC-UFPE modelava o conjunto de instituições, iniciativas e programas desenvolvidos no âmbito da UFPE, para gerenciar as relações com sua comunidade e com os outros sistemas.

O SiC/UFPE buscava articular e integrar as diversas iniciativas de cultura desenvolvidas por unidades da instituição ou por seus representantes acadêmicos, com ou sem financiamento público. Outras ações derivam da estruturação do Sistema de Cultura da UFPE. Um desdobramento decorrente da instalação do Sistema de Cultura foi a indicação e instalação de um Conselho Curador de Cultura na UFPE.

O Comitê Curador de Cultura

O Conselho Curador de Cultura foi definido como a instância colegiada que dava voz as unidades produtoras de cultura da universidade, responsável por assessorar a Diretoria de Cultura da UFPE na: a) Formulação da política de cultura do SiC-UFPE, especialmente do Plano de Cultura Institucional; b) Desenhar as políticas para as respectivas linguagens na UFPE; c) Estruturar o Regimento interno/funcionamento do Conselho; d) Articular com

entes externos nacionais e internacionais a ação cultural no âmbito da UFPE; f) Assessorar a Diretoria de Cultura da UFPE em assuntos de interesse cultural; g) Avaliar programas e projetos via editais externos, inclusive as ações promovidas com recursos do Fundo de Cultura institucional; h) Acompanhar as ações de cultura na UFPE.

Em 19 de novembro de 2015, o Comitê reuniu pela primeira vez os representantes dos Eixos Temáticos indicados para o Comitê de Curador de Cultura da UFPE, dando início aos debates e as deliberações do Sistema.

Fundo Institucional de Cultura da UFPE (FiC/UFPE)

Um dos vetores fundamentais da política de Cultura era o desenvolvimento de um modelo sustentado para operação de projetos culturais através do Sistema de Cultura da UFPE. A ideia de um Fundo de Cultura baseado no conceito de crowdfunding para mobilizar recursos para o segmento da Cultura me foi apresentada em 2014 pelo secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do MinC, Américo Córdula. Era uma ideia geral, precisava ser concebida em sua complexidade, desenhada como protótipo, testada como modelo e, finalmente apresentada para instalação na universidade. Seguindo a ideia seminal de Córdula, desenvolvemos um modelo baseado em renúncia fiscal interna à comunidade, capaz de autofinanciar projetos de cultura na UFPE.

O Fundo de Cultura da UFPE pretendia ser o instrumento sistematizador as ações de captação e gestão de recursos via Lei de Incentivo à Cultura. Fizemos várias reuniões, em Recife e em Brasília, para refinar a proposta. Esse instrumento legal seria pioneiro entre as

universidades brasileiras e possibilitaria que cidadãos e empresas aplicassem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais através da renúncia de recursos públicos provenientes do Imposto de Renda.

Infelizmente, as gestões posteriores não deram continuidade ao fomento da estrutura e os avanços logrados com a instituição do Sistema de Cultura da UFPE e dos seus instrumentos, o Comitê Curador de Cultura e o Fundo Institucional de Cultura da UFPE. Descontinuados, os interesses da pasta voltaram ao modo natural, de premiar pequenas clientelas com chamadas públicas desprovidas de um fundamento coletivo, em detrimento de um projeto estruturante de cultura.

O espaço do Centro de Convenções

Até 2013, a cultura ocupava um cubículo da Proext e geria o espaço do Benfica. Nesse mesmo ano, o Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco, espaço nativamente cultural, parte integrante da Agenda Cultural da Cidade, especialmente seu teatro, que recebeu peças, shows, festivais e eventos havia sido fechado em 2013, por problemas estruturais, e se degradava a olhos vistos.

Atuamos no sentido de ocupar as salas do circus no térreo do prédio, como forma de resistir ao processo de degradação em curso. Planejamos, junto com o professor Paulo Cunha, a implantação de uma sala de cinema que vinha sendo pensada, desde 2011, para a Biblioteca Central da UFPE. Esse projeto foi inaugurado oito anos depois no Bloco B do Cecon, com 178 poltronas, projetor 4K e som

Dolby Digital 5.1, preparado para a exibição de filmes em 2D e em 3D. Ao lado do cinema, estavam previstas a recuperação de duas salas, uma com 200 lugares e outra com 400 lugares, abandonadas desde a construção do centro no piso superior do edifício. Esse espaço deveria ser utilizado para receber concertos, espetáculos, seminários e atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo cultural de forma permanente. Também ocupavam provisoriamente esse prédio algumas salas do departamento de música, que aguardavam a construção do edifício próprio.

Incubadora Pernambuco Criativo

A Incubadora Pernambuco Criativo era um aparelho estratégico do sistema de cultura local, integrante da Rede Incubadoras Brasil Criativo, programa conduzido pela Secretaria da Economia Criativa do MinC em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) do Estado. Tinha como um dos objetivos implantar, no ano de 2014, 13 incubadoras voltadas ao fomento do empreendedorismo cultural, à promoção da diversidade e à inclusão social. Apesar de estar regularmente conveniado, tendo inclusive recebido os recursos para implantação das incubadoras, até então, por indisponibilidade de infraestrutura para sua instalação, a Fundarpe não tinha logrado materializar o Pernambuco Criativo. A pedido do Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco Marcelo Canuto, a Universidade Federal de Pernambuco foi consultada sobre a possibilidade de participar do processo, cedendo a infraestrutura necessária para viabilizar a incubadora.

O programa das Incubadoras Brasil Criativo ofertava aos agentes culturais consultorias especializadas, cursos de curta e média

duração, diversos modelos de evento e outras atividades de formação e gestão de competências criativas. Cada Incubadora contava ainda com salas de treinamento, espaços individualizados para consultoria e assessoria, salas de coworking e equipamentos multimídia. As atividades seriam desenvolvidas por equipes locais, em diálogo com as potencialidades criativas de cada região.

Verificada a compatibilidade com os interesses da Diretoria de Extensão e Cultura, a UFPE e a Fundarpe celebram um protocolo de intenções para viabilizar a instalação da Incubadora que passou então a se chamar de Birô Criativa PE, instalado festivamente nas salas 2 e 3 do Hall do Centro de Convenções da UFPE (Cecon/ufpe) uma sala contígua à gerência de cultura da UFPE.



Foto 13 - cerimônia de lançamento Pe Criativo

A cerimônia de inauguração, da Incubadora Pernambuco Criativo, aconteceu no dia 16 de setembro de 2014, em solenidade realizada no Centro de Convenções da UFPE, com a presença da Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, do Governador do Estado de Pernambuco (em exercício), o Sr. João Soares Lyra Neto, e demais autoridades Estaduais e Municipais e de representantes da cena cultural pernambucana. A Incubadora permaneceu na UFPE até a conclusão de suas obras na Casa da Cultura.

Parceria com o Ministério da Cultura

Em razão da visibilidade alcançada, com os progressos da Rede Memorial em Pernambuco, o Ministério da Cultura elegeu o Laboratório Liber como parceiro em seus projetos de cultura digital. Nesse contexto, executamos junto com o MinC três programas: “Afro-Brasileiro”, de cultura digital, um programa largo, com 25 projetos espalhados pelo Brasil, produzindo acervo digital e documentos de interesse para a cultura afro. Em seguida, propusemos e desenvolvemos o programa: “Povos Originários”, esse com um plantel de 20 projetos selecionados, em âmbito nacional. O OpenLab foi o terceiro programa da parceria com o Minc, operado respectivamente pela Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural – SCDC/MinC, e pelo Laboratório Líber/UFPE. Essa iniciativa cuidava da concepção e desenvolvimento de uma plataforma transdisciplinar para integração de produtos culturais, aplicada na área de influência da Universidade Federal de Pernambuco.

Para os programas partilhados, entre o MinC e a Diretoria de Cultura da UFPE, e executados através do Laboratório Liber, estavam

previstos o gerenciamento de contratos de execução descentralizada, da ordem de quase quatro milhões e meio de reais, planejados para ser aplicados diretamente em projetos de pesquisa. O desmantelamento do MinC, contudo, frustrou a maior parte dessas expectativas.

Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afrobrasileiro; Povos Originários do Brasil e Open Lab.

Esses programas de iniciativa do Ministério da Cultura em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, materializaram-se com o apoio da Rede Memorial e da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), em articulação inicial com a Fundaj.

O modelo gerencial proposto pela UFPE viabilizava a integração de múltiplos pesquisadores e instituições, em um processo de trabalho colaborativo de escopo partilhado, com redução da duplicação de esforços. O sistema cooperativado agilizou a implantação de projetos, incrementou oportunidades de pesquisa e preservação do patrimônio, disponibilizou plataformas tecnológicas, articulou um time altamente qualificado de pesquisadores, funcionando como um integrador de projetos, que ligava os participantes, em uma lógica comum e dirigida.

A sombra dessas iniciativas, no campo da memória e do patrimônio cultural, evoluiu a plataforma de gestão de conteúdos Tainacan, desenvolvida pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília, com apoio da Universidade Federal de Goiás, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Instituto Brasileiro de Museus.

Afrobrasileiro

Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afrobrasileiro, foi o primeiro experimento em hub, definido como um extenso programa de Digitalização e Disponibilização de Acervos. Foi formalizado, em 2013, em Termo de Execução Descentralizada, celebrado entre a Secretaria de Políticas Culturais (SPC) do Ministério da Cultura (MinC) e o Laboratório Liber da UFPE, para a formação de redes de acervos digitais, com base na experiência da Rede Memorial.

Em dezembro de 2013, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) publicou a primeira chamada pública de âmbito nacional, Edital Proexc/Propesq – UFPE 2013: Preservação e acesso aos Bens do Patrimônio Afro-Brasileiro, que contou com investimento inicial de R\$ 1.670.000,00. Essa chamada pública aprovou 24 projetos, com vistas na criação de uma plataforma digital nacional, para acervos Afro-Brasileiros.

Em seu escopo mais amplo, o programa Afrobrasileiro propunha o fomento a arranjos que promovessem o compartilhamento de recursos, entre iniciativas e instituições envolvidas com acervos digitais, especialmente os de infraestrutura tecnológica, equipamentos de digitalização, plataformas de disponibilização e armazenamento de dados. A disponibilização para o livre acesso na WEB do conjunto de acervos relativos ao tema do patrimônio Afro-Brasileiro, de forma interativa e interoperável, buscava demonstrar o papel de uma política pública abrangente para o setor dos acervos digitais.

O Afro-Brasileiro teve 24 projetos aprovados no Nordeste (15), Norte (1), Sul (4) e Sudeste (4). Envolveu o esforço de 19

Instituições e gerenciou a atividade de 137 Bolsistas (Iniciação Científica- 1; Produtividade em pesquisa – 2; Doutorado – 16, Mestrado – 34; Apoio Técnico Nível Superior – 17; Apoio Técnico Nível Médio – 70). Ao final, o programa havia gerado 80 Terabytes de Informação e seus resultados foram apresentados no Seminário Afrodigital Interligando Acervos da Cultura Afro-Brasileira, realizado entre 4 a 6 de dezembro de 2013 na Biblioteca Central da UFPE.

Povos Originários do Brasil - 2015 a 2017

Tal qual o Afrobrasileiro, o programa Povos Originários do Brasil propunha o fomento a arranjos que promovessem o compartilhamento de recursos entre projetos e instituições envolvidos com acervos digitais, especialmente os de infraestrutura tecnológica, equipamentos de digitalização, plataformas de disponibilização e armazenamento de dados.

A divulgação na Web do conjunto de acervos relativos ao tema da memória dos Povos Originários do Brasil de forma interativa e interoperável buscava demonstrar, em escala experimental, o papel de uma efetiva e abrangente política pública para o setor dos acervos digitais.

A essa altura se delineava o desenho de uma Política Nacional de Digitalização de Acervos, com vistas a incentivar e apoiar a coleta, o resgate, a recuperação, a conservação e a disponibilização para o acesso público de acervos de interesse científico e cultural de bens do patrimônio indígena brasileiro, permitindo assim maior acessibilidade à geração de conhecimento no âmbito da cultura dos povos originários do país.

O Minc aportou, para esse programa, investimento de R\$ 1.420,000,00 e os projetos aprovados, com prazo máximo de execução de 12 meses, poderiam receber recursos de até R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), destinados exclusivamente ao pagamento de bolsas de pesquisa. Eram produtos expectados no programa relatórios parciais e finais dos projetos selecionados e a disponibilização dos produtos em Plataforma Digital de acesso aberto.

O edital Povos Originários do Brasil foi lançado em outubro de 2015 em Porto Alegre, por ocasião da Oficina de treinamento da Plataforma Tainacan, com a participação do então Secretário de Políticas Culturais Guilherme Varella e representantes de instituições de memória. Essa chamada recebeu 147 inscrições, desses, apenas 21 foram contemplados. O primeiro repasse de verba para esse programa foi realizado em 20 de outubro de 2015, no valor de R\$ 200.000,00. O programa foi prejudicado pela dinâmica da política federal.

Em 2 de dezembro, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acatou a denúncia oferecida pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, deflagrando um extenso processo de descreditação e desagregação de políticas públicas de cultura. A partir de outubro daquele ano, a dinâmica no MinC era de extrema apreensão. Em 31 de agosto de 2016, finalmente o processo desaguou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, e as incertezas dominaram os processos.

Os cronogramas e repasses para os pesquisadores já estavam comprometidos. Em maio de 2016, deu-se a mudança do Ministro da Cultura Juca Ferreira, essa circunstância nos obrigou a aguardar a formação do novo gabinete do MinC. Com a chegada do Ministro

Marcelo Calero, foi necessário se aguardar a composição do staff e a nomeação dos novos secretários para que se pudesse dar continuidade às negociações e para efetuar-se a necessária repactuação dos processos. O ministro Calero manteve-se no cargo por apenas seis meses, sem ter dado lugar a referida repactuação.

O segundo e último repasse para o programa Povos Originários do Brasil, no valor de R\$ 219.994,68, só se realizou em 24 de janeiro de 2017, mas então nossas esperanças no futuro desse programa já eram nulas. Ao final, muitos pesquisadores concluíram suas pesquisas, mas o resultado esperado ficou comprometido. Do total reservado para o programa, apenas, 29,6% foram efetivamente descentralizados e empenhados. O programa finalizou melancolicamente sem concluir seus objetivos.

2016 | Mudança da equipe do Minc extinção da SPC

A mudança no MinC afetou diretamente os projetos em curso, notadamente a extinção da Secretaria de Políticas Culturais à qual o programa Povos Originários estava ligado. Como resultado das mudanças políticas de agosto de 2016, três ministros se sucederam na pasta e com eles as respectivas equipes. Nesse processo, perdemos a capacidade de interlocução com o MinC, uma vez que os servidores que coordenavam as ações atinentes ao programa foram exonerados, e os que os substituíram ainda não tinham domínio dos programas estabelecidos na gestão anterior. Somente em junho de 2017, conseguimos um posicionamento conclusivo do MinC, encerrando o Programa Povos Originários por falta de previsão de recursos.

Open Lab

O OpenLab foi terceiro dos programas desenvolvidos em cooperação entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal de Pernambuco, operado respectivamente pela Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC) e pelo Laboratório Liber/UFPE.⁷² Envolveu recurso na ordem de R\$ 1.350,000 e enquadrava-se no corpo de desafios que emergiram da implantação do Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura que, a seu turno, resultou da compulsoriedade do acesso à informação determinado pela Lei 13.018/2014 (Lei Cultura Viva) e na política de Dados Abertos do Governo Brasileiro, instituída pelo Decreto 8.777/2016 que estimulava a publicação de dados abrigados em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal em todos os níveis, possibilitando o compartilhamento, reproduzibilidade, verificação, avaliação, reutilização e redistribuição em novos contextos e em pesquisas colaborativas e interdisciplinares.

O escopo do programa abrangia a concepção e o desenvolvimento de uma plataforma transdisciplinar para integração de produtos culturais a ser realizada na área de influência da Universidade Federal de Pernambuco, composta pelos projetos e programas selecionados entre pesquisadores de cultura. Cada unidade coligada ingressava no programa através da submissão de um projeto, selecionado por ocasião da chamada pública e então, passava a ser denominado como Laboratório de Cultura Digital (OpenLab). Com base na experiência dos programas anteriores (Afro-Brasileiro e Povos Originários) o programa buscava articular unidades de pesquisa e pesquisadores especialistas, recrutados na UFPE com o objetivo de

favorecer o diálogo entre os campos das Artes, Cultura, Memória e Tecnologia.

Um dos resultados esperados da articulação OpenLab era a concepção de uma metodologia de mapeamento, monitoramento que permitisse a avaliação dos impactos promovidos por indução do Ministério da Cultura nos Pontos de Cultura. Para além do próprio projeto, os laboratórios de Cultura Digital, se comprometiam com o desenvolvimento dessa metodologia. A iniciativa OpenLab foi registrada como uma pesquisa-ação que pretendia ampliar a eficiência do sistema e gerar indicadores e informações eixo-orientadoras capazes de auxiliar a tomada de decisão dos gestores federais e dos associados dos Pontos de Cultura.

Nesse contexto, a plataforma OpenLab se inseria como espaço físico de desenvolvimento, experimentação e colaboração, instalada fisicamente no Laboratório multiusuário Liber do Centro de Artes e Comunicação da UFPE. Para além do espaço físico, o OpenLab contava com as unidades móveis do Camaleão Urbano que permitiam mobilidade dos projetos e ampliava a visibilidade extramuros da UFPE.

Boa parte dos programas executados no âmbito da nossa direção no DEC foi desenvolvida com base na audiência de técnicos e colegas docentes, e pode ser conferida no Diagnóstico da BC, e nos relatórios dos projetos, já mencionados. O desenvolvimento dos projetos na cultura não teria sido possível sem a participação dos colegas Kleber Santos e Ângela Oliveira, do corpo funcional da Diretoria de Extensão Cultural da Proext, que conosco partilhavam desse novo olhar tocado pela visão sistêmica e integrada de Cultura da UFPE.

Em meados de 2016, os processos e projetos principais da cultura já haviam maturado. Entendendo que minha missão na diretoria de extensão cultural da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFPE (Proext) havia concluído, fui exonerado do cargo, a pedido, para retomar minhas atividades de pesquisa e a coordenação do Laboratório Liber.

Permaneci a frente da Cultura por quase três anos e meio, nesse tempo, nos empenhamos em agenciar o modo colegiado como diretor das decisões que dizem respeito à cultura no âmbito da universidade.

Por que Memória?

Durante muito tempo, os estudos da memória foram enxergados como uma forma diletante derivada da história e das ciências do patrimônio. De fato, os estudos modernos da memória são devedores das contribuições da história, da arquitetura, da antropologia e de outras disciplinas, contudo, esse senso comum, acabava eclipsando outras importantes contribuições para os estudos da Memória como um subdomínio emergente no campo da Ciência da Informação.

O historiador italiano Carlo Ginzburg, certa vez, escreveu que o ofício do historiador era comparado ao trabalho do detetive, o que ele chamou de paradigma indiciário.⁷³ Em que ambas as profissões deveriam solucionar problemas, coletando evidências, analisando provas, questionando fatos, depoimentos e discursos. Dessa forma, construindo uma cadeia de raciocínio em que cada peça desse quebra-cabeça fosse sendo gradativamente encaixada de forma correta para assim revelar o caso, ou no contexto do historiador,

fornecer novas formas de interpretar e compreender acontecimentos históricos.

A memória é um tipo de máquina do tempo por excelência, a única capaz de promover a comunicação entre gerações separadas no tempo e no espaço. Não se trata de uma conversa síncrona, mas um monólogo seminal no qual escutamos as vozes passadas para construir um futuro presente. Se não conseguimos visitar fisicamente o tempo passado, mais complexo seria antever o futuro. Essa abstração não foi permitida ao gênio humano. Os Deuses do Olimpo escolheram o titã “Prometeu”⁷⁴ para agraciá-lo com o dom de ver por antecipação.

O fato é que a memória e o tempo são como um rio que corre partindo de uma vertente em uma única direção. Por essa natureza, não nos é possível enxergar através do manto da história para antever as coisas no tempo futuro como pretendia a ficção de Monteiro Lobato.⁷⁵ Podemos, contudo, construir um futuro otimizado pelas vivências e apoiado na memória. Uma das funções nobres da ciência, antever através da lógica as implicações futuras de nossas ações presentes. Assim, investir em memória é estratégia inteligente para acessar futuros promissores e desenvolvimento social.

Enquanto a história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado, com prevalência documental, a memória, busca a “construção do passado, mas pautada em emoções e vivências, ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2002, p. 321). A memória que ora tratamos funda-se no relato e nos

registros deixados pelas pessoas sobre seu passado – pessoal e coletivo.

Júlio Pinto explica-nos que a memória “recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade, e opõe-se à história como campo de produção de conhecimento, espaço de problematização e de crítica” (PINTO, 2001, p. 297).

Assim, concordando com Ulpiano Meneses reificamos a ideia de que a memória de grupos e coletividades é um processo permanente de construção e reconstrução que se organiza, reorganiza, adquire estrutura e se refaz, num processo constante, de feição adaptativa.⁷⁶ Para FERREIRA (2004, p.98), memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto coletivo quanto individual, como fruto de um trabalho de construção constantemente negociada e representação de um fenômeno social. Gilberto Velho reforça, taxativo, essa visão: “não existe vida social sem memória, a própria possibilidade de interação depende de experiências e expectativas culturalmente compartilhadas” VELHO (2001, p.11). Para esse autor, não se trata de um único relato ou história, mas uma composição de discursos e representações das sociedades complexas, com versões que expressam a heterogeneidade dos atores. Por isso, é nessa relação entre a rede de significados e a dimensão da ação dos atores sociais que deve ser caracterizada a importância das memórias (VELHO, 2001, p.11).

Para o pensador coreano Byung Chul Han “A memória não é um mero órgão de mera recomposição, com o qual presentifica-se o que já passou. Na memória o passado se modifica constantemente. É um processo progressivo, vivo, narrativo” (HAN, 2012). Nesse mister, é imperativo que a memória seja permanentemente reavivada para

que sobreviva em suas diversas versões, para que o tempo social a legitime na forma de narrativa viva.

Há algo de quântico no mundo do conhecimento que faz com que ele se modifique a cada novo olhar, adquirindo significados renovados cada vez que o fitamos. A cada flerte uma nova função social se agrega, o fazendo rebrotar continuamente. Essa dinâmica metamórfica parece estar visceralmente ligada ao surgimento das novas formas de organização do conhecimento social mediadas pelas redes, e a consequente transformação dos serviços.

No senso comum a ideia de memória remete a significados presos no tempo pretérito. Tempo no qual adormecem os registros aposentados, diria até inválidos das realizações humanas. Antes disso, memória representa para a Ciência da Informação, o campo vigoroso, vigente e vivo em que se desdobram relevantes processos sociais de presença obrigatória nos debates da Sociedade da Informação.

Os humanos se distanciaram das demais espécies por portar inteligência racional, por falar linguagem complexa e por disseminar socialmente o conhecimento através de memória registrada. Só os humanos produziram uma noosfera na forma de memória. Entre os seres da criação, somos os únicos que produzem significado e armazenam conhecimento na forma de registro em benefício das gerações vindouras. A memória é a dimensão do conhecimento — mediada pela tecnologia — que conecta em monólogo os humanos hodiernos com os do passado e que, nesse processo, fala eloquentemente para os do futuro por meio dos nossos registros. Memória, para a Ciência da Informação, confunde-se com a ideia de registro, de recurso ativo que dá materialidade e significado a noção abstrata de informação. Com a emergência da Tecnologia da

Informação, nossa matéria prima tornou-se uma commodity que pode ser descrita, mensurada, modulada, tratada, transmitida, armazenada, comercializada na forma de bem e patrimônio contemporâneo.

Informação é a pedra angular, o grande campo no qual os fenômenos da inteligência são demarcados e estudados nas fronteiras de nossa ciência. A Memória é o campo temático, mas é também uma vasta província teórica onde os pesquisadores investigam a dimensão social da Informação. A Tecnologia acomoda o vetor contemporâneo de mudança, no qual se dão os processos disruptivos de inovação, o vínculo que impõem o ritmo de mudança e adaptação das sociedades às formas renovadas de ser humano. Da tensão entre tecnologia e memória, do imperativo da mudança e ainda da necessidade da preservação e do provimento do acesso, surge os objetos de interesse privilegiados da pesquisa que produzimos no Programa de Pós-graduação em Ciência de Informação da Universidade Federal de Pernambuco.

Reiteramos, a escolha da área de estudos em Memória e Tecnologias é, portanto, mais uma evolução imperativa dos meus afazeres históricos dentro do grupo de pesquisadores do DCI, do que propriamente uma escolha arbitrária de locus e de status. Essa escolha não deve ser confundida, entretanto, como um acomodamento à zona de conforto. As tensões havidas no formativo do grupo, de per si, testemunham as distensões internas que levaram a estabilização do campo. Tampouco a “aparente” estabilidade deve ser confundida com falta de dinâmica. O contrário é verificável na diversidade das temáticas abordadas, e no desenvolvimento e maturação acadêmica do grupo, fenômeno visível também pela

presença do Laboratório Liber, através de seus membros, nas discussões acadêmicas a nível nacional e internacional.

Formando gente que forma gente

A primeira oportunidade para formação de um grupo com estudantes me surgiu em 1997, com a instalação da comunidade cibertecária, narrada no início deste memorial, quando reunimos uma primeira leva de estudantes estagiários de iniciação científica. Nesse momento, reunimos os alunos Evaldo Rosa, Adriana Holanda, Jamile Barbosa, Fábio Mascarenhas, e Cléviton Silva, os mais interessados em tecnologia nas aulas de iniciação à informática. Apesar de não ter sido uma iniciativa deliberada de formação de recursos humanos, dos cinco bolsistas da formação inicial do Liber, dois fizeram mestrado e dois cumpriram o ciclo até o doutorado. Fábio Mascarenhas fez concurso e, em 2006, tornou-se um brilhante professor do Departamento de Ciência da Informação, e personagem respeitado nos círculos acadêmicos.

O processo de formação do grupo de pesquisa foi interrompido em 1998, com minha saída para o doutoramento. No retorno à vida acadêmica, em 2002, iniciamos um novo ciclo de busca ativa e recrutamento de estudantes vocacionados à pesquisa. Era um

momento atípico, não obstante a atividades de professores pesquisadores, não existia ainda no nosso departamento, stricto senso, uma tradição de investigação científica, integrada, colaborativa, multiusuária, em suma, sistêmica. Nós nos organizamos então, em um grupo de pesquisa que atuava como uma comunidade de prática.

A essa época, processava-se uma notável mudança na minha vida acadêmica, começava o tempo da colheita do que se havia semeado anos antes, passei a formar pessoas vocacionadas a formar outras pessoas. Nossos bolsistas partiram da iniciação científica, alguns chegaram ao mestrado, outros se doutoraram, e, muitos deles, escolheram o magistério e a pesquisa como ofício para a vida. Como humanos, temos limitações temporais importantes que nos impõem uma situação de reflexão sobre a continuidade. Precisamos atrair interesses, e novas vocações para manter ativa a rede magistério que sustenta o ensino, a pesquisa, e a extensão na universidade.

Em 2005, firmamos uma parceria financiada pelo Ministério da Cultura, entre a Fundaj/Cehibra e o Liber para digitalização de um conjunto temático de documentos sobre Joaquim Nabuco, para alimentar o Portal Domínio Público. No contexto dessa parceria, desenhamos o software livre Clio. Esse soft foi desenvolvido pelo promissor aluno de Ciência da Computação Marcos José de Menezes Cardoso Junior. A ferramenta produzida, com recursos públicos para uso público, era distribuída gratuitamente às instituições parceiras do laboratório. O experimento transformou-se na sua dissertação de Mestrado defendida em 2007. Hoje Cardoso é professor Adjunto, no Departamento de Computação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e dirige o Núcleo de Empreendedorismo e Inovação do

Instituto Ipê/UFRPE.

A parceria, financiada pelo Ministério da Cultura, firmada com o Cehibra, nos deu oportunidade de recrutar uma nova leva de talentos como a estudante de biblioteconomia Májory Caroline Miranda, que havia sido minha bolsista de Iniciação científica em 2002, na segunda leva do projeto Libvirtus. Depois de formada, em 2004, passou a gerência de projetos no laboratório e, no ano seguinte, foi aceita para o doutoramento integral na Universidade do Porto, com bolsa estrangeira da Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT) de Portugal. Em 2010, Majory retornou, fez concurso e tornou-se professora do quadro permanente em 2012. Hoje afirmo convicto e orgulhoso que ela é minha mestra em sua especialidade.

Anos depois, na esteira do programa de reestruturação e expansão das universidades, alunos que haviam principiado conosco na iniciação científica maturavam sua formação e começavam a retornar para concorrer com vantagens competitivas nos espaços abertos pelo Reuni. Foi muito gratificante ver estudantes tornando-se pessoas que formam outras pessoas, carregando, cada um, uma espécie de DNA intelectual que trás a marca da escola e se replica na forma de pesquisa e avanço científico.

Em 2012, Aureliana Lopes de Lacerda Tavares iniciou o curso de mestrado em Ciência da Informação sob minha orientação. Em 2014, defendeu a dissertação “Análise de Risco e Preservação Digital: uma abordagem sistêmica na Rede Memorial de Pernambuco”. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes; professora substituta no Departamento de Música da UFPE entre 2014 e 2016, e, desde 2017, é professora do quadro permanente do Departamento de Ciência da Informação da

Universidade Federal de Pernambuco. Aureliana está afastada desde 2019 para doutoramento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Aureliana foi gestora dos programas Afro-brasileiro e Povos originários do Minc, desempenhando função-chave em todo processo, e é pesquisadora sênior dos grupos de pesquisa Memória e Sociedade e Núcleo de Curadoria Digital.

Celly de Brito Lima foi nossa ex-aluna de Biblioteconomia graduada em 2006, foi bolsista de iniciação científica no Liber. Entre 2005 e 2006, dividiu com Vildeane Borba a gerência do projeto "Memórial da Cultura Popular por Liêdo Maranhão", projeto Aprovado na 3^a edição do Programa Petrobrás Cultural. Participou das comissões de avaliação dos editais do Ministério da Cultura e UFPE. Foi selecionada, em 2007, para cursar o mestrado em Ciência da Informação, na Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Em 2009, defendeu a dissertação Identidades afrodescendentes: acesso e democratização da informação na cibercultura. Em 2010, Celly fez concurso e foi contratada como professora do Departamento de Ciência da Informação da UFPE. Em 2012, foi afastada para doutorado em Ciência da Informação na Universidade de São Paulo, e defendeu, em 2016, a tese O bibliotecário como mediador cultural: concepções e desafios à sua formação.

Orientei ainda a bibliotecária potiguar Jacqueline de Araújo Cunha, que passou a estudar o problema da preservação na BDTD. Também em 2009, Jacqueline defendeu no PPGCI da UFPE, a dissertação “Biblioteca Digital de Teses e Dissertações: uma estratégia de preservação da memória científica”. Jacqueline se doutorou pelo Ibicit, fez concurso e hoje é docente do quadro efetivo do

Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No projeto com o Cehibra, selecionamos a estudante de biblioteconomia Vildeane da Rocha Borba, para acompanhar o programa do Banco de Teses. Pesquisadora dedicada e focada na segurança e preservação de dados científicos, Vildeane Borba havia demonstrado as qualidades esperadas em um bom pesquisador: ativa, questionadora e autônoma. Graduada em 2006, foi uma das primeiras selecionadas para o curso de pós-graduação na Paraíba. Sob minha orientação, defendeu, em 2009, a dissertação *Modelo orientador para construção de estratégias de Preservação digital: Estudo de Caso do Banco de Teses e Dissertações da UFPE*.

O trabalho de Vildeane alertava para a ameaça que pairava sobre esse acervo digital e propunha um modelo curatorial para o Banco de Teses da UFPE. Apesar de não ter sido implementado, o modelo desenvolvido por Vildeane, por um longo período, foi um dos mais citados na literatura especializada. Em 2012, tornou-se professora do Departamento de Ciência da Informação. Em 2015, Vildeane iniciou seu doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, com a tese: *Práticas e percepções da comunidade da Ciência da Informação brasileira sobre plataformas de mídias sociais na comunicação científica: um diálogo com a altmetria*, defendida em 2019.

Outro avanço, desdobramento derivado do Banco de Teses, foi a pesquisa em Preservação Digital, realizada no âmbito do laboratório, e que se focalizou no problema da conservação de registros em meio digital e em processos que garantam a sua

preservação para gerações vindouras. Esse tema foi objeto de uma pesquisa ampla, dirigida por mim, o projeto “Preservação da Memória Digital: um panorama brasileiro”, debatido, aprovado e registrado em setembro de 2009, pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE. O Projeto tinha como objetivos identificar um conjunto de problemas de preservação digital, bem como apontar soluções válidas para ação de Preservação Digital local e discutir o tema preservação da memória digital sob a ótica da Ciência da informação, tendo como premissa o acesso a longo prazo dos registros em meio digital, identificando projetos e instituições brasileiras envolvidas, no âmbito da preservação da memória digital dos diversos registros do conhecimento, no período de 1997 a 2007.

Do núcleo central do projeto Preservação da memória digital: um panorama brasileiro desenvolvido no Grupo de Pesquisa Memória e Sociedade, derivaram dois projetos de pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação, realizados na Universidade Federal da Paraíba, a saber: de Vildeane da Rocha Borba anteriormente citado e a investigação de Henrique Elias Cabral Franca, que defendeu, em 2010, no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB, a dissertação “O lapso da memória: Um estudo sobre a preservação digital e acesso a hemeroteca do jornal O Norte”. Henrique é professor do quadro efetivo do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), atualmente afastado para doutorado na Europa.

Por fim: uma reflexão sobre o papel do professor

“O homem semeia um pensamento e colhe uma ação. Semeia um ato e colhe um hábito. Semeia um hábito e colhe um caráter. Semeia um caráter e colhe um destino”, diz o pensador Swami Sivananda. Não basta a universidade para formar o acadêmico. Entendo, como Ariano Suassuna, que a profissão não é somente um ofício, mas um estado de espírito que se alcança com esforço e determinação. Requer empatia com a arte. Logo, refiro-me a esse estado de espírito genérico que toca as profissões, os ofícios, e as pessoas. Sem humanismo, seremos como o bibliotecário descrito na lírica de Arthur Rimbaud. De tão passivos, parecem fazer parte das cadeiras em que sentam e passam a vida a murmurar, sem amor verdadeiro ao ofício.⁷⁷

Como antever o futuro para fazer melhores escolhas sem um porviroscópio da imaginação de Monteiro Lobato? Como reconhecer uma promessa? Pois bem, entre outras tantas tarefas invisibilizadas, enxergar “futuros possíveis” é trabalho de professor. Este inteligenciamento de massa, não deve ser confundido com separação

de bons dos maus alunos, antes disso, trata do reconhecimento de potencialidades que reposam liquefeitas no grande oceano da diversidade. Invariavelmente, todos os estudantes que nos chegam trazem consigo algum tipo de potencialidade intelectual que os define, e que, ao final da jornada acadêmica, se materializam na forma de vocações. Enquanto uns são naturalmente tendentes à inteligência profissional, outros pendem para o mercado. Poucos são talhados pela natureza para a pesquisa científica, outro grupo, esse ainda mais raro, são multivocacionados, e conseguem, ao modo de céulas-tronco, se transformar mimeticamente enquanto se adaptam com eficiência e produtividade a múltiplas ambiências. A capacidade de uma determinada sociedade para se adaptar a contextos de mudança depende da diversidade de pensamento. Indivíduos com pensamento flexível e inovador são portadores naturais das características necessárias para sobreviver em ambientes hostis e se reproduzirem sob regras sociais novas.

Apenas uma pequena parte dos estudantes secundaristas alcançam as bancas das universidades, e somente uma fração desses se candidatam ao estudo da pós-graduação. O professor é o agente do sistema social que primeiro percebe vocações. É o professor, na função pesquisador, principalmente, que garimpa, observa e reconhece o valor escondido sob o córtex opaco que encobre as gemas em seu estado bruto. Enxergar e antever seu brilho antes de tê-las polido é a arte do gemologista como bem descreveu Confúcio “Estudar é polir a pedra preciosa; cultivando o espírito, purificamo-lo.” Em minha opinião, não se pode ser um bom professor sem essa habilidade, porque, perceber entre os diferentes é pré-requisito para

o reconhecimento e para o aproveitamento complexo de potencialidades diversas.

Stricto Senso, este não é um trabalho criativo. Entendo que, em alguma medida, o professor é também um coach, aqui visto como o facilitador que atua mediando tendências, despertando habilidades, instrumentalizando técnicas que, por sua vez, permitem que seus estudantes desenvolvam o autoconhecimento necessário que faz o esclarecimento avançar sobre o terreno árduo das limitações até alcançar progresso profissional.

Cus d'Amato treinador do boxista Mike Tyson repetia: “Não sou criador, o que faço é descobrir e revelar, ... é pegar a faísca e transformá-la em chama”.⁷⁸ Não nutro a ilusão de que o trabalho solitário do professor seja capaz de mudar o destino dos espíritos, mas, quando professores reunidos no modo escola, desempenham um esforço comum dirigido a formar e desenvolver as potencialidades dos indivíduos nos aspectos cultural, social e cognitivo, uma mágica criativa acontece. Não me refiro aqui à escola massificadora que herdamos dos ideais liberais da Revolução Francesa, mas, a escola que se aproxima do princípio grego do scholé, que enxerga a universidade como espaço de inovação, mas também como o lugar de compartilhar conhecimentos com prazer, a casa da poiesis, o locus de inspiração, auxiliar da tarefa de co-criar a partir da imaginação e dos sentimentos.

O magistério, muitas vezes, dá causa à miragem de que nos é possível mudar o destino das coisas, a ilusão de que temos o dom de tocar espíritos, de fazê-los desabrochar, de propelir inteligências de forma que elas alcancem autonomia, criticidade enquanto tornam-se universais. Ledo engano! A boa escola transforma por seu reflexo.

Paulo Freire disse certa feita: “A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas, e, pessoas, mudam o mundo.”⁷⁹

Embora concorde que a força transformadora reside no interior de cada um, é necessário também lembrar que a condição de coach não converte o professor numa forma de mago Star Wars capaz de, com um toque na fronte do aprendiz, abrir sua mente e o transformar em um mestre Jedi.

Não existem ilhas no mundo dos humanos, o magistério sempre será uma troca. Nesse sentido, descrevo a mim mesmo como um estudante disfarçado de professor que aprende com seus alunos. Como as abelhas, somos nativamente endêmicos, vivemos uns dos outros nos deliciando com a seiva que é produzida por nossas aldeias.

Se é certo, então, que não somos criadores, o que nos resta de nobre nessa tarefa? Não somos autores da criação, mas somos agentes na magnífica teia da inovação. A maturidade da licenciatura promove nosso encontro com a realidade que nos faz entender que nenhum de nós tem em si o condão de mudar o mundo. Todavia, se essa realidade na sua crueza nos mostra a pequenez que nos é reservada, por outra via, o encontro com esta scientia revela a velhos professores o suficiente para serem universais em um único enunciado. Assim, reconhecendo o nosso “ser nada” é que encontramos “tudo”, inclusive nosso pequeno lugar no universo. Nosso papel adjuvante na evolução do mundo, junto a mentes criativas e disruptivas.

Assim, certamente, na esperança de ajudar a criar ambiência para o pensamento crítico e autônomo desabrochar, antes de semear verdades, devemos cultivar a dúvida, a única mestra possível para o

conhecimento encoberto. "Se ensinares, ensina ao mesmo tempo a duvidar daquilo que estás a ensinar". (Ortega y Gasset, 1930]

Sobre o magistério, concluo, não somos melhores, mas somos especiais, oportunos e necessários. No final de uma jornada em que se coloca à prova a condição de "titular", um texto memorial não deve ser confundido com a representação narrativa de uma vida como professor. O resultado privilegiado de uma vida em magistério é o mestre, é a própria pessoa, o ser humano transformado pela exposição intensificada a formas especializadas de saber. Professores não são melhores porque são mestres, mas porque disponibilizaram voluntariamente sua capacidade a serviço do desenvolvimento da sociedade. Isso posto, chegamos a epifania que nos aponta o trabalho mais valioso do professor, que é se transformar, enquanto forma pessoas que formam outras pessoas. Essa é uma das mais nobres funções que o magistério pode oferecer à sociedade.

Alegra-me recordar do velho adágio repetido com alegria pelos cativos dos romanos: "O escravo de muito senhores é homem livre" expressão que, adaptada ao mundo ocidental, é utilizada como exemplo da pseudodemocracia, serve a nossa profissão para ressaltar a ideia de que a vida social não reconhece proprietários, que a educação não pode ser conduzida para um propósito ou destinatário específico. Antes disso, deve servir ao seu próprio tempo e aos interesses da comunidade a que serve, pois, como nos ensinou Ortega y Gasset em A Rebelião das Massas "O mundo é o repertório das nossas possibilidades vitais. Não é, pois, algo à parte e alheio à nossa vida, mas é a sua autêntica periferia."

Agora, ao final dessa narrativa, olhando minha vida acadêmica por sobre o ombro, em retrospectiva, numa versão sintetizada nunca

antes relatada por mim, a mim mesmo, tenho a nítida impressão de que como toda pessoa, fui e sou conduzido pelo espírito do meu tempo, com a alegre consciência de que ele sopra onde quer!

Referências

ANDRADE LIMA, Maria Letícia de. 30 anos de biblioteconomia em Pernambuco. In: Cadernos de Biblioteconomia. Recife, (3): 1-12, novembro e 1980. Disponível em <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/78683>. Consultado em 13 janeiro 2021.

ANDRADE SILVA. Humberto Rafael de. Patrimônio cultural e representações do Recife a partir dos acervos da Fundação Joaquim Nabuco: o olhar de Benício sobre o Recife. XXVII Simpósio da AMPHU.2013.

BAUMAN, Z. (2005). Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BECK. Ingrid. A restauração do Vingboons Atlas. In: XII Congresso da ABRACOR, 2006, Fortaleza. A restauração do Vingboons Atlas. Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. v. 1.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO J. (Org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-192.

BUSH, Vannevar (July 1945). "As We May Think". The Atlantic Monthly. 176 (1): 101–108.

<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>

CANTARELLI, Rodrigo. Fatos e ideias que levaram à criação da inspetoria estadual de monumentos nacionais em Pernambuco no ano de 1928. Ciência & Trópico, Recife, v.34, n. 1, p.117-134, 2010.

CANTARELLI. Rodrigo. Contra a Conspiração da Ignorância com a Maldade. Recife. Massangana. 2001.

CÂMARA CASCUDO. Verbete malungo in: Dicionário do Folclore Brasileiro. [S.I.]: Ediouro. p. 540-541.

CASTRO, Josué, A Função Social das Universidades. In: Diário de Pernambuco — Domingo, 20 de junho de 1948

DALAI LAMA. Compaixão, o coração da iluminação: reflexões sobre a posição da compaixão no final do século XX. Palestra pública de Sua Santidade o Dalai Lama. Santa Cruz, Califórnia, 7 de outubro de 1989. In: Dzogchen - A essência do coração da grande perfeição. Rio de Janeiro, Global, 2006. Pp203-215.

DANTAS, Ney de Brito. Memorial Acadêmico: uma jornada cognitiva de ensino aprendizagem. Memorial Acadêmico para promoção para a classe de Professor Titular. Recife, UFPE. 2021.

DELEUZE E GUATARY, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia) Vol. 1. Editora 34, 1^a Ed. (1995). Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa.

DEMPSEY, Lorcan. "Scientific, Industrial, and Cultural Heritage: a shared approach: a research framework for digital libraries, museums and archives" Ariadne Issue22. 12 January 2000
Publication: Originating URL:
<http://www.ariadne.ac.uk/issue22/dempsey/>

DESCARTES, R. (2017) Carta de Descartes à Rainha Cristina da Suécia. Modernos & Contemporâneos - International Journal of Philosophy [issn 2595-1211], 1(2). Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos/article/view/3351>

Freire. Paulo. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. In: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife, Universitária, número 4, abril-junho de 1963.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. 1º CONGRESSO Regionalista do Nordeste. In: Diario de Pernambuco, Recife, 11 fev. 1926.

FREYRE, Gilberto. Crônicas. Diario de Pernambuco. 14 de outubro de 1923.

FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75. vide
<http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>, capturado em 10/03/2020.

GALINDO, Marcos; NEVES, André M; CUNHA FILHO, Paulo C. Onde as Ruas não tem nomes: um olhar sobre o ciberespaço. Recife: Universitária, 1997. v. 1. 93 p.

GALINDO, Marcos. Guia de Fontes para História do Brasil Holandês. Recife: Massangana/MINC, 2001. v. 1.

GALINDO, Marcos; MENESSES, José Luiz Mota. Desenhos da terra: Atlas Vingboons. Exposição realizada de 28 de março a 11 de maio de 2003. Textos em português e inglês. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2003. v. 1. 63 p.

GALINDO, Exposição Nassau os espelhos de Nassau "To commemorate the four-hundredth anniversary of the birth of Johann Moritz von Nassau ... the ABN AMRO Real Bank has commissioned the I, Johann Moritz -- the mirrors of Nassau exhibition," p. [100]. Catalogue of an exhibition held at Banco Real Institute, São Paulo, July 8 through August 29, 2004.

GALINDO, Marcos; MENESSES, José Luiz Mota; MONTES, Maria Lúcia. Eu Maurício: Os espelhos de Nassau. São Paulo: Instituto Cultural Bandepe, 2004. v. 1. 130 p.

GALINDO, Marcos. "Tragédia da Memória". Massangana, Recife, Massangana, nº 1, p. 57-62, 2005.

GALINDO, Marcos. 2005. Viver e morrer no Brasil holandês. Ernst van Den Boogaart; Benjamin Nicolas Teensma; Frans Leonard. Schalkwijk. Marcos Galindo (Org.) Recife, Massangana. 2005.

GALINDO, Marcos (Org.); GALINDO, P. B. (Org.); BLOKLAND, A. (Org.). Monumenta Higinia, Volume 1 Dagelijkse Notulen 1635-1636. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2005. v. 1. 263 p.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: Inovação cultural, patrimônio e educação / Angel Espina Barrio, Antonio Motta, Mário Hélio Gomes, organizadores. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. p.251-264.

GALINDO, Marcos. Sistemas memoriais e redes de memória in: II Seminário Serviços de Informação em Museus: o trabalho da informação em instituições culturais: em busca de conceitos, métodos e políticas de preservação (2012) / organização: Gabriel Moore Forell Bevilacqua; textos David Bearman... [et al.]. – São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

GICO, Vânia Vasconcelos. Contexto social, estrutura universitária e biblioteca; o caso da UFPE. Recife, 1990. 205 p. (Dissertação de Mestrado. UFPE - Centro de Filosofia e Ciências Sociais)

GINZBURG, Carlo. 1999. Sinais. Raízes de um Paradigma Indiciário. In: Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 143-179. (Tradução de: "Spie: radici di un paradigma indiziario". In: GARGANI, AldoGiorgio (org.). 1979. Crisi della ragione. Torino: Einaudi, p. 57-106)

HAN, Byung Chul. Agonia do Eros. Petrópolis: Vozes, 2017.

HALL, S. (2006). A identidade cultural na pós-modernidade (11^a. ed. Edição). São Paulo: DP&A.

HARNAD, S. Post-Gutenberg Galaxy: The Fourth Revolution in the Means of Production of Knowledge, Public-Access Computer Systems Review 2 (1): p. 39-53. 1991. Disponível em:

<http://cogprints.org/1580/1/harnad91.postgutenberg.html>. Acesso em: 05 maio de 2021.

MALHANO, Clara Emilia. Da materialização à Legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. 1920-1945. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MARTINS Myriam Gusmão de. Curso de Biblioteconomia da Universidade do Recife. In: Interpretação de Edson Nery da Fonseca/ Textos reunidos por Antônio Motta e Gilda Maria Whitaker Verri. - Recife: Bagaço, 2001. 444 p.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. (1959) A Universidade do Recife e a Pesquisa Histórica. Recife: Imprensa Universitária.

MOURA, A. M. Saraiva de, SCHMIDT, Susana. Aspectos gerenciais de um sistema de bibliotecas universitárias R. Bibliotecon. Brasília, v. 18, n. 35-40, jan./ jun. 1990.

ORTEGA Y GASSET. A Missão do Bibliotecário. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

POLLACK, Michel, Memória e Identidade Social. In: Rev. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>

RODRIGUES, Eloy - Bibliotecas virtuais e cibertecários. In Seminário - As universidades e os novos serviços de informação electrónica em rede, Braga: [s.n.], 1995.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial (livro eletrônico) / Klaus Schwab; tradução Daniel Moreira Miranda. – São Paulo: Edipro, 2019.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Memorial acadêmico para Professor Titular. Educ. rev. [online]. 2017, n.63 [cited 2021-05-17], pp.291-312. Available from:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

40602017000100291&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1984-0411.
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.49878>.

ZUIN, João Carlos Soares. 2007. A crise da modernidade no início do Século XX In Estudos de Sociologia.
<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/412/1210>.

NOTAS

¹ LET IT BE. Neta Mello. Janeiro 2005. Blog da Neta.

<<http://blogdaneta.blogspot.com.br/2007/02/let-it-be.html>>

² Deusa romana das ciências e das artes retratada pela coruja de Minerva, que simbolizava a sabedoria e o conhecimento, equiparada à deusa grega Atena.

³ A expressão Efeito Borboleta é utilizada na Teoria do Caos em alusão a uma das características mais marcantes dos sistemas caóticos: a sensibilidade nas condições iniciais. fenômeno foi detectado e descrito pela primeira vez pelo meteorologista estadunidense Edward Lorenz quando trabalhava em um sistema de equações diferenciais com o objetivo de modelar a evolução do tempo (clima).

⁴ Jonas Edward Salk - médico virologista americano, conhecido por sua descoberta e desenvolvimento da primeira vacina seguro e eficaz da poliomielite. Citado em Learning from the Future: Competitive Foresight Scenarios (1998) por Liam Fahey e Robert M. Randall, p. 332

⁵ MOURA. Mariluce. Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil. Artigo de Mariluce Moura, publicado originalmente em 11 de abril no Ciência na Rua <https://www.unifesp.br/noticias-anteriores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>.

⁶ USP. Critérios de Distribuição de Cargos de Professor Titular entre Departamentos do ICMC.

<https://web.icmc.usp.br/ATAC/concursos/criterioscdct.pdf>

⁷ Peter Drucker, “Também é um princípio geral válido para organizações de todos os tipos que qualquer membro da organização deve se submeter a apenas um ‘senhor’. É sábio o velho provérbio da lei romana segundo o qual um escravo que tem três senhores é um homem livre. É um princípio muito antigo das relações humanas que ninguém deve ser sujeito a um conflito de lealdades e ter mais de um senhor gera exatamente esse tipo de conflito.” Peter F. Drucker

⁸ <http://portal.sbpccnet.org.br/noticias/sergio-mascarenhas-parte-da-historia-da-ciencia-do-brasil/>

⁹ Sobre este tema ver: CASTRO, César Augusto. História da Biblioteconomia Brasileira. Brasília: Thesaurus Editora, 2000. 287 p. Ver também CASTRO e RIBEIRO, 2004. “Deste modo, são exigidos novos perfis ao profissional, aqueles que dessem conta de controlar a produção bibliográfica nacional, em especial, a técnico-científica. Daí, os bibliotecários passarem a adaptar a insínquia ‘Servos dos Servos da Ciência’. Os bibliotecários entendiam a expressão como algo positivo, na medida em que se consideravam como auxiliares dos cientistas, a quem estes recorriam quando necessitavam de informação para o desenvolvimento de seus estudos e pesquisas. Enfim, o ato de servir à ciência era um sinal de modernidade bibliotecária, ou seja, uma atividade que requeria especialização em um dado campo. Desse modo, essa expressão marcava a diferença entre o bibliotecário generalista do qualificado, especializado. Mas o que significa servo? Sujeito, vassalo, dependente, subalterno, inferior, pessoa a serviço de alguém, o que podemos concluir?” Ribeiro, Maria Solange Pereira. As contradições da Sociedade da Informação e a Formação do Bibliotecário. In: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 1, n. 2, p. 41-52, jan./jun. 2004. p. 44.

¹⁰ TAUNAY, Affonso de E. Esboço biográfico de Jorge Marcgrave. In: Marcgrave, Jorge. História Natural do Brasil. São Paulo, Museu Paulista / Imprensa Oficial do Estado, 1942.

¹¹ “Ainda estudando para o vestibular no colégio São Bento de Olinda em 1980, conheci Marcos Galindo Lima que hoje também é professor na Ufpe no departamento de ciência da informação. Juntos fizemos uma viagem de trem através dos túneis da Serra das Russas para as terras de Alagoinhas e Venturosa no interior do estado de Pernambuco. Fomos registrar sítios arqueológicos que eram conhecidos de Marcos.” (DANTAS, 2021:9)

¹² CAVALCANTI, Alice Aguiar / A tradição agreste em Pernambuco: Um estudo de 20 sítios de arte rupestre. Recife, SAB, Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1987. 223 pg. www.unicamp.br/aba/teses/tdaba_p239.html

¹³ Portaria 1695 de 6 de julho de 1993 da Subsecretaria de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, processo n. 23076.009912/29-81

¹⁴ Concurso público homologado em 28.12.1995 (DOU no. 37 de 23 de fevereiro de 1996). Ver Portaria 240 de 15 de fevereiro de 1996,

¹⁵ A expressão neoludita é utilizada também para caracterizar pessoas que têm fobia a tecnologia. O neoludismo é uma corrente de pensamento que se opõe ao desenvolvimento tecnológico e científico da sociedade moderna. É um termo geralmente associado ao legado dos luditas, que nas primeiras décadas do século XIX lutaram contra o avanço da indústria tecelagem sobre as manufaturas domésticas britânicas. Os neoludistas contemporâneos preocupam-se com o impacto da tecnologia sobre a liberdade os indivíduos, sobre suas comunidades e o sobre meio ambiente. Pregoam a precaução para com as novas formas de tecnologia, exigindo que elas sejam testadas e seguras de malefícios antes de serem adotadas socialmente.

¹⁶ Zeitgeist (espírito do tempo); é um termo alemão cuja tradução significa espírito da época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. O Zeitgeist significa, em suma, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

¹⁷ Por entre o Beberibe e o Oceano. Como descrito por Gregório de Mattos no final do século XVII: Em uma areia sáfia, e lagadiça / Jaz o Recife povoação mestiça, /Que o Belga edificou ímpio tirano.

¹⁸ Comunicação apresentada no Seminário - as universidades e os novos serviços de informação electrônica em rede, realizado na cidade de Braga. Rodrigues, Eloy - Bibliotecas virtuais e cibertecários. In Seminário - as universidades e os novos serviços de informação electrónica em rede, Braga: [s.n.], 1995. Publicado em RODRIGUES, Eloy. Bibliotecas virtuais e cibertecários: o futuro já começou. Cadernos BAD. Lisboa: APBAD, 3 (1995) 23-34.

¹⁹ Assim eram então nomeados os serviços de disseminação do conhecimento webbased que haviam evoluído do uso intensivo e sistemático de bancos de dados nos serviços eletrônicos de bibliotecas.

²⁰ Trecho de Ata da 74ª Reunião do Pleno do Departamento de Ciência da Informação, realizada aos 04 de abril de 1997. “05) Virtus - Laboratório de Informação. O Prof. Marcos Galindo, com a palavra, falou sobre o projeto, o qual conta com a participação inicial dos professores André Neves (Teoria da A trama e a urdidura: diários de um tecelão

Arte) e Paulo Cunha (Comunicação Social). É um projeto institucional que recebeu apoio da Diretoria do CAC e da Reitoria.”

²¹ Trecho de Ata da 75ª Reunião do Pleno do Departamento de Ciência da Informação, realizada aos 29 de abril de 1997. “02) Projeto de Pesquisa “Lib Virtus - Biblioteca Digital” do Prof. Marcos Galindo Lima. A Sr.^a Presidente passou a palavra para a Prof.^a Maria Cristina G. Oliveira, relatora do projeto, que, após ler seu parecer favorável, colocou o assunto para consideração do Pleno. O Pleno, depois da análise, aprovou o parecer por unanimidade.”

²² Foi formalizado como projeto de pesquisa pelo pleno do Departamento de Ciência da Informação em abril de 1997. Em 2006 institucionalizou-se, passando a se denominar Líber — Laboratório de Tecnologia do Conhecimento. O regimento interno foi aprovado na 138a Reunião do Pleno do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, realizada em 11 de agosto de 2006.

²⁴ Para Francisco das Chagas de Souza, a criação de eventos técnicos, especialmente o I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, realizado em Recife, em 1954, atual Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBB), foi criado para afirmar um grupo profissional e garantir o status de uma profissão universitária. A profissão foi enquadrada como profissão liberal através da Portaria n. 162, de 07 de outubro de 1958, do Ministério do Trabalho. Durante a década de 1950, “o conservadorismo e a falta de criatividade eram manifestos no currículo [...]. Em nenhum momento se cogitava no estudo do público, do utilizador e leitor que freqüentava ou freqüentaria a biblioteca” (SOUZA, 2009, p. 69). SOUZA, F. das C. de. O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

²⁵ Mudança de nome aprovada em 11 de março de 1998 pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. Boletim Oficial da UFPE. Recife. 33 (07 Especial): 01-10, 8 de abril de 1998.

²⁶ PINTO, Rômulo César. Sociabilidade e hiperdocumento em comunidades virtuais de estudo. Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE, do Prof. Dr. Paulo Carneiro da Cunha Filho orientador. Recife, novembro de 2001. Disponível em

<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20030714162718.pdf> Acesso em: 3 jan. 2021.

²⁷ Ver também CUNHA, Paulo, GALINDO, Marcos, NEVES, André. “Onde as Ruas não têm nomes: um olhar sobre o ciberespaço”, Recife. Ed Universitária. 1997.

²⁸ Sobre esta célebre disputa consultar: Franco Sampaio, Maria da Penha. O Sistema de Bibliotecas da UFPE: Do Plano a Realidade Elementos para Início de Discussão. Trabalho acadêmico apresentado nas disciplinas Planejamento e Gerência de Sistemas de Informação - 92.1, ministradas pela professora Joana Coeli Ribeiro Garcia no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, abril de 1993.

²⁹ Moutinho K., Cunha P. C. F., & Lima A. M. de. (2002). Liber: alternativa para publicação eletrônica. Ciência da Informação, 31(2). Recuperado de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/963>

³⁰ Código serra talhada ou Livro de Vínculo do Morgado da Casa da Torre, Volume manuscrito que contém a relação das fazendas vinculadas, valor pago pelos rendeiros, limites fundiários e logradouros. 1778-79. Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Origem: Cartório de Serra Talhada.

³¹ Garmant Nico Visser, nasceu na Frízia em 20 de agosto de 1910. Foi um sociólogo e linguista, formado pela Universidade de Amsterdã em 1935. Durante muitos anos, atuou como pesquisador associado ao Instituto dos Trópicos de Amsterdã. Em 1963, tornou-se pesquisador do Instituto da Baixa Saxônia da Universidade de Groningen e concentrou seus estudos no campo linguístico e na literatura holandesa oriental dos séculos XVII e XVIII. Visser era versado em várias línguas estrangeiras, incluindo espanhol e português. Além de *O Tempo dos Flamengos* de José Antônio G. Mello Neto, Visser traduziu para o português *Pindorama/Pêro Vaz de Caminha* do século XV, (1956). Em colaboração com Klaas Dijkstra e traduzido para o inglês o poema *O navio negreiro* de Antonio de Castro Alves (1962). Visser faleceu em Bussum, Holanda do Norte, em 5 de setembro de 2001.

³² Para introdução desse livro, escrevi o texto Memória Partilhada; O Ben Teensma contribuiu com uma “Descrição da costa do Brasil na região de Pernambuco ou Roteiro para os comandantes neerlandeses da expedição A trama e a urdidura: diários de um tecelão

da conquista de Pernambuco, em 1630, segundo os manuscritos haienses de 1629. O Tennsma e o Lodewijk Hulsman trabalharam no texto “Descrição da conquista de Pernambuco de H. C. Lonk, que havia sido publicado por Hessel Gerritsz em 1630. O Ernst van den Boogaart produziu o belo ensaio “Morrer e viver em Fernando de Noronha” 1630 – 1654. Bem Teensma ainda contribuiu com o texto “Os Filhos do Doutor Zacuto: Identificação de Isaac Russom”, e finalmente José Luiz Mota Menezes, fechando a obra contribuiu com o texto “Olinda e o Recife antes de 1630”.

³³ BORBA, Vildeane. Modelo orientador para construção de estratégias de preservação digital: estudo de caso do Banco de Teses e Dissertações da UFPE. 2009. 134 f

³⁴ Ofício IBICIT 102/2009 de 22 de abril de 2009.

³⁵ Portaria MCT Nº 926, publicada no Diário Oficial da União, Nº 213, segunda-feira, 8 de novembro de 2010, seção 2 página 6.

³⁶ <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/36341>

³⁷ 138^a Reunião do Pleno do Departamento de Ciência da Informação, realizada em 11 de agosto de 2006. Segundo o Regimento Interno do Laboratório de Pesquisa em Tecnologia do Conhecimento sua finalidade e atribuições são: desenvolver soluções em sistemas de informação, bibliotecas virtuais, arquivos e hipermídia, na perspectiva de inclusão social, além de promover estudos e pesquisas de caráter transdisciplinar no campo da produção, e do uso da hipermídia.

³⁸ Galindo, M. (2010). Tecnologia & memória. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, (50), 179-190. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i50p179-190>. Acesso em: 21 janeiro 2021.

³⁹ Galindo, Marcos e Hulsman, Lodewijk. Guia de Fontes para História do Brasil Holandês. Minc/Massangana, 2000.

⁴⁰ Desafortunadamente este instrumento publicado no mesmo ano pela Editora Massangana veio a público sem que constasse na capa e ficha técnica o registro preciso da pesquisa e autoria do texto.

⁴¹ Fundo Documental do Brasil Holandês. In Galindo Marcos. Tecnologia & Memória. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 50, p. 179-190, 2010.

⁴² MELLO, José Antonio Gonsalves de. (1959) A Universidade do Recife e a Pesquisa Histórica, Recife, Imprensa Universitária.

⁴³ Relatório de pesquisas de José Hygino Duarte Pereira 1885/1886. Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano. N° 30 Sessão especial de 9 de maio de 1886. p26. “(...) não sei que acerca de algum outro período da historia colonial deste país exista uma coleção de noticias autenticas tão extensa e tão completa quanto os Notulos. (...) Todos os pormenores relativos ao governo político, civil ou militar, tudo o que concerne às relações entre os Holandeses e os Portugueses, entre os calvinistas, os católicos e os judeus, todos os dados sobre a situação econômica e financeira da colônia aí se acham mencionados. (...) A vista desta coleção é permitido dizer que cessou todo o mistério sobre a organização administrativa e a administração do Brasil Holandês”

⁴⁴ Pereira, José Hyginio Duarte. (1886) “Relatório apresentado em sessão de 9 de maio de 1886”; in: Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, n. 30, Recife, 1886. p. 7-110. Recentemente reeditado ver: Galindo, Marcos. (2001) Guia de Fontes para História do Brasil Holandês. Recife/Rio de Janeiro: Ed. Massangana/Ministério da Cultura/Projeto Resgate.

⁴⁵ Hageman, Robert Jan. Arquivo Nacional, HAIA, PAÍSES BAIXOS. CARTAS E PAPÉIS VINDOS DO BRASIL E DE CURAÇAO. In Marianne Wiesebron Ed. O Brasil em arquivos neerlandeses. (Brazilië in de Nederlandse Archiven) 1624-1654. pp 59-555. Leiden, CNWS, 2005.

⁴⁶ Ver lista de provedores OAI em <https://www.openarchives.org/service/listproviders.html>

⁴⁷ A extensão Clio-i interoperabilidade permitiu a integração entre diferentes bases. Reunia o Clio-i data provider e o Clio-i service provider. Utilizando o open archives, através de uma extensão protocolo OAI-PMH e foi registrado oficialmente no OAI como provedor de dados e serviços. Ver lista de provedores <https://www.openarchives.org/Register/BrowseSites>

⁴⁸ GALINDO, Marcos; CARDOSO, M. J.; PRUDENCIO, R. B. P.; BARROS, F. A. Gerenciamento e interoperabilidade entre bibliotecas digitais. In: Diego A. Salcedo; Maria Cristina Guimarães Oliveira; Maria Mercedes Dias Ferreira Otero. (Org.). Construção, práticas e identidade da Ciência da Informação. Recife: NECTAR, 2009, p. 79-101.

A trama e a urdidura: diários de um tecelão

⁴⁹ Sistema Memorial aqui, refere-se ao meio ambiente onde se desdobram as diversas dimensões da memória, aquele conjunto de fatores condições, leis, organizações, políticas públicas, influências e interações de ordem institucional, que cerca as instituições de memória, influenciando-os e sendo influenciado por elas. Pode ser entendido também como o conjunto de condições e circunstâncias que permitem o abrigo, a preservação e o acesso aos bens do patrimônio memorial em todas as suas formas - os ecossistemas que existem nenhuma determinada região.

⁵⁰ Galindo, Marcos. A redescoberta do trabalho coletivo. in: Azevedo Netto, Carlos Xavier de, (Org). Informação, patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares. UFPB. No Prelo. Partes deste texto foram extraídas de apresentações em dois Eventos, a saber: VIII Encontro Internacional de Informação, Conhecimento e Ação: novos paradigmas no estudo do conhecimento e da ação UNESP Campus de Marília - São Paulo – Brasil, dezembro de 2013 e Seminário Informação, Patrimônio e Memória: Diálogos interdisciplinares, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), realizado na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, abril de 2014.

⁵¹ O Memorial Denis Bernardes, atualmente abriga 11 (onze) fundos documentais que ainda estão sendo inventariados, uma descrição amiudada dos fundos documentais pode ser conferida no endereço: https://www3.ufpe.br/sib/index.php?option=com_content&view=article&id=516&Itemid=272

⁵² O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, na 29^a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1977, diz: “Em consequência, a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (Ribeiro, 1986, p. 20). Bodart diz: “Olhando desatentamente, podemos achar que os governos brasileiros vieram cometendo erros grossos em matéria de Educação Superior. Na verdade, foram acertos que não tiveram como objetivo ampliar a qualidade do ensino superior brasileiro, mas dar sustentação a projetos de poder. Isso não era mera casualidade ou intempestividade de crises econômicas ou estruturais, que vez por outra acometem os países, era algo estrategicamente calculado”. Ver em: BODART, Cristiano das Neves. A crise da Educação no Brasil não é crise, é projeto; já dizia Darcy. Café com Sociologia, 11 dez. 2017. Disponível em:

<<https://cafecomociologia.com/crise-da-educacao-no-brasil-nao-e-crise-e-projeto-ja-dizia-darcy/>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

⁵³ Uma reflexão amadurecida desta prática pode ser vista na tese doutoral de Dimas Brasileiro. VERAS, Dimas Brasileiro. Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975) / Dimas Brasileiro Veras. – Orientador: Flávio Weinstein Teixeira. Tese (doutorado) - Recife, PPGCI/UFPE.2018. 413 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32872>

⁵⁴ Newton Sucupira foi um dos arquitetos da administração da educação pública superior nos anos sessenta e personagem-chave para o salto qualitativo da pesquisa e do ensino superior no Brasil. Dentre os muitos contributos deve-se a sua liderança no movimento de reestruturação das universidades federais, a integração do ensino superior com a pesquisa. (BOAVENTURA, 2009:144) Catedrático de História e Filosofia da Educação, na Universidade do Recife. Estes e outros temas tão bem cuidados na Tese de Dimas Brasileiro Veras, antes citada. Sobressai o protagonismo de Sucupira, e seu decisivo papel no processo de reestruturação da educação superior, que resultou na Reforma Universitária de 1968. Esta reforma inseriu alguns pilares que formam a identidade do ensino superior como a autonomia, liberdade, favorecimento do ensino privado e a pós-graduação. (VERAS, 2018) É especialmente importante para os estudos de pós-graduação o Parecer CFE nº 977, aprovado em 3 de dezembro de 1965, que ficou conhecido como o "Parecer Sucupira", emitido pelo professor Newton Sucupira em cumprimento à determinação do ministro da Educação, Moniz Aragão, que solicitava posicionamento técnico do Conselho Federal de Educação – CFE. O Conselho, encaminhou a demanda a Sucupira, solicitando que ele interpretasse o artigo 69 da lei de Diretrizes Básicas da educação (LDB) de 1961.

⁵⁵ Do latim *major domus* ("maior" ou "superior da casa"), abreviatura da designação completa do cargo "*quasi magister palatii seu major domus regiae*" ("por assim dizer, mestre do palácio ou maior da casa do rei"). O mordomo do palácio ou prefeito do palácio era um dos mais altos dignitários de alguns estados medievais europeus, nomeadamente dos reinos franceses dos séculos VII e VIII, responsável pela administração da casa real.

⁵⁶ Coexistência Política e Paz. Discurso pronunciado por Josué de Castro ao receber o Prêmio Internacional da Paz. Helsinque, 1954. 5 p. Ver também: A trama e a urdidura: diários de um tecelão

Função Social das Universidades. Discurso proferido por Josué de Castro, na sua posse na Cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia em 14 de julho de 1948. Rio de Janeiro: Sauer, 1948.

⁵⁷ O cientista pernambucano escorava-se no ideal de um humanismo universitário, para mirar nas qualidades essenciais que deveriam nortear seu espírito. Neste contexto, exortava que a universidade deveria estar indissolúvel e plenamente ligada à sociedade a que serve. Destarte, suas funções básicas seriam as: “de criar conhecimentos, de propagá-los e difundi-los e de defender as suas verdades contra as forças eventuais do obscurantismo. Três, pois, são as suas missões: a de investigação criadora; a de ensino universitário; a de vigilância e de defesa da cultura.” Alertava Josué de Castro: “a investigação é a sua função primeira”, não procedendo assim, se reduz a uma “simples escola de artes e ofícios”. Essa oração que ainda hoje conserva os princípios civis e laicos das universidades brasileiras, com breves alterações de uma para outra, foi publicada na edição de 20 de junho de 1948, do Diario de Pernambuco, também estampada, na edição de 18 de julho de 1948, no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

⁵⁸ GALINDO, Marcos. Estudo de viabilidade para implementação de ciclos universitários das profissões associadas à utilização de tecnologia de informação no ensino superior do Cabo Verde. Relatório de consultoria apresentado Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura – UNESCO-Paris. Cidade da Parai, Cabo-Verde. 2006. UNICV/UNESCO. 24p. ilust.

⁵⁹ COORDENAÇÃO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) de 20 de agosto de 2013 a 1º de abril de 2014. COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA e da Equipe Multidisciplinar do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) da UFPE Portaria No. 4821 de 8 de outubro de 2013. Designa Coordenador Comissão de acompanhamento e avaliação da Coordenação de Educação a Distância e Equipe Multidisciplinar do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) da UFPE. Assumi acumulando a função de Diretor de Gestão da Informação da SEGIC com a COORDENAÇÃO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) da UFPE. Portaria 3897 de 20 de agosto de 2013. Vide Portaria Nº 1.849, de 28.04.2014 - Dispensar, a pedido, a partir de 01/04/2014, MARCOS GALINDO LIMA, Matrícula SIAPE nº 7445528, Professor Adjunto 4, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, lotado(a) no(a) Departamento de Ciência da

Informação, da Coordenação do Núcleo de Ensino a Distância, do Gabinete do Reitor, para o qual havia sido designado através da Portaria de Pessoal nº 3777/2013, de 15/08/2013. (Processo nº 23076.061189/2013-51).

⁶⁰ Resolução N° 02/2015 do Conselho de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, de 14 de setembro de 2015, que disciplina o funcionamento dos laboratórios vinculados a atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE, publicada no B.O. UFPE, nº 50 (088 Especial), de 29/09/2015.

⁶¹ PORTARIA N° 022.2015-CAC, DE 17 de dezembro de 2015. EMENTA: Designação de Coordenador e Vice-Coordenador do Laboratório LÍBER. A DIRETORA EM EXERCÍCIO DO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, nos termos do § 2º do Artigo 4º da Resolução N° 02/2015 - O Conselho de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, que (disciplina o funcionamento dos laboratórios vinculados a atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE). - RESOLVE: Designar o professor Marcos Galindo Lima, SIAPE 7445528, lotado no Departamento de Ciência da Informação, para a função de Coordenador e Profa. Majóry Karoline Fernandes de Oliveira Miranda, SIAPE 2858611, lotada no Departamento de Ciência da Informação, para a função de Vice-Coordenadora do Laboratório LIBER (Laboratório de Tecnologia do Conhecimento), vinculado ao Departamento de Ciência da Informação, do Centro de Artes e Comunicação.

⁶² Edital Propesqi nº 11/2020 Edital Institucional de Credenciamento de Laboratórios Multiusuários de Pesquisa da UFPE (LaMPs). Este credenciamento atendia o que regulava o Art. 2º da Resolução nº 06/2020 do CONSAD que “Cria normas para o credenciamento e funcionamento de Laboratórios Multiusuários de Pesquisa, aprova o Laboratório Liber como um Laboratórios Multiusuários de Pesquisa (LaMPs)”

⁶³ A PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Designa, a partir de 11 de agosto de 2016, o Prof. Marcos Galindo Lima, SIAPE 7445528, Professor Associado 1, do Departamento de Ciência da Informação, para a função de Coordenador Setorial de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro de Artes e Comunicação. Diretoria do CAC, em 18 de agosto de 2016. PORTARIA N° 1092 de 16 de março de 2015.

⁶⁴ A Pró-reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida, da Universidade Federal de Pernambuco, no uso das atribuições legais e estatutárias, RESOLVE Designar, a partir de 01/09/2016, MARCOS GALINDO LIMA, Matrícula SIAPE nº 744-5528. Professor de Magistério Superior, Nível 1, Classe D, denominada Associado, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, lotado(a) no(a) Departamento de Ciência da Informação, para exercer a função de Coordenador de Memória Digital, da Pró Reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação, Código FG-01. (Processo nº 23076.039364/2016-77) Publicado no DOU nº 177. De 14/09/2016, Seção 2, p. 33

⁶⁵ “A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. De seu esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] Descobrir-se-ia criticamente agora, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que ele, como o letrado, ambos têm um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor ou músico. Que cultura é a poesia dos poetas letrados do seu país, como também a poesia do seu cantor popular. Que cultura são as formas de comportar-se. Que cultura é toda criação humana.” (FREIRE, 1963)

⁶⁶ Dimas Brasileiro, completa: “Sem dúvidas, a altercação ganha uma maior intensidade quando Gilberto Freyre passa a publicar nos jornais da cidade críticas severas ao reitor João Alfredo e aos jovens professores integrados no SEC. Para o distinto sociólogo, o reitor havia permitido que “comunistas” ou “para-comunistas” tomassem a Rádio Universidade, os projetos de alfabetização de jovens e adultos e o periódico de cultura da UR, a Estudos Universitários. Foi amalgamando extensão e comunismo sob o mesmo signo que os militares e seus cúmplices tentaram despir a universidade de seu papel político e social” (VERAS, 2005, p.16).

⁶⁷ Diretor de Extensão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE (PROEXT) Portaria Nº 2.094 - Nomeia, a partir de 22/04/2013, Marcos Galindo Lima, Diretor de Extensão Cultural, da Pró-Reitoria de Extensão (DOU de 29 de abril de 2013), (Processo nº 23076.009858/2015-46) PORTARIA Nº 3.538, DE 9 de agosto de 2016 O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

resolve: Exonerar, a partir de 01/08/2016, MARCOS GALINDO LIMA, Matrícula SIAPE nº 7445528, Professor de Magistério Superior, Nível 1, Classe D, denominada Associado, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Ciência da Informação, do cargo de Diretor de Cultura, da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Código CD-04, para o qual havia sido nomeado através da Portaria de Pessoal nº 1092/2015, de 16/03/2015. (Processo nº 23076.035031/2016-79)

⁶⁸ Renunciei a função na Diretoria de Gestão da Informação, mas permaneci no cargo até a efetivação da burocracia em 16 de agosto. DIRETOR DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO da Secretaria de Gestão da Informação e Comunicação da UFPE – SEGIC até 16 de agosto de 2013. (DOU 28 de Dezembro de 2011 e DOU 19/12/2012).

⁶⁹ Em 2017, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançara o relatório Economia Laranja, que mostra como o trabalho dos criativos, artistas e empreendedores culturais pode ser parte da resposta aos desafios do desenvolvimento da América Latina e Caraíbas, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos: em 2015, as ICC geraram 1,9 milhões de empregos e 124 000 milhões de dólares de receitas na região. LABORINHO, Ana Paula. Cultura é (também) economia. Diário de Notícias, caderno Mais Opinião. Lisboa, DN, 12 agosto 2020. Disponível em <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/cultura-e-tambem-economia-12515728.html>

⁷⁰ A implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) faz parte das metas e ações do Plano Nacional de Cultura (PNC), que estabeleceu as diretrizes e ações para o incentivo à cultura no Brasil. Foi criado com o objetivo de organizar as políticas culturais de forma descentralizada, dando continuidade a elas independentemente de mudanças de governantes. Também visa a possibilitar mecanismos de gestão e de investimento na cultura mais transparentes, por meio do controle social dos recursos e das políticas implementadas e promover a universalização do acesso a bens e serviços culturais e o fomento à produção. O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é baseado nas experiências de outros sistemas nacionais de articulação de políticas públicas, em especial o Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre as semelhanças dos sistemas, estão os princípios e as diretrizes, a divisão de atribuições e responsabilidades entre os entes da

federação (governos federal, estadual e municipal), o repasse de recursos e a criação de instâncias de controle social.

⁷¹ Institucionalizado através da Portaria Normativa Nº 09, que fixou as diretrizes gerais para criação do Sistema de Cultura (Art. 1º) e do Comitê Curador de Cultura da UFPE (Art. 3º).

⁷² O programa OpenLab, Termo de Execução Descentralizada n.º 134/2015 (Processo nº 01400.070802/2015-21). Com a proximidade do término do exercício de 2018, a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) solicitou a análise dos empenhos inscritos em restos a pagar. O Projeto Laboratórios de Cultura Digital - OpenLab encerrou a vigência em 13/11/2018.

⁷³ Sobre o paradigma indiciário, veja o capítulo 1 de GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história. Tradução de Federico Carlotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁷⁴ Prometeu, nome que no grego significa aquele que se antecipa, ver por antecipação o que vai acontecer o "previsor".

⁷⁵ Porviroscópio: dispositivo que permitia ver o futuro, inventado pelo personagem Benson, do romance de ficção científica de Monteiro Lobato, publicado originalmente em 1926 O Presidente Negro (originalmente denominado O Choque das Raças ou O Presidente Negro, e posteriormente, O Presidente Negro ou O Choque das Raças: romance americano do ano 2228).

⁷⁶ Martin Kohli (apud MENESSES, 1992, p.11) ver também (BOSI, 1994, p.7)

⁷⁷ Os sentados (Arthur Rimbaud, 1854-1891). Em Os Poetas malditos, Paul Verlaine conta que Rimbaud, aluno de um colégio em Charleville, cidade onde nasceu, ia frequentemente à Biblioteca municipal, consultar livros que aos ouvidos do bibliotecário chefe “soavam mal”. Esse homem se irritava de ter de se levantar para procurar vagas obras científicas antigas e raras e mandava o garoto voltar para seus estudos. O menino Arthur Rimbaud terminou se irritando, de onde surge o poema intitulado Les assis. In Pages choisies, Clássicos Ilustrados Vaubourdolle, Hachette. Paris 1955. Tradução de Luzilá Gonsalves. Comunicação pessoal. 7 de fevereiro de 2007.

⁷⁸ “My job is to take the spark and fan it. When it starts to become a little flame I feed it, and I feed the fire until it becomes a roaring blaze” concluía: “Quando tenho a chama, a alimento até a transformar em incêndio, e

quando eu o tenho, ponho luvas, então a verdadeira bola de fogo aparece." Tradução livre. Cus d'Amato sobre Mike Tyson. Cus D'amato - Discover and Uncover Tribute. 27 de fev. de 2013. Documentário.
<https://youtu.be/m281D1qAjo4> . Acesso em: 9 abril 2020.

⁷⁹ "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo". Freire (1987, p.87).